

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA

GLACIENE MARY DA SILVA GONÇALVES

A TERRITORIALIDADE INDÍGENA PIPIPÃ VULNERABILIZADA NA
TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E AS RELAÇÕES COM A SAÚDE
EM FLORESTA/PE

RECIFE
2019

GLACIENE MARY DA SILVA GONÇALVES

**A TERRITORIALIDADE INDÍGENA PIPIPÃ VULNERABILIZADA
NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
E AS RELAÇÕES COM A SAÚDE EM FLORESTA/PE**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Orientador: Dr. André Monteiro Costa

Coorientador: Dr. Russell Parry Scott

Recife

2019

Catálogo na fonte: Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães

G635t Gonçalves, Glaciene Mary da Silva.
A territorialidade indígena Pipipã
vulnerabilizada na transposição do rio São
Francisco e as relações com a saúde em
Floresta/PE / Glaciene Mary da Silva Gonçalves. -
Recife: [s.n.], 2019.
165 p.: il., tab.; 30 cm

Tese (doutorado em saúde pública) - Instituto
Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2018.
Orientador: André Monteiro Costa;
coorientador: Russell Parry Scott.

1. População indígena. 2. Populações
vulneráveis. 3. Saúde e ambiente. 4.
Territorialidade. I. Costa, André Monteiro. II. Scott,
Russell Parry. III. Título.

CDU 504

GLACIENE MARY DA SILVA GONÇALVES

**A TERRITORIALIDADE INDÍGENA PIPIPÃ VULNERABILIZADA
NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
E AS RELAÇÕES COM A SAÚDE EM FLORESTA/PE**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: 29 de março de 2019.

Banca examinadora

Dr. André Monteiro Costa
Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz

Dra. Islândia Maria Carvalho de Sousa
Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz

Dr. Edson Hely Silva
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Camila Pimentel Lopes de Melo
Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz

Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico o estudo aos indígenas Pipipã, em particular, Dona Carolina, pelas memórias de luta que nos deixou.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, um Ser tão grandioso.

A minha Mãe, Francisca; ao meu Pai, Manuel (falecido), os bons exemplos.

Aos meus irmãos Arimarques, Arimatéia, Glacicleide, Maria Mirna, Vinicius, minha tia Maria e meus primos queridos. A Dona Leda Mota, que considero uma segunda mãe, pois me acolheu desde minha chegada a Recife. Ao professor Doutor Pedro Sadi, a amizade e o apoio.

Ao professor Doutor André Monteiro Costa, meu orientador, a aprendizagem que incorporei durante o processo de doutoramento e a amizade. Ao meu coorientador, o professor Doutor Russel Parry Scott, Antropólogo da Universidade Federal de Pernambuco, agradeço sua simplicidade, sabedoria, amizade e atenção.

A professora Doutora Idê Gomes Dantas Gurgel, o apoio e aceitar compor a Banca de Qualificação e sua amizade. Ao professor Doutor Edson Hely Silva, dedicado fortemente aos estudos sobre os povos indígenas no Nordeste, o aceite em compor a Banca de Qualificação, de defesa e ter-se disponibilizado como parecerista e membro titular da banca de defesa da tese.

Às professoras Doutoradas Ana Lúcia Azevedo, Ana Lúcia Vasconcelos, Camila Pimentel Lopes de Melo e Islândia Maria Carvalho de Sousa, a amizade e o aceite em compor a minha banca de defesa. Ao professor Doutor Cláudio Ubiratan Gonçalves, professor de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, o aceite em compor a banca de defesa da tese e o amigo que se tornou. Ao professor Doutor Anselmo César Vasconcelos Bezerra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, as orientações dadas acerca de textos na temática da Geografia e sua amizade.

Aos professores e professoras doutores e doutoras Lia Giraldo, Aline Gurgel, Mariana Olívia, Kátia Medeiros, Antônio Mendes, Tereza Maciel Lyra, Eduarda Cesse, Wayner Vieira, George Tadeu, Paul Nobre (falecido), Edgar de Assis, Louisiana Quinino, Domicio de Sá, Aletheia Sampaio, Maria Luíza Carvalho, Paullete Cavalcanti, Tiago Lapa, Pedro Albuquerque (doutorando), Saul Cavalcanti de Medeiros Quinino, Carlos Pontes, agradeço o apoio, a amizade e os ensinamentos. Agradeço o total apoio recebido de todos os professores do Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat) durante meu processo de doutoramento.

Às amigas irmãs: Carminha Mota, Cristina Cani, Andréa, Joanita, Simone Diniz, Lourdes, Marilande, Elda Miranda, Célia Sampaio, Iolanda Sandra, Bete, Arleide, Alcicleide, Gilzete, Maria Helena, Cícera, Lúcia Baracho, Lúcia Ferraz, Tânia e a todos os amigos e amigas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Aos amigos e amigas do doutorado – Turma 2015-2019 –, as alegrias e os sofrimentos que experimentamos juntos.

Aos amigos do grupo de pesquisa transposição, Virgínia Bezerra (Mestra em Saúde Pública), Renata Domingues (doutoranda em Saúde Pública), Lúcia Maria Sobral Baracho (Mestra em Saúde Pública), Filipe (fotógrafo e cineasta) e Paula (Mestra em Antropologia), a experiência vivida com vocês e com as populações moradoras e vulnerabilizadas ao longo do território de abrangência do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco. Agradeço ao professor Doutor André Monteiro Costa (meu orientador) a oportunidade de ter participado da produção do documentário: *Invisíveis*.

Agradecimento especial ao povo Pipipã

Estabeleci vínculo especial de amizade com os Pipipã, mas há sempre os primeiros que nos acolhem. Por isso, inicialmente, agradeço o acolhimento que recebi do Cacique Valdemir Amaro Lisboa, Cacique Alírio Avelino, Ana Paula, Dona Carolina (falecida), Maria da Saúde, Fredson, Fabiano, Maria Joana, Raniele, Caboclo de Biró – líder da Aldeia Pedra Tinideira, Senhor Caboclo – líder da Aldeia Caraíbas e José Silvio.

Ao Pajé Expedito Roseno o acolhimento e apoio que recebi para a realização da pesquisa. A Jerôncio, vice-Pajé, o apoio ao estudo, ensinamentos e amizade.

À linda menina Pipipã Carolzinha, que me recebia com muitos abraços quando chegava à Aldeia Caraíbas. À professora Adriana (mãe de Carolzinha), o acolhimento e as informações referentes aos processos educativos e estrutura do ensino no território.

A Edjalva, vice-líder da Aldeia Caraíbas, as contribuições dadas na realização de muitas ações, por exemplo, as oficinas em Caraíbas e Travessão do Ouro.

Ao Sr. Antônio Xavier, indígena repleto de saber tradicional que produz toantes cantados durante o Toré. Agradeço o grande aprendizado, apoio e acolhimento que nos deu.

Ao Sr. Edivan, líder indígena da Aldeia Tabuleiro do Porco e à professora Lurdes, sua esposa, ambos repletos de sabedoria e sensibilidade. À professora

Lurdes coordena as ações de educação no Assentamento Serra Negra. Sem eles, não teria sido possível a realização da oficina com os indígenas da Aldeia Tabuleiro do Porco/Assentamento Serra Negra. Agradeço aos dois a oportunidade de vivenciar sua bondade, seus saberes, sentimentos de coletividade e a preocupação com a sustentabilidade do Semiárido.

Agradeço a Jamile Aparecida, filha da professora Lurdes e do Sr. Edivan, que colaborou muito no estabelecimento da rede de comunicação pelo WhatsApp interligando Recife-Aldeia Tabuleiro do Porco.

Ao indígena Inácio, pessoa dedicada ao ritual da Jurema.

Aos professores e professoras Pipipã, o acolhimento, a participação nas entrevistas, nas oficinas e a amizade. Às Equipes de Saúde indígena, a disponibilidade de informações, especificamente do Polo base de Saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), na área urbana em Floresta.

A todos os indígenas entrevistados e participantes das oficinas.

Ao Núcleo de Recursos Humanos, em Pernambuco e Brasília, o apoio na forma de minha liberação oficial durante três anos para que realizasse o Curso de Doutorado em Saúde Pública. À servidora Clécia, do Núcleo de Recursos Humanos, em Pernambuco, o total apoio e dedicação, especificamente, do ponto de vista administrativo para que tudo fosse possível e favorável ao meu processo de doutoramento.

Ao Diretor do Instituto Aggeu Magalhães (IAM), Fiocruz em Recife, Doutor Sinval Brandão, o acolhimento e apoio durante o processo de doutoramento.

Aos coordenadores do Departamento de Saúde Coletiva (Nesc), particularmente, Doutor José Luiz de Amaral, Doutor Sidney Farias, Doutor Pedro Miguel e a Doutora Naíde Teodósio, o apoio e a amizade durante o período 2015-2019 para que pudesse cumprir as duras etapas do processo de doutoramento.

A todos da Secretaria do Departamento de Saúde Coletiva do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc) nas pessoas de Lindinalva Menezes e de Adriana Barros, o apoio e a amizade. A todos da Secretaria Acadêmica nas pessoas de Glauco Souza, Joselice Pinto, Janice Silva, Rivaldete Souza, Viviane Pimentel e Franklin Semente, o acolhimento e a amizade. Sempre nos recebem com muito carinho, cuidado e paciência.

Ao Serviço de Gestão – Projetos, especificamente, Alexandro Araújo, o apoio ao projeto: “Estudo ecossistêmico das populações vulnerabilizadas nos territórios de abrangência do projeto de transposição do rio São Francisco”.

A todos do Serviço de Biblioteca da Fiocruz, em Recife, nas pessoas de Adagilson Batista, Mégine Cabral, Márcia Saturnino e Sílvia Santos, o apoio e a amizade.

A todos da Vice-Direção de Ensino e Informação Científica, nas pessoas de Ana Paula do Nascimento, Vângela Silva, Mércia Caracolo e Wilson do Nascimento.

A Antônio Silva, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) da Secretaria Especial de Saúde Indígena em Pernambuco, o apoio ao estudo. A todos os técnicos do Dsei em Pernambuco, que contribuíram com informações disponibilizadas.

Ao Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) em Pernambuco, a autorização para a realização do estudo.

Aos técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Brasília e em Pernambuco, a autorização do ingresso na terra indígena Pipipã e as informações disponibilizadas, especificamente Fátima Brito e Ivson Ferreira, que trabalham na instituição em Pernambuco.

Muito agradecida a todos que contribuíram na realização deste estudo.

O senhor... Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão. [Personagem de Grande Sertão: Veredas].

João Guimarães Rosa (2015, p. 31).

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva. **A territorialidade Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde em Floresta/PE**. 2019. (Tese Doutorado em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2019.

RESUMO

Ações governamentais de implantação de grandes empreendimentos de desenvolvimento, vinculadas ao discurso do suposto progresso econômico e social, vêm afetando os povos indígenas na América Latina e no Brasil. Em 2007, teve início a implantação do projeto da transposição do rio São Francisco, no Semiárido nordestino. Trata-se de um empreendimento de desenvolvimento que se insere no conjunto de políticas da água no Semiárido com enfoque no combate à seca. O estudo analisou os processos de vulnerabilização e as implicações na territorialidade Pipipã decorrente da transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde em Floresta, Pernambuco. A abordagem teórico-metodológica deste estudo foi a Reprodução Social e a Saúde, formulada pelo epistemólogo Juan Samaja. Os procedimentos metodológicos pautaram-se na abordagem qualitativa de coleta e análise de dados. As estratégias utilizadas foram entrevistas, observação participante e oficinas. Os indígenas não foram convidados a participar do planejamento do projeto da transposição. O corte do território para a construção do Eixo Leste foi considerado pelos Pipipã um estupro, que deixará sequelas. As famílias foram separadas. As relações ambientais, o Toré e os rituais do “Aricuri” e da Jurema foram afetados. A vulnerabilização foi material, simbólica, com desenvolvimento de agravos, doenças e óbitos. A presença do empreendimento, no território, foi percebida pelos Pipipã como produtor de doença, e não de saúde. As promessas mais estruturantes para mitigar os impactos contidos no Programa Básico Ambiental indígena não foram cumpridas. O abastecimento com água do Eixo Leste ainda não ocorreu no território Pipipã. Injustiças ambientais foram praticadas e a territorialidade Pipipã foi vulnerabilizada na implantação da transposição do rio São Francisco. A reparação dos danos é necessária para resgatar os direitos perdidos, garantir a reprodução social, a saúde e o convívio sustentável dos Pipipã no Semiárido.

Palavras-chave: Grupos vulneráveis. Povos indígenas. Projeto de infraestrutura. Saúde e ambiente. Territorialidade.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva. **The Pipipã territoriality vulnerable to the transposition of the São Francisco river and the relations with health in Floresta/Pernambuco**. 2019. (Doctoral Thesis in Public Health) - Aggeu Magalhães Institute, Oswaldo Cruz Foundation, Recife, 2019.

SUMMARY

Government actions for the implementation of large development projects, linked to the discourse of supposed economic and social progress, have been affecting indigenous peoples in Latin America and Brazil. In 2007, the implementation of the São Francisco River transposition project began in the northeastern semi-arid region. It is a development enterprise that is part of the set of water policies in the semiarid region with a focus on combating drought. The study analyzed the processes of vulnerabilization and the implications in Pipipã territoriality due to the transposition of the São Francisco river and its relations with health, in Floresta, Pernambuco. The theoretical methodological approach of this study was Social Reproduction and Health, formulated by the epistemologist Juan Samaja. The methodological procedures were based on the qualitative approach of data collection and analysis. The strategies used were interviews, participant observation and workshops. The indigenous people were not invited to participate in the planning of the transposition project. The cut of the territory for the construction of the East Axis was considered by the Pipipã a rape that will leave sequels. Families were separated. The environmental relations, the Toré and the rituals of the Aricuri and Jurema were affected. The vulnerabilization was material, symbolic, with development of diseases, diseases and deaths. The presence of the enterprise in the territory was perceived by Pipipã as a producer of disease and not of health. The most constructive promises to mitigate the impacts contained in the Indigenous Basic Environmental Program were not fulfilled. The water supply of the Eastern Axis has not yet occurred in Pipipã territory. Environmental injustices were practiced and the Pipipã territoriality was vulnerable in the implantation of the transposition of the São Francisco river. The reparation of the damages is necessary to recover the rights lost, to guarantee the social reproduction, the health and the sustainable living of the Pipipã in the Semiarid.

Keywords: Vulnerable groups. Indigenous peoples. Infrastructure project. Health and environment. Territoriality.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	–	Coroa-de-frade em uma capoeira de Caatinga na Aldeia Caraíbas, território Pipipã, Floresta/PE, 2016	26
Fotografia 2	–	O caminho da Aldeia Pedra Tinideira na área de retomada localizada a 100 metros do canal do Eixo Leste, Floresta, povo Pipipã	56
Fotografia 3	–	Rebio de Serra Negra, símbolo e origem da ancestralidade e territorialidade Pipipã, Floresta/PE	76
Fotografia 4	–	Processo de preparação para o ritual do “Aricuri”, povo Pipipã, Serra Negra, Floresta/PE	79
Fotografia 5	–	Terreiro de Toré na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE, 2017	82
Fotografia 6	–	Planta caroá na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE, 2016	83
Fotografia 7	–	Saiotas fabricadas com as fibras do caroá, povo Pipipã, Floresta/PE	83
Fotografia 8	–	Casa de taipa na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE	86
Fotografia 9	–	Cisterna calçadão na Aldeia Travessão do Ouro, povo Pipipã, Floresta/PE	87
Fotografia 10	–	Agricultura de autoconsumo, plantação de jerimum na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE	89
Fotografia 11	–	Criação de caprinos na Aldeia Travessão do Ouro, povo Pipipã, Floresta/PE	90
Fotografia 12	–	Escola de Ensino Fundamental na área de retomada, Aldeia Pedra Tinideira, povo Pipipã, Floresta/PE	90
Fotografia 13	–	Polo Base tipo I, Posto de Saúde na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE	92
Fotografia 14	–	Escavações para construção do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, na Aldeia Caraíbas, simbolizando o “estupro do território” Pipipã, em Floresta/PE, 2014	100

Fotografia 15 –	Destruição e desmatamento da caatinga para a construção do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, Aldeia Caraíbas, Floresta/PE, 2014	101
Fotografia 16 –	Exploração das pedras do território para a produção de brita a ser usada na construção do Eixo Leste, Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE	102
Fotografia 17 –	Placa indicativa da Aldeia Caraíbas deteriorada pela empreiteira da transposição do rio São Francisco, no início da implantação do Eixo Leste, povo Pipipã, Floresta/PE	112
Fotografia 18 –	Territorialidade Pipipã pressionada pelo trator da empreiteira da transposição do rio São Francisco para a construção da Estação de Bombeamento de Água (EBV-3), Floresta/PE, 2014	114
Fotografia 19 –	Canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, inaugurado em fevereiro de 2017 (10.º ano) – povo Pipipã, Aldeia Caraíbas, Floresta/PE	119
Fotografia 20 –	Ponte sobre o canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco – povo Pipipã, Aldeia Caraíbas, Floresta/PE ..	120
Fotografia 21 –	Visão parcial da barragem construída na Aldeia Caraíbas, lugar antes ocupado pela Caatinga, povo Pipipã, Floresta/PE	126
Fotografia 22 –	Oficina realizada na Aldeia Tabuleiro do Porco, povo Pipipã, em 2017	129
Fotografia 23 –	Árvore de compromisso realizada durante oficina na Aldeia Tabuleiro do Porco, povo Pipipã, em 2017	130
Fotografia 24 –	Árvore de compromisso realizada durante oficina na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, em 2017	131
Fotografia 25 –	Árvore de compromisso realizada durante oficina na Aldeia Pedra Tinideira, povo Pipipã, em 2017	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Representação espacial do Semiárido brasileiro, 2018	36
Figura 2 –	Representação espacial da Área de Influência Direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco, Eixos Norte e Leste, trechos I, II e V	38
Figura 3 –	Representação espacial oficial do território Pipipã, anterior ao corte pelo Eixo Leste da transposição do rio São Francisco	59
Figura 4 –	Representação espacial oficial do território Pipipã cortado pelo Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, Floresta/PE	61
Figura 5 –	Cocar confeccionado com a fibra do caroá, símbolo dos Pipipã, Floresta/PE	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Impactos negativos do projeto da transposição do rio São Francisco esperados e avaliados como mais relevantes pelo Ministério da Integração Nacional	39
Quadro 2 – Instrumento de coleta para o diagrama árvore de compromissos das Aldeias Caraíbas, Tabuleiro do Porco e Pedra Tinideira, povo Pipipã, Floresta/PE	66
Quadro 3 – Instrumento de coleta da Matriz problemas Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças (Fofa) ou Swot	68
Quadro 4 – Distribuição das Aldeias no território Pipipã	69
Quadro 5 – Categorias centrais do estudo por dimensões da Reprodução Social	72
Quadro 6 – Matriz de coleta e análise de dados da reprodução social e a saúde	72
Quadro 7 – Sistematização das relações ambientais e de poder na territorialidade do povo Pipipã no período anterior à transposição do rio São Francisco, Floresta/PE	93
Quadro 8 – A vulnerabilização indígena Pipipã: material, simbólica, agravos, doenças e óbitos por dimensões da reprodução social e a saúde, articuladas em uma perspectiva sistêmica na transposição do rio São Francisco, Pernambuco, povo Pipipã, Floresta/PE	106
Quadro 9 – Promessas não cumpridas no Programa Básico Ambiental Indígena (PBA 12) pelo Estado brasileiro na transposição do rio São Francisco, 2007-2018	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
AIS	Agentes Indígenas de Saúde
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ATL	Acampamento Terra Livre
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDISI	Conselho Distrital de Saúde Indígena
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPqAM	Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EBV-3	Estação de Bombeamento de Água
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FP/CONDISI	Fórum de Presidentes de Condisi
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GT	Grupo de Trabalho
IAM	Instituto Aggeu Magalhães
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSA	Instituto Nacional do Semiárido
LASAT	Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho
LP	Licença Prévia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MS	Ministério da Saúde
NESC	Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAB	Programa de Apoio às comunidades Indígenas
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBA	Programa Básico Ambiental
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PISF	Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional
PPA	Plano Plurianual
PRSF	Programa de Revitalização do Rio São Francisco
REBIO	Reserva Biológica
SASISUS	Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos indígenas do Sistema Único de Saúde
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
STA	Sistema Sociotécnico Ambiental
STTR	Sindicato dos Trabalhadores rurais
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, TERRITORIALIDADE INDÍGENA PIPIPÃ, VULNERABILIZAÇÃO E SAÚDE NO SEMIÁRIDO	25
2.1	O Semiárido nordestino e a presença indígena nas ilhas do rio São Francisco	25
2.1.1	As intenções do projeto da transposição do rio São Francisco	34
2.2	Desterritorialização e reterritorialização: novas territorialidades ...	41
2.3	Vulnerabilidade e vulnerabilização	44
2.4	Ecologia política: mobilizações pela justiça ambiental	50
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1	Desenho do estudo	57
3.2	Área do estudo	58
3.3	Período do estudo	61
3.4	Fontes de dados e instrumentos de coleta	63
3.4.1	Dados primários	63
3.4.2	Entrevistas individuais	63
3.4.3	Oficinas	64
3.4.4	Observação participante	68
3.5	Sujeitos do estudo	69
3.6	Categorias de análise	70
3.7	Planejamento analítico	72
3.7.1	Análise descritiva	73
3.7.2	Análise temática	73
3.8	Aspectos éticos	74
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	75
4.1	Territorialidade indígena Pipipã anterior à transposição do rio São Francisco	75
4.1.1	Afirmação étnica	75
4.1.2	Tradição, cura e “costumes”	79
4.1.3	De que vivem os Pipipã e rede de relações	85

4.2	A imposição da transposição do rio São Francisco	94
4.2.1	O “estupro do território” Pipipã: a vulnerabilização	98
4.2.2	Programa Básico Ambiental (PBA 12) Indígena: e a insuficiência	108
4.3	Transformando territorialidades: percepções Pipipã sobre a	
	saúde	111
5	CONCLUSÕES	138
6	RECOMENDAÇÕES	141
	REFERÊNCIAS	144
	APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA DO CACIQUE PIPIPÃ 1	157
	APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA DO CACIQUE PIPIPÃ 2	158
;	APÊNDICE C – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTAS	
	SEMIESTRUTURADO, POVO PIPIPÃ	159
	APÊNDICE D – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE	
	E ESCLARECIDO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS	160
	ANEXO A – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA	
	DO IAM E DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA	
	(CONEP)	162
	ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DO CONSELHO DISTRITAL DE	
	SAÚDE INDÍGENA (CONDISI/PE)	163
	ANEXO C – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSO EM	
	TERRA INDÍGENA, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI),	
	BRASÍLIA	164
	ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E	
	VOZ	165

1 INTRODUÇÃO

A temática que envolve a implantação de grandes empreendimentos de desenvolvimento, especificamente nos territórios indígenas, é de grande relevância considerando “as importantes contribuições de povos indígenas para a diversidade cultural e a harmonia social e ecológica da humanidade” conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011, p. 15). Observando que, em diversas partes do mundo, esses povos não são respeitados em seus direitos fundamentais na mesma medida em que o restante da população do estado onde vivem e, em muitos casos, tem-se observado total desrespeito às formas de organização, valores, expressões socioculturais e projetos de vida.

É oportuno registrar aqui meu interesse, como pesquisadora, pelo campo de conhecimento da saúde dos povos indígenas. Minha primeira experiência em pesquisa envolvendo esta temática foi no ano de 2007. Na ocasião, desenvolvi um estudo que resultou no meu mestrado acadêmico em Saúde Pública, realizado no território indígena Xukuru do Ororubá em Pesqueira, Pernambuco. A pesquisa teve o objetivo de compreender o uso de agrotóxicos e as relações com a saúde e o ambiente no território Xukuru do Ororubá.

O convívio com esse povo indígena durante o período do estudo significou uma experiência muito cara considerando o aprendizado que incorporei; e a homenagem que recebi, pois me tornei família indígena Xukuru do Ororubá. Por outro lado, foi muito bom saber que a pesquisa gerou excelentes frutos, pois provocou reflexões importantes nos indígenas sobre o modelo químico agrícola que utilizavam; e mudanças positivas foram observadas na Região Socioambiental da Ribeira do Ipojuca, local do estudo.

No que se refere a este estudo, uma nova experiência, realizei a primeira visita ao território Pipipã, em 2014 após ter feito contato prévio e articulado encontro com um dos Caciques do povo Pipipã na Aldeia Travessão do Ouro. Os objetivos do encontro foram:

- a) dialogar com o líder político sobre a implantação da transposição do rio São Francisco no território Pipipã;

- b) apresentar o projeto de pesquisa mais amplo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹ e a produção de um documentário intitulado: *Invisíveis*, coordenado pelo professor André Monteiro, que se encontrava em andamento;
- c) conversar sobre minha proposta de estudo para o doutorado e possibilidade de anuência do povo Pipipã. Na ocasião, encontrava-me com nosso grupo de pesquisa do Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat), do Instituto Aggeu Magalhães (IAM), Fiocruz de Recife.

No citado encontro, nosso grupo de pesquisa foi muito bem acolhido pelo líder político. Minha proposta de estudo recebeu o apoio para sua realização (APÊNDICE A), assim como obtivemos o aceite de participação indígena no citado documentário. Lembrando que isso significava apenas o começo e minha proposta de pesquisa teria ainda de ter a anuência do segundo Cacique do povo Pipipã, do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) em Pernambuco, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em outro momento, articulamos um encontro com o segundo líder político Pipipã, o Cacique que coordenava a Aldeia Pedra Tinideira. Acolheu-nos muito bem, refletiu que a pesquisa seria importante para os indígenas, especificamente no contexto da implantação do grande empreendimento de desenvolvimento, a transposição do rio São Francisco. Deu todo o apoio para a realização do presente estudo (APÊNDICE B) e aceite de participação dos indígenas da Pedra Tinideira no documentário *Invisíveis*.

Nas visitas seguintes para o desenvolvimento da pesquisa, conheci mais detalhadamente as Aldeias Travessão do Ouro e Pedra Tinideira. A primeira localizada em área autodemarcada como Pipipã, mas demarcada oficialmente pela Funai como território indígena Kambiwá. Isto é, tratando-se, portanto, de um território interétnico de convivência pacífica. A segunda, a Aldeia Pedra Tinideira, formou-se em uma área de retomada a 100 metros do canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, na localidade denominada de Baixa dos Caibros. Em 2008

¹ Projeto de pesquisa intitulado: *Estudo ecossistêmico das populações vulnerabilizadas nos territórios de abrangência do projeto de transposição do rio São Francisco*. Coordenado pelo Prof. Dr. André Monteiro Costa. Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Chamada Universal: Edital MCT/CNPq n.º 14/2013. Processo 485403/2013-7. O estudo também foi financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe): Edital n.º 19/2015 Proep-FiocruzFacepe.

(segundo ano de implantação da transposição), registraram-se tensões internas ao povo Pipipã, o que culminou com a formação dessa nova Aldeia em 2013 (7.º ano de implantação da transposição). A formação da Pedra Tinideira foi acionada/influenciada pelo contexto violento de implantação desse grande empreendimento de desenvolvimento. A partir desse conflito interno, a etnia passou a ser representada politicamente por dois Caciques e dois Pajés.

O território Pipipã, “chão e lugar de produção da identidade” (SANTOS, 1997, p. 72) oficialmente ainda não foi demarcado, encontra-se em fase de estudo, isto é, realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena. Constitui-se de dez aldeias, das quais nove estão sob a coordenação política centrada na Aldeia Travessão do Ouro, e a décima centrada na Pedra Tinideira.

A permissão de entrada oficial na terra indígena Pipipã, para dar início ao estudo, data de novembro de 2016, pois tive de atender a diversas exigências documentais solicitadas pela Comissão de Ética em Pesquisa do Instituto Aggeu Magalhães, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (ANEXO A), Conselho Distrital de Saúde Indígena de Pernambuco (ANEXO B) e Fundação Nacional do Índio (ANEXO C). No deslocamento seguinte, que fiz para acessar o território, dessa vez sozinha, hospedei-me na Aldeia Travessão do Ouro, onde fui muito bem acolhida. Fui apresentada a duas pessoas que me acolheriam em sua casa e me acompanhariam pelo território durante todo o período de estudo.

Nessa segunda visita fui pouco a pouco me inserindo na rede social de amizade/de contatos Pipipã, o que facilitou o agendamento para os encontros com os líderes indígenas das aldeias, professores, professoras, agricultores, agricultoras, donas de casa, trabalhadores indígenas contratados pela transposição para escavar o canal do Eixo Leste, moradores das aldeias cortadas pelo Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, a saber, Caraíbas, Tabuleiro do Porco e Pedra Tinideira, o que possibilitou conhecer a população e o território Pipipã.

Cada convite de participação feito aos sujeitos do estudo era prontamente aceito. Alguns indígenas afirmaram pouco saber sobre a correnteza da água que iria passar perto e talvez não pudessem responder bem às minhas perguntas. Outros indígenas aproximaram-se afirmando total interesse em falar e tinham muito o que dizer sobre o tema, faziam questão de participar do meu estudo. Eu deixei bem claro que minha permanência no território para realizar a observação participante, as

entrevistas e as oficinas era restrita ao tempo planejado para o estudo. Percebi expectativas positivas disparadas com a minha presença, pois a pesquisa foi compreendida como algo que poderia, de certa forma, contribuir; por exemplo, abrindo janelas de possibilidades de reparação de danos/resgate dos direitos perdidos, durante a implantação das obras da transposição do rio São Francisco. No entanto, sempre expunha claramente as limitações institucionais. Contudo, posicionava-me sempre como uma pessoa interessada em debater e mobilizar os interessados no sentido de resgatar os direitos perdidos pelos Pipipã e reparação dos danos ambientais.

Realizei vários deslocamentos para o território Pipipã durante a pesquisa com uma média de permanência nas aldeias entre oito e dez dias. Hospedava-me ora na Aldeia Travessão do Ouro, ora na Aldeia Caraíbas. Buscava participar ativamente da vida dos indígenas, conversando, caminhando com eles e conhecendo a configuração territorial, presenciando, entre outros perigos, o excesso de poeira produzida pelas obras; conheci plantas sagradas, realizei visitas aos lugares destruídos pelas obras da transposição, conheci os tipos de moradia, a agricultura de autoconsumo, a criação de caprinos, as roças, as condições de saneamento e o acesso à água.

Presenciada a exploração do território com a destruição das árvores sagradas, da terra, das pedras, serrotes, lagoas, poços, barreiros. Observei a grande movimentação dos veículos das empreiteiras da transposição. Chamou a atenção o uso intenso das pedras, do território Pipipã, para a produção de brita a ser utilizada na construção do canal do Eixo Leste.

Ainda na observação participante, em outros momentos, conheci, por exemplo, a culinária/arte indígena, rede de escolas sob a coordenação da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, e a de postos de atenção à saúde indígena, coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), Ministério da Saúde (MS). Tirei fotografias durante todo o período de estudo com autorização prévia dos indígenas e líderes políticos Pipipã; utilizei o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (ANEXO D). As fotografias foram tiradas em vários momentos, tanto para contextualizar a tese quanto a pedido dos próprios indígenas; fiz todas as devolutivas das fotografias pedidas pelos indígenas, por exemplo, durante o ritual do Aricuri de que fomos convidados a participar.

Do ponto de vista acadêmico, a tese é apresentada no formato tradicional. A seção 2, que segue a Introdução, faz reflexões teóricas sobre a temática transposição do rio São Francisco, territorialidade indígena Pipipã, vulnerabilização e a saúde. O Semiárido é localizado como um território vivo que apresenta a heterogeneidade de seu ambiente com registro de diversas espécies. Ainda, nessa seção, reflete-se sobre a chegada dos colonizadores europeus e o encontro com os povos indígenas autóctones nas ilhas do rio São Francisco. Na sequência, o estudo traz a seção 2.1.1 sobre as intenções do projeto da transposição do rio São Francisco para o combate à seca no Semiárido nordestino e as novas necessidades de exploração dos sistemas naturais, visando ao desenvolvimentismo. Conceitos de importância para este estudo e utilizados pela Geografia, por exemplo, a desterritorialização, reterritorialização e novas territorialidades foram refletidos na seção 2.2, seguinte às intenções do projeto da transposição do rio São Francisco. Esses conceitos da Geografia foram utilizados no trabalho considerando que os grandes empreendimentos de desenvolvimento, como a transposição do rio São Francisco, encontram-se associados a processos violentos que transformam os territórios.

Logo em seguida, vem a apresentação dos conceitos de desterritorialização, reterritorialização e novas territorialidades, e a categoria vulnerabilização como um processo de injustiça ambiental é abordada. Trata-se de um processo social comumente observado na implantação de grandes empreendimentos de desenvolvimento. Por fim, são apresentados aspectos teóricos acerca da Ecologia Política, que atua como uma nova ciência, propondo mobilizações pela Justiça ambiental.

Após a apresentação do referencial teórico (seção 2) deste estudo, passa-se à seção 3, que trata acerca dos procedimentos metodológicos, trazendo o detalhamento das abordagens mais apropriadas ao estudo, em que se realizaram entrevistas, oficinas e observação participante. A seção 4, dos resultados e discussões, foi inicialmente refletida por meio da afirmação étnica Pipipã, tradição, cura e “costumes”; de como vivem os Pipipã e das redes de relações estabelecidas na territorialidade anterior ao projeto da transposição do rio São Francisco, que correspondeu ao primeiro objetivo específico do estudo.

Os processos de vulnerabilização decorrente da transposição do rio São Francisco, que correspondeu ao segundo objetivo específico, foram refletidos a partir

da imposição do grande empreendimento de desenvolvimento, do violento processo de implantação e da insuficiência do Programa Básico Ambiental (PBA 12) Indígena (Seção 4.2.2), planejado pelo Estado brasileiro para mitigar os impactos da implantação da transposição do São Francisco.

Na seção seguinte à insuficiência do Programa Básico Ambiental (PBA 12) Indígena, apresentamos os resultados e discutimos as percepções indígenas referentes ao grande empreendimento de desenvolvimento e as relações com a saúde, o que correspondeu ao terceiro objetivo específico do estudo.

Por fim, as conclusões e recomendações do estudo. As conclusões consistem em reflexões sobre os processos destrutivos que vulnerabilizaram a territorialidade indígena Pipipã, associadas às injustiças ambientais produzidas na implantação da transposição do São Francisco. As recomendações foram feitas, entre outras, no sentido da necessidade de reparação parcial dos danos, da promoção e fomentação de medidas de convívio com o Semiárido; de sugestões de mobilizações para o acesso à água que corre no Eixo Leste da transposição (desde 2017) e a demarcação participativa da terra onde residem os Pipipã. As propostas feitas sugerem discussões interinstitucionais e interdisciplinares de apoio aos indígenas.

Esta pesquisa foi conduzida pela seguinte pergunta: como se configuram os processos de vulnerabilização e da territorialidade indígena Pipipã na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde?

O pressuposto foi refletido no sentido de que os indígenas Pipipã estão sujeitos a processos de vulnerabilização, material, simbólica, agravos e doenças com implicações na territorialidade, na implantação da transposição do rio São Francisco.

Analisar os processos de vulnerabilização e as implicações na territorialidade indígena Pipipã decorrente da implantação da transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Pernambuco, foi o objetivo do estudo. Realizamos a caracterização do território destacando os processos sócio-históricos e a territorialidade indígena Pipipã anterior ao projeto da transposição; assim como identificamos os processos de vulnerabilização e as percepções Pipipã sobre as transformações na sua territorialidade e as relações com a saúde.

2 TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, TERRITORIALIDADE INDÍGENA PIPIPÃ, VULNERABILIZAÇÃO E SAÚDE NO SEMIÁRIDO

Esta seção apresenta brevemente uma caracterização do Semiárido nordestino destacando a diversidade do território Caatinga, que é físico, geográfico e socioantropológico. O texto buscou resgatar momentos históricos que envolveram encontros entre povos indígenas e colonizadores europeus, que, após a exploração do litoral de Pernambuco, partiram rumo ao rio São Francisco e suas ilhas para criar gado, expandir latifúndios, escravizar outros povos indígenas e explorar ao máximo possível outras riquezas que o lugar pudesse oferecer.

2.1 O Semiárido nordestino e a presença indígena nas ilhas do rio São Francisco

O Semiárido apresenta um bioma peculiar de mata branca ou Caatinga, cuja denominação, originária, foi dos povos indígenas – é uma região ou tipo de mata no interior do Nordeste brasileiro, composta de árvores que perdem as folhas durante a longa estação seca, rica em cactáceas e bromélias (MOTA, 2007).

As superfícies do Semiárido e a área do domínio da Caatinga não coincidem, pois foram incluídas áreas limítrofes, não propriamente semiáridas, por questões administrativas. O Semiárido cobre 982.563 km², enquanto a área da Caatinga abrange 844.453 km². Ao se referir ao bioma Caatinga, Schistek (2017) citou que a principal característica da porção vegetal é que esta se adapta muito bem ao Semiárido.

Esse bioma apresenta a “heterogeneidade de seu ambiente” com o registro de diversas espécies, por exemplo, mandacaru, coroa-de-frade (Fotografia 1), facheiro, xiquexique, macambira, caroá, marmeleiro, umbuzeiro, jurema, imburanas-de-cheiro² e de cambão, angico, juazeiro, aroeira, catingueira, pau-ferro, entre outras, que conformam as capoeiras de Caatinga. Uma flora constituída por

² A imburana-de-cheiro é uma planta sagrada para os Pipipã, os quais acreditam que não pode ser plantada por mãos humanas, necessitando de reprodução natural, pois o ser humano que o fizer morrerá (informação obtida durante visita ao território Pipipã para solicitação de autorização de participação no documentário *Invisíveis* em 2014).

espécies diversas de longa história de adaptação ao calor e à secura (AB'SÁBER, 1999; SOUZA FILHO, F., 2011; SCHISTEK, 2017).

Fotografia 1 – Coroa-de-frade em uma capoeira de Caatinga na Aldeia Caraíbas, território Pipipã, Floresta/PE, 2016



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2016.
Observação participante, 2016.

As chuvas, no Semiárido, ocorrem com precipitação irregular no tempo e no espaço. No tempo, quer dizer que “não sabemos quanto tempo vai passar entre uma chuva e a próxima” (OLIVEIRA, I., 2015, p. 75); no espaço, “significa dizer que a próxima chuva pode cair a muitos quilômetros de distância do lugar onde caiu anteriormente” (SCHISTEK; ARAÚJO, 2003, p. 15). Outros aspectos também são inerentes ao Semiárido, a baixa umidade, o excesso de calor, a evapotranspiração (perda de água para a atmosfera, determinada pela evaporação), predominantemente negativa durante seis a nove meses por ano.

O excesso de calor descompensa o nível e o volume das precipitações estacionais até fazer secar os cursos d'água à chegada da estação sem chuvas ou com muito pouca chuva. À medida que as chuvas cessam, os restos de água existentes no solo se evaporam rápida e progressivamente. Os lençóis d'água subsuperficiais se aprofundam até que os próprios rios passam a alimentar os lençóis mais próximos de seus leitos. (AB'SÁBER, 1999, p. 14).

Os critérios utilizados para definir o Semiárido são geralmente os relacionados “à meteorologia, ciência que analisa fenômenos atmosféricos, permitindo a previsão do tempo”, e a Hidrologia, ciência que analisa “a ocorrência,

circulação e distribuição das diferentes formas de água na terra, suas propriedades e interações”; que, segundo Ildes F. de Oliveira (2015, p. 75) atende apenas aos interesses do poder econômico e político estatal. Uma vez que os índices que medem as médias anuais de precipitação das chuvas são baseados em análises mais gerais, portanto, não explicando as diferenciações internas, servindo-se apenas como um referencial que não traduz a realidade de precipitação das chuvas nesse território (OLIVEIRA, I., 2015; SCHISTEK; ARAÚJO, 2003).

No Brasil, os limites climáticos do Semiárido são bem menores do que os encontrados no restante do mundo, pois os índices pluviométricos anuais são muito superiores aos encontrados noutros territórios Semiáridos. No entanto são postos sempre como responsáveis pelas dificuldades econômicas e sociais. (OLIVEIRA, I., 2015, p. 75).

Da mesma forma, os limites impostos pela qualidade dos solos também são menores do que os verificados noutras regiões (OLIVEIRA, I., 2015), pois 64% dos solos, no Semiárido brasileiro, são considerados bons ou regulares para a agropecuária e apenas 36% contêm fortes restrições ao uso agrícola. Conforme informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), são de pequeno porte 92,78% dos municípios do Semiárido, e a população estimada da região atingiu 23.846.982 habitantes, equivalendo a 42,44 e 11,76% da população do Nordeste e do país respectivamente. No Semiárido, são rurais 38,03% da população.

A região semiárida não deve ser considerada meramente um território físico e geográfico, sendo necessário que se incorpore a dimensão socioantropológica, isto é, a noção de território vivo (SANTOS, M., 2011, p. 14).

É no Semiárido onde vive uma gente sertaneja com características, enfrentando uma série de desafios cotidianamente, por exemplo, a distribuição inadequada de terra e dificuldades no acesso à água; mas demonstrando, por ações de coragem, que não está, nem nunca esteve, condenada à pobreza e à miséria (AB'SÁBER, 1999; OLIVEIRA, I., 2015).

Mulheres e homens sertanejos são ativos, astutos, repletos de sabedoria, intuição, cordialidade. Trabalham cotidianamente no sentido do bem viver no Semiárido. Fazem orações cotidianas e participam de romarias, divertem-se e se relacionam entre si e com o ambiente de forma peculiar (OLIVEIRA, I., 2015).

Também é uma gente paciente e disposta para ouvir gente de fora que venha falar sobre outras experiências de vida. No entanto, o sertanejo decide, conforme Ildes F. de Oliveira (2015), o melhor para si, a família e a comunidade. Ainda segundo o autor, o sertanejo tem os próprios entendimentos críticos sobre o que seja mais justo com relação a seus direitos.

Com o processo de colonização, os antepassados ou povos indígenas autóctones no Sertão foram “achados”, no Vale do Pajéu e ilhas ao longo rio São Francisco, pelos colonizadores europeus no século XVII, conforme a Carta de Pero Vaz de Caminha (OLIVEIRA, J., 2016a; PIRES, 2004; SILVA, E., 2017a). Sertão tem múltiplos significados no “contexto do universo cultural brasileiro e evoca significados reais e simbólicos”, a saber, região agreste afastada dos núcleos urbanos e das terras produtivas “interior pouco povoado, algo que se procura e nunca se encontra e quando menos se espera ele aparece, terras distantes do litoral”, entre outros (OLIVEIRA, I., 2015, p. 87). Sentido que contemplava áreas distantes do Nordeste e do Norte de Minas Gerais. Sertão “é onde manda quem é forte, com as astúcias” (ROSA, 2015, p. 28).

O antropólogo João Pacheco de Oliveira (2016a) descreveu a ideia do “achamento” do Brasil e dos povos autóctones no estudo sobre *o Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Ele refletiu sobre o termo “achamento” dos povos como foi escrito por Pero Vaz de Caminha em carta enviada ao Rei de Portugal. Caminha não citou o “descobrimento”, mas sim o “achamento” do Brasil. Dessa forma, a hipótese de pura intencionalidade europeia em “achar” o Brasil ganhou força. Enfraquecendo a ideia do acaso. Ao pensar no papel do acaso, esse autor alertou sobre os relatos que descreviam “as condições precárias e aventureiras da navegação, no final do século XV”, o que ajudou a criar expectativas equivocadas sobre a descoberta do Brasil e o relacionamento dos europeus com as populações indígenas (OLIVEIRA, J., 2016b, p. 46).

Um século e meio depois do “achamento” do Brasil, Maurício de Nassau (príncipe de Orange), por ocasião do retorno à Europa, “depois de um longo período em Pernambuco, escrevia à Companhia das Índias Ocidentais afirmando que o destino da colônia dependeria fundamentalmente ‘das relações que os administradores viessem a estabelecer com os nativos’.” (OLIVEIRA, J., 2016b, p. 48-49). Isto é, com os povos indígenas autóctones.

A ordem de comando para o “achamento” dos povos autóctones nos lugares de vida, no Submédio São Francisco, partiu do centro açucareiro de Olinda, cuja intenção era expropriar terras para a criação de gado. Entre outros interesses dos colonizadores, encontrava-se o fornecimento de gado bovino para transporte da cana nos engenhos e o uso do couro na fabricação de baús para exportação do açúcar (ANDRADE, M., 2011; SCHISTEK, 2017). O rio São Francisco também foi “achado” pelo colonizador europeu. Nas palavras de Manuel Correia de Andrade (2011, p. 184), nem a grandiosidade do São Francisco deteve a ambição e “a fome de terras” dos colonizadores europeus. Cada vez mais, eles avançavam para o Sertão até alcançar o rio, onde estabeleceram seus currais na margem esquerda pernambucana. De acordo com Geiza Kelly Alves da Silva (2004, p. 42), o colonialismo europeu, nessa região, foi fomentado pela Ordem Régia de 29 de abril de 1654, na qual o rei D. João VI concedeu sesmarias aos “verdadeiros heróis”, pois venceram diversos confrontos com os povos autóctones.

A presença colonial vislumbrou, também, possibilidades de exploração de possíveis outras riquezas que o lugar pudesse oferecer, incluindo as “ricas minas”. Assim como a disponibilidade de água permanente oferecida pelo rio São Francisco, que serviria de apoio à criação de gado (ANDRADE, M., 2011, p. 184).

Os deslocamentos dos colonizadores trazendo “gados, escravos e agregados” em direção ao Submédio São Francisco (ANDRADE, M., 2011, p. 186) ocorreram após a exploração no litoral pernambucano que expropriou territórios dos povos autóctones tornando-os escravos. “Os colonizadores fixaram-se, então, nas ribeiras mais férteis do Moxotó e Pajeú gerando conflitos ambientais, agrários e por água com os povos” (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 27).

Conflitos entre povos indígenas e colonizadores que buscavam estabelecer-se no Nordeste, no período de 1670-1690, culminaram com a Guerra dos Bárbaros, que provocou violência, mortes e dispersão dos povos indígenas. A guerra ocorreu nos Sertões das capitanias do Norte formados pelos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão.

No fim da década de 1660, ocorreram a fundação de aldeias jesuíticas e capuchinhas, no Submédio São Francisco, e as ações missionárias de capuchinhos franceses no período 1670-1702. A partir dessa fase, as aldeias estiveram, por um curto tempo, sob os cuidados dos missionários carmelitas; depois, em 1709, dos capuchinhos italianos. Conforme estabelecido pelos colonizadores, as aldeias no

Submédio São Francisco deveriam ser instaladas bem próximas dos currais e dos engenhos de açúcar (POMPA, 2011).

No estudo de Ricardo Pinto de Medeiros e Demétrio Mutzenberg sobre *Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVII*, os autores identificaram “etnônimos” por unidades ambientais: “Pipipãos”, Xukuru, Xocó, Umã, Tamaquéu, Pankararu, Paraquió, entre outros. Esses povos indígenas habitavam e se deslocavam nos territórios nas proximidades do Pajeú, Moxotó, Piancó, na Chapada do Araripe, nas Serras dos Cariris Velhos, Ororubá, Arapuá e ilhas do São Francisco. O estudo evidenciou a presença dessas populações marcando e dominando esses territórios (MEDEIROS; MUTZENBERG, 2016; OLIVEIRA, J., 2016b).

Os povos indígenas, especificamente, os “Pipipãos”, denominação de 1713, eram considerados pelos colonizadores “bárbaros” habitando a Serra Negra. A referência mais antiga sobre esse povo data de 1713 quando o capitão-geral da Capitania de Pernambuco comunicava ao capitão-mor João de Oliveira Neves que, na Ribeira do Pajeú, havia grupos indígenas revoltados, dentre os quais, os “Pipipãos”. Esse povo apresentava a população mais numerosa na Serra Negra (ARCANJO, 2003; FRESCAROLLO, 1883). Os povos indígenas eram chamados ora de “primitivos”, ora de “selvagens”, ora de “bárbaros”, pois se diferenciavam totalmente dos não indígenas, porque “não obedeciam autoridades nacionais” (OLIVEIRA, J., 2011, p. 664).

Desde 1710, os colonizadores haviam apropriado-se de grandes extensões de terras, os maiores latifúndios nas margens do rio São Francisco e afluentes, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior que muitos reinos europeus (ANDRADE, M., 2011; SANTOS JÚNIOR, 2015; SILVA, E., 2011; 2017b). Os currais pernambucanos instalados abrigavam perto de 800 mil cabeças de gado no início do século XVIII. A pecuária foi a responsável pela conquista da maior porção de área territorial que conformou posteriormente o estado de Pernambuco (ANDRADE, M., 2011). A extinção das aldeias capuchinhas do Submédio São Francisco ocorreu entre 1741-1745 em razão da necessidade/ambição da colônia em expandir seus negócios comerciais (POMPA, 2011; VALLE, 2011).

A grande expansão latifundiária e de currais provocou novos conflitos com os povos indígenas, habitantes nas Caatingas sertanejas no período preexistente ao colonialismo europeu (OLIVEIRA, J., 2016a).

Cada vez mais eram afugentados para as serras ou áreas da Caatinga com difícil acesso para água do rio São Francisco (ANDRADE, M., 2011). Esses conflitos, como também os processos migratórios, não persistiram apenas no período colonial, ao contrário, “continuaram no transcorrer do século XIX, somando-se a novos eventos de ordem política, socioeconômica e ambiental específicos daquele século” (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 27-28).

As terras nas aldeias indígenas em Pernambuco foram usurpadas pelos proprietários vizinhos e extintas pelo Governo Imperial entre os anos 1853 e 1880. Os registros históricos evidenciam que as violências utilizadas contra os povos indígenas, no processo de usurpação, foram empreendidas tanto pelo poder público quanto pelo privado. O processo de demarcação das terras das aldeias caracterizou-se por práticas violentas e sutis do colonialismo, entre outras, na forma do Decreto n.º 426 de 1845.

A legislação sobre a terra na forma da Lei Nacional de Terras n.º 601 de 1850 passou a regular o direito a terra no território brasileiro a partir desse período; igualmente, a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860. A referida Secretaria definia as questões de demarcação e legitimação de terras, a catequese e a civilização dos indígenas do Brasil (SILVA, E., 2017b; VALLE, 2011).

No fim do século XIX, ocorreu oficialmente a extinção das aldeias no Submédio São Francisco, reforçando a ideia de que os povos indígenas no Nordeste, particularmente no Submédio São Francisco, teriam sido extintos (OLIVEIRA, K., 2013; SILVA, E., 2011). Nesse contexto, indivíduos que habitavam os antigos aldeamentos passaram a ser chamados de “caboclos”, condição muitas vezes assumida para esconder a identidade indígena diante das inúmeras perseguições de fazendeiros, invasores dos territórios indígenas e até autoridades (SILVA, E., 2011; 2017a).

Os povos indígenas chamados de “caboclos”, ao longo do século XIX, continuamente reivindicaram direitos, denunciaram perseguições e violências e puseram em questão crenças e afirmações sobre o desaparecimento dos povos indígenas, conquistando considerável visibilidade política nos últimos anos (SILVA, E., 2011).

A extinção das aldeias no Nordeste, segundo Kelly Emanuely Oliveira (2013), ocorreu com amplo processo de perdas das terras pelos povos indígenas, e

encontra-se inter-relacionado com a forma como os indígenas são tratados na atualidade, isto é:

Vistos pelo senso comum em sua visão mais positiva como caboclos, descendentes ou remanescentes de uma população que não existe mais, e em seus piores comentários como grupos de vagabundos, desocupados e invasores de terras. Discriminados pela sociedade não indígena, pelo olhar direcionado aos povos mais isolados do Norte do país, que, por sua distintividade cultural, são aclamados por parte da sociedade, meios de comunicação e até por grande parte das instituições governamentais como os povos verdadeiros. (OLIVEIRA, K., 2013, p. 103-104).

A agricultura não foi uma atividade de destaque no Submédio São Francisco pernambucano no período colonial uma vez que a intenção era abastecer apenas as famílias de cada curral. Portanto, ocorreu de forma tímida, ou seja, para o autoconsumo; e “à sombra dos currais devido a grande distância do litoral, e ao elevado preço” que os produtos agrícolas adquiriam com o “transporte por dezenas de léguas” (ANDRADE, M., 2011, p. 190). A agricultura ocorria em pequenas extensões de terra, nos lugares mais úmidos e de solo mais espesso, por exemplo, “os leitos dos rios incluindo o São Francisco e seus afluentes e nas lagoas secas”. De acordo com Manuel Correia de Andrade (2011, p. 191) tratava-se de culturas de vazantes. Plantava-se mandioca, milho, feijão, algodão, melancia e melão algumas vezes. A cana-de-açúcar e as frutas eram cultivadas nas serras mais úmidas.

Nesse período o trabalho indígena sempre foi a principal fonte de mão de obra, e a Capitania de Pernambuco destacou-se como a de maior número de escravos. Ficando conhecida, também, como a Capitania que “vendia escravos com os mais baixos preços de toda a costa” nordestina. O colonialismo submetia “a população autóctone, ocupando os seus territórios e mobilizando o seu trabalho” (OLIVEIRA, J., 2016b, p. 59).

Os processos sociais vivenciados pelos povos indígenas no período colonial, no Submédio São Francisco, foram discutidos em outro estudo de João Pacheco de Oliveira, intitulado *Uma etnologia dos “índios misturados”?: situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. O autor explicitou que esse modo de expansão capitalista, advinda da presença colonial, instaurou “uma nova relação dos povos indígenas com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” (OLIVEIRA, J., 1998, p. 54). A territorialização corresponderia ao processo de reorganização social pelos quais os povos indígenas

no Nordeste vivenciaram nesse contexto de presença colonial e expansão dos latifúndios e currais no Submédio São Francisco.

Outros processos históricos, por exemplo, de implantação de “núcleos urbanos, expansão e desenvolvimento da pecuária”, aprofundamento da política fundiária e as políticas indigenistas foram vividos pelos povos indígenas nas ribeiras do Moxotó e Pajeú entre 1801-1845 (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 7). Esses povos foram logo incorporados aos trabalhos da nascente sociedade e de forma imposta incluídos nas atividades públicas e privadas, sendo objeto de escravidão (SILVA, 2017b).

O estudo de Cavalcanti et al. (2014, p. 157) sobre *Dinâmicas sociais no território Sertão do São Francisco*, destacou que, a partir do século XIX, com a introdução e a disseminação da cultura do algodão arbóreo, no Sertão, a economia passou por uma grande mudança “estruturando-se sobre a base do ‘trinômio’ pecuária, algodão e culturas de subsistência”.

Os latifundiários, instalados no Semiárido, passaram a vivenciar ou experimentar os fenômenos de estiagens, de irregularidades das chuvas no tempo e no espaço, que representou desafios para muitos deles, culminando com a instalação de processos migratórios para o litoral pernambucano (OLIVEIRA, I., 2015). As fazendas eram entregues aos administradores, que, por sua vez, controlavam os vaqueiros e agregados ou escravos, conhecidos como “caboclos”. Muitos desses “caboclos” eram indígenas que omitiam sua identidade para não serem perseguidos pelos fazendeiros e autoridades locais (SILVA, E., 2011; 2017a). Os vaqueiros cuidavam dos animais enquanto os agregados “caboclos” escravos cuidavam da agricultura de autoconsumo (OLIVEIRA, I., 2015, p. 120).

De forma geral, os colonizadores contaram sempre com o apoio irrestrito das autoridades locais, em Pernambuco, na consolidação de projetos econômicos. Introduziram um novo modelo econômico provocando mudanças sócio-históricas, transformando territorialidades indígenas preexistentes no território do Submédio São Francisco em Pernambuco (OLIVEIRA, I., 2015; SILVA, E., 2017a). A intencionalidade dos colonizadores era reproduzir, no Semiárido, o capitalismo mercantilista.

Na seção 2.1.1, apresentam-se as intenções do projeto da transposição do rio São Francisco para o combate à seca no Semiárido contrariando projetos de vida de populações indígenas. Assim, discute ações governamentais concernentes ao Plano

de Aceleração do Crescimento (PAC) econômico em 2003; e aborda o conceito de paisagem conforme Milton Santos (1997).

2.1.1 As intenções do projeto da transposição do rio São Francisco

Novas necessidades de exploração dos sistemas naturais foram impostas às comunidades rurais, no Semiárido nordestino, visando ao desenvolvimentismo, à ânsia do crescimento econômico (ESCOBAR, 2014). Nesse território, as necessidades de “crescimento” reconfiguraram novamente a região (SANTOS, M., 2013; SCOTT, 2013). Grandes objetos foram construídos ao longo da Bacia do rio São Francisco (SANTOS, M., 2013), por exemplo, as hidrelétricas de Sobradinho, Pedra Branca, Itaparica, Paulo Afonso I, II, III, IV, Apolônio, Moxotó e Xingó.

As maneiras bem particulares de afetividades dos ambientes naturais contrastam com o modo de ser e agir moderno, quando se fala sobre os Grandes Objetos do desenvolvimento econômico, especificamente, no Submédio São Francisco (SANTOS, M., 2013), que contrariam projetos de vida (SCOTT, 2013) dos Tumbalalá, Truká, Tuxá, Pankararu, Pankaiuká, Pipipã, Kariri Xocó e Xocó, habitantes ao longo da área de abrangência desses grandes empreendimentos (SANTOS, M., 2013; 2014). Reflexões feitas por Scott (2013) no Submédio São Francisco pernambucano abrangeram o período entre 1973 e 2013 (40 anos) para que, este:

[...] pudesse compreender a configuração complexa de múltiplos processos de negociações de controle de territórios e recursos, tangíveis e intangíveis, caracterizada pelos encontros de diferentes projetos de desenvolvimento e diferentes projetos de vida na região. (SCOTT, 2013, p. 16).

O espaço, em conformidade com Milton Santos (2006 p. 38), é constituído por categorias que conformam um “conjunto de elementos naturais ou construídos”, que podem ser objetos geográficos naturais, formas ou fixos e fluxos ou funções (ações, ideias, movimentos, circulação de pessoas). Os objetos fixos encontram-se presos ou fixados em cada lugar, favorecendo ações ou movimentos humanos que vão modificando o próprio lugar.

No início da história do homem, a configuração territorial caracterizava-se pela materialidade e formada apenas pelos sistemas naturais, por exemplo, rios, lagos, açudes, barreiros, biomas, praias, entre outros (SANTOS, M., 2013). No

entanto: “À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens.” Por exemplo: “estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.” (SANTOS, M., 2006, p. 39).

Com isso, os humanos produziram “uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, M., 2006, p. 39). Essa configuração territorial humanizada, que mudou a paisagem e avançou nos territórios de desenvolvimento, foi e está sendo produzida com “os restos da Natureza primitiva” crescentemente encobertos pelos empreendimentos construídos. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os “artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo”, conforme Milton Santos (1988, p. 16). A paisagem se inter-relaciona com a “maneira como esses objetos são visualizados aos nossos olhos, na continuidade visível” (SANTOS, M., 1997, p. 2).

Ainda em conformidade com esse autor, “tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas” determinando agravos à saúde física e mental das populações nos territórios de desenvolvimento. Deixamos de entreter a Natureza amiga e criamos a Natureza hostil (SANTOS, M., 1988, p. 16).

Russell Parry Scott acompanhou durante 26 anos os reassentados da barragem de Itaparica e citou a produção de “intimidação e exclusão de grande número dos moradores às margens do rio São Francisco, impactados, mitigados ou não, de boa parte dos benefícios de desenvolvimento” (SCOTT, 2013, p. 15). Analisou os projetos de desenvolvimento *versus* projetos de vida. Percebeu que, nas últimas quatro décadas (1973-2013), o quadro complexo de processos de “negociações de controle de territórios e recursos, comprovados/percebidos ou não, foi caracterizado pelos encontros de diferentes projetos desenvolvimentistas e diferentes projetos de vida” (SCOTT, 2013, p. 16).

Os objetivos do desenvolvimento econômico não contemplaram “os objetivos dos projetos de vida dos grupos étnicos, ribeirinhos, tradicionais, residentes às margens do rio São Francisco”, que, de forma contrária, buscaram “possibilitar uma diversidade de meios de vida que não se orientavam pelos objetivos de projetos desenvolvimentistas” (SCOTT, 2013, p. 25). Referiu esse autor que, em 2007, nas proximidades da tomada de água do projeto da transposição do rio São Francisco (Eixo Norte), em Cabrobó, “populações que se entendem como ribeirinhos tradicionais, quilombolas, indígenas, sem terra, e, em geral”, protestaram e

questionaram os efeitos da implantação do projeto da transposição do rio São Francisco, sobre seus projetos de vida nas margens do rio (SCOTT, 2013, p. 25).

Sobre o projeto da transposição do rio São Francisco, foi idealizado por meio de iniciativa governamental, com o PAC, incluindo grandes empreendimentos de infraestrutura para prover condições logísticas para a produção de *commodities* no Brasil. Em julho de 2003, o governo federal anunciou o projeto da transposição do rio São Francisco como parte do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 (BARROS, 2014). O projeto foi regulamentado por meio da Resolução n.º 47/2005, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), como Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF (BRASIL, 2004, p. 9), a ser implantado no Semiárido nordestino (Figura 1).

Figura 1 – Representação espacial do Semiárido brasileiro, 2018



Fonte: Adaptado do IBGE (2018).

Nota: O Semiárido corresponde ao trecho cinza escuro.

O objetivo principal do projeto é garantir a oferta de água para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte sejam beneficiados em 2025. Além de água para consumo humano, está prevista pelo projeto da transposição do rio São Francisco, uma vazão para irrigação, cerca de 70% e cerca de 15% para a indústria (BRASIL, 2004).

Na implantação da transposição do rio São Francisco, foram previstos dois sistemas independentes de obras hidráulicas:

- a) Eixo Norte (402 km) com ponto de captação em Cabrobó, constituído por 4 estações de bombeamento, 22 aquedutos, 6 túneis e 26 reservatórios de pequeno porte, duas pequenas centrais hidrelétricas junto dos reservatórios de Jati e Atalho no Ceará;
- b) o Eixo Leste (220 km) com ponto de captação em Itaparica. Esse Eixo levará água para o Açude Poço da Cruz (PE) e para o rio Paraíba, que é responsável pela manutenção dos níveis do Açude Epitácio Pessoa, o Boqueirão, que abastece entre outras cidades, Campina Grande.

Esse Eixo é chamado também de Trecho V. Compõe-se de 5 estações de bombeamento de água, 5 aquedutos, 2 túneis e 9 reservatórios de pequeno porte (BRASIL, 2004).

Para ajustar à distribuição e à intensidade dos impactos previsíveis relacionados com o projeto da transposição do rio São Francisco, foram estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004) três unidades de análise:

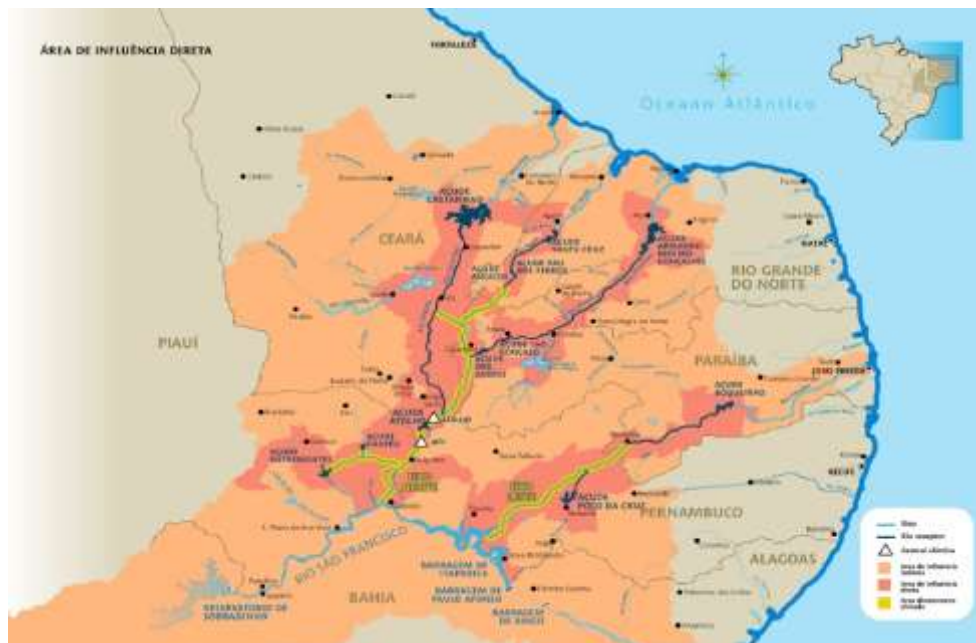
- a) Área de Influência Indireta (AII), onde ocorreram, no caso do Eixo Leste e ainda estão ocorrendo no caso do Eixo Norte, os efeitos indiretos da integração das águas.
- b) Área de Influência Direta (AID), onde ocorreram as transformações ambientais diretas, ou primárias, decorrentes do grande empreendimento, por exemplo, no entorno imediato de onde foi construído o Eixo Leste e onde está sendo construído o Eixo Norte; em Pernambuco, os municípios que conformaram a Área de Influência Direta (AID) foram os seguintes: Betânia, Cabrobó, Custódia, **Floresta**, Ibimirim, Mirandiba, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolândia, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Sertânia, Terra Nova e Verdejante.
- c) Área Diretamente Afetada (ADA), onde houve os contatos diretos entre as estruturas físicas do grande empreendimento e a região onde foi implantado o projeto (BRASIL, 2004).

Nessa área foram efetuadas as principais intervenções para o transporte da água, como a construção de canais, estações de bombeamento, túneis, aquedutos e reservatórios, além de edificações temporárias, como canteiros

de obras, alojamentos de trabalhadores e vias de acesso de veículos e maquinário. Compreende uma superfície da ordem de 7.750 km², que é muito maior do que a área onde ocorrerão as obras. A largura total da faixa necessária para as obras dos canais, por exemplo, tem cerca de 200 m. (BRASIL, 2004, p. 54).

Em Pernambuco, a ADA atingiu os municípios de Betânia, Cabrobó, Custódia, **Floresta**, Petrolândia, Salgueiro, Serrita, Sertânia, Terra Nova e Verdejante (BRASIL, 2004). A Figura 2 localiza o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Figura 2 – Representação espacial da Área de Influência Direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco, Eixos Norte e Leste, trechos I, II e V



Fonte: Brasil (2004, p. 60).

Foram 38 Programas Ambientais – Programa Básico Ambiental (PBA) – elaborados e administrados pelo Ministério da Integração Nacional, de acordo com as exigências emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na Licença Prévia (LP) 200/2005, de 29 de abril de 2005. Os Programas foram elaborados para cumprir 52 condicionantes ambientais emitidas pelo Ibama, que deveriam ter sido realizadas até o ano de 2009 (BRASIL, 2012). Conforme informações do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2018), o Projeto de Integração do Rio São Francisco destinou mais de R\$ 1 bilhão de reais do seu orçamento total aos programas ambientais. Esse valor representou mais de 10% dos investimentos do projeto.

Os Impactos negativos do projeto da transposição do rio São Francisco, (potenciais alterações ambientais possíveis de ocorrer em uma ou mais fases do planejamento, construção e operação), esperados e avaliados como mais relevantes pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004) são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Impactos negativos do projeto da transposição do rio São Francisco esperados e avaliados como mais relevantes pelo Ministério da Integração Nacional

Impactos negativos do projeto da transposição do rio São Francisco
<ul style="list-style-type: none"> a) Perda temporária de empregos e renda por efeito das desapropriações; b) Modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas das Bacias receptoras; c) Risco de redução da biodiversidade das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras; d) Introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obra; e) Ruptura de relações sociocomunitárias durante a fase de obra; f) <u>Possibilidade de interferências com populações indígenas;</u> g) Pressão sobre a infraestrutura urbana; h) Risco de interferência com o Patrimônio Cultural; i) Perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa e de habitats de fauna terrestre; j) Risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninha ao homem nas bacias receptoras; k) Interferência sobre a pesca nos açudes receptores; l) Modificação do regime fluvial das drenagens receptoras;

Fonte: Brasil (2004, p. 74).

Nos territórios indígenas, impactados diretamente pelo grande empreendimento, criou-se o Programa de Apoio às comunidades Indígenas, Eixos Norte e Leste - trechos I, II e V (BRASIL, 2004). O citado programa foi parte integrante do Programa Básico Ambiental (PBA 12) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Elaborado e administrado pelo Ministério da Integração Nacional com as seguintes finalidades:

- a) contemplar os povos indígenas residentes nas proximidades da área diretamente afetada pelo grande empreendimento, por exemplo, o povo Pipipã;
- b) mitigar e compensar os possíveis impactos negativos decorrentes da execução das obras do projeto nas proximidades de sua ADA (BRASIL, 2004).

O objetivo geral do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas era proporcionar o “desenvolvimento de ações relacionadas à implantação de infraestruturas, regularização fundiária e capacitações em organização social e gestão produtiva”, que proporcionasse ao povo Pipipã “melhores condições de vida, autonomia socioeconômica e ambiental” (BRASIL, 2004, p. 8).

As principais promessas assumidas pelo Ministério da Integração Nacional para mitigar os impactos com a implantação do Eixo Leste da transposição do São Francisco, no território Pipipã, foram as seguintes: 1) apoiar a regularização fundiária das terras Indígenas; 2) articular e acompanhar a instalação das torres de telefonia móvel; 3) articular e acompanhar a construção de um centro de capacitação e treinamento equipado com som, vídeo, parabólica, data show, DVD, cozinha industrial e inclusão digital, acesso à internet e acervo bibliográfico; 4) viabilizar a implantação de sistemas de radiofonia; 5) implantar, adequar e ampliar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; 6) articular e acompanhar a construção da infraestrutura física de casa de farinha e aquisição de equipamentos e prensa; 7) doar motor e equipamentos para casa de farinha na Aldeia Caraíbas; 8) implantar os sistemas de abastecimento de água para a Etnia; 9) restringir o desmatamento ao mínimo necessário para as obras; 10) construir os acessos de estrada para os moradores nas Aldeias Lagoa Rasa e Tabuleiro do Porco; 11) realizar ações mitigadoras específicas relativas à perda e fragmentação da Natureza visível no território/ articular e acompanhar a implementação de Viveiros de Mudas/restringir o desmatamento ao mínimo necessário para as obras. Essas informações constam no Programa Básico Ambiental Indígena (BRASIL, 2012, p. 8).

De acordo com o cronograma, as obras do Eixo Leste e Norte foram previstas para serem iniciadas (1.º ano) em maio de 2007. No que se refere à conclusão, o Eixo Leste teve seu término previsto (8.º ano) para dezembro de 2014. Enquanto o Eixo Norte, para dezembro de 2015 (9.º ano), como consta no Programa 12 de Apoio aos povos indígenas (BRASIL, 2012, p. 54).

Os grandes empreendimentos de desenvolvimento como a transposição do rio São Francisco provocam grandes transformações nos territórios de desenvolvimento durante os processos de implantação; e os conceitos desterritorialização, reterritorialização e territorialidade, debatidos na seção 2.2, são de interesse para a compreensão dessas transformações territoriais e do cotidiano vivido pelas populações.

2.2 Desterritorialização e reterritorialização: novas territorialidades

Por mais de 60 anos, toda a América Latina “tem vivido e sofrido os avatares do pensamento e da prática do desenvolvimento econômico” de acordo com Escobar (2014, p. 25). Os “avatares” da globalização, segundo esse autor, avançaram nos territórios de desenvolvimento no intuito de cada vez mais “desenraizar, desterritorializar e reterritorializar” (FUINI, 2014, p. 23). Nesse caso, o termo avatar significa o processo de transformação em que os territórios se encontram submetidos em nome do desenvolvimento econômico global. A destruição dos territórios decorrentes dos desejos da globalização, no mundo, mesmo sendo de forma temporária, é compreendida como desterritorialização (CHELOTTI, 2010; HAESBAERT; BRUCE, 2002).

As populações estão vivendo um movimento de desterritorialização, pois os “territórios originais se desfazem ininterruptamente”. O “movimento de desterritorialização é seguido por outro movimento de reterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224). Não se deve confundir a reterritorialização

[...] com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Mais recentemente, segundo Haesbaert, a desterritorialização tem sido abordada e relacionada com a:

[...] efetiva apropriação e ao domínio do espaço [...], especialmente àquela ligada aos processos de exclusão sócio-espacial. [...] Trata-se aqui, de fato, de uma desterritorialização como perda do acesso à terra – terra vista não só no seu papel de reprodução material [...], mas também como *locus* de apropriação simbólica. HAESBAERT, 2003, p. 17-18).

Conforme esse autor, pode-se relacionar com “essa noção de desterritorialização a concepção mais integradora de território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica” (HAESBAERT, 2003, p. 18).

Com esse último enfoque associando desterritorialização e exclusão social, fica evidente que, embora privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente [...] as dinâmicas, política e cultural, os processos de

desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a re-formulação de muitas estratégias identitárias. (HAESBAERT, 2003, p. 18).

Nesse sentido e ainda de acordo com esse autor, cabe uma reflexão geográfica multiescalar para a compreensão da desterritorialização e “como se trata sempre de um processo concomitante de desterritorialização e reterritorialização, é preciso que ele seja interpretado em diversas escalas”. Pois o que “em um nível escalar é percebido como processo desterritorializador, em outro nível pode ser visto como reterritorializador” (HAESBAERT, 2003, p. 18).

A desterritorialização pensada por Haesbaert (2010, p. 194) foi associada à globalização da economia, na medida em que se constitui um mercado mundial com “dinâmicas comerciais, financeiras e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais”. A perspectiva política da desterritorialização adquiriu grande importância na geografia política, no diálogo com a ciência política. Isso decorreu em razão das citadas ciências defenderem a relação entre poder político *versus* espaço, na discussão de território. Por isso é uma concepção mais difundida e aceita.

O Estado, em si, é um “desterritorializador desde seu aparecimento”. Pois a “divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial” foi imposta, por exemplo, no caso da “desterritorialização ocorrida com as comunidades pré-capitalistas”. Quando ocorrem “as transformações em suas formas de negociações e sentidos próprios de vida em seus territórios”, que implicou a produção de uma territorialidade, aquela que depende fundamentalmente “dos meios ou recursos produzidos pela terra” (HAESBAERT, 2010, p. 194-195).

Na perspectiva da cultura, a desterritorialização também foi pensada por Haesbaert (2010) não no sentido da cultura apenas, apesar de esta constituir a produção territorial, pois esse autor não separou o político do cultural. Cultura – modo de vida de um povo em que se incluem em atitudes, valores, crenças, artes, ciências, modos de percepção, hábitos de pensamento e de ação (BLACKBURN, 1997).

Nas palavras de Haesbaert (2010, p. 214), tudo ocorre ao “mesmo tempo material e simbólica”. Dessa forma, dá-se maior visibilidade às imbricações e “ambiguidades das estruturas populacionais tradicionais em desterritorialização” ao contrário do que se fosse pensada apenas em um único sentido, isto é, no sentido

cultural. Assim como o que é diverso internamente às populações e em cada condição, enfatizou o autor.

Raffestin (2011, p. 142), em sua obra *Por uma geografia do poder*, afirmou que a territorialidade reflete a “multidimensionalidade do vivido” no território pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades de forma geral. “Os homens ‘vivem’ tanto o processo territorial quanto o produto territorial, tudo ao mesmo tempo, por intermédio de um sistema de relações existenciais e ou produtivistas.”

Na compreensão deste autor:

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a Natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. (RAFFESTIN, 2011, p. 142).

Como a vida é “tecida por relações” de acordo com Raffestin (2011, p. 144), a territorialidade corresponde ao “conjunto de relações de poder que se originam num sistema sendo constituído de três dimensões, sociedade-espaco-tempo histórico, no sentido de uma autonomia cada vez maior”.

A territorialidade também pode corresponder ao “poder exercido que transcende as relações políticas” envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle,

mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. Efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade, no campo e nas relações urbano rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET; SPOSITO, 2009, p. 90).

Na análise do sentido da territorialidade, deve-se considerar o conjunto daquilo que se vive no cotidiano: relações com o “trabalho, com o não trabalho, com a família, a autoridade política”, fundamentais para sua compreensão (RAFFESTIN, 2011, p. 146).

Esta seção tratou de conceitos utilizados pela Geografia e fundamentais para o estudo, permitindo compreender a desterritorialização, a reterritorialização e as novas territorialidades oriundas das imposições do desenvolvimento econômico globalizado nos territórios. A seção 2.3 apresenta brevemente uma reflexão conceitual acerca da vulnerabilidade (como potência) e a vulnerabilização (como

ato). Enfatiza a importância de suas distinções, especificamente, a vulnerabilização, por significar um processo de injustiça ambiental que repercute sobre a saúde das populações nos territórios de desenvolvimento.

2.3 Vulnerabilidade e vulnerabilização

É possível constatar que “recai sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder, de forma desproporcional, a maior parte dos processos vulnerabilizantes” quando se trata da implantação de grandes empreendimentos de desenvolvimento; tanto os processos decorrentes dos modos extrativistas de exploração dos recursos naturais quanto da destinação de resíduos no ambiente (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009, p. 11).

Existe uma concepção hegemônica difundida nos diversos meios de comunicação de que todos estão sendo afetados pela crise ambiental. Implicando uma maneira simplista de abordar a questão. Os objetivos e as intencionalidades de apropriação dos recursos naturais muitas vezes não são suficientemente claros além de pouco discutidos com os grupos sociais. Sendo a questão da “crise ambiental conduzida ou centrada, apenas em seu aspecto técnico” (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009, p. 12).

No contexto da discussão das desigualdades ambientais e dos movimentos pela Justiça ambiental, na década de 1970, os diálogos sobre saúde e ambiente foram feitos em uma perspectiva crítica, fomentado pelo Movimento da Reforma Sanitária brasileira. A justiça ambiental diz respeito ao “conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero”, suporte uma parcela desproporcional “das consequências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas, de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas” (PORTO, 2011, p. 35).

Um período em que as questões sociais e os direitos humanos foram bem acolhidos enquanto outros desafios de enfrentamentos eram postos para a Saúde Pública pelos primeiros grupos afetados pela epidemia de HIV. A compreensão acerca da vulnerabilidade também passou por mudanças incorporando a não naturalização do seu sentido (AYRES, 2018).

Na década de 1990, particularmente, a partir das ideias do neoliberalismo em escala global, “as decisões do mercado se pautaram no uso máximo de racionalidade de economia dos meios, incluindo o Ambiente” (ESCOBAR, 2014, p. 25). Nesse período, toda a América Latina se encontrava submetida ao desenvolvimento econômico global concentrando benefícios nas mãos de poucos. No entanto, nos Estados Unidos, os movimentos pela Justiça ambiental eram fortalecidos (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009).

O conceito de vulnerabilidade passou a ser utilizado mais amplamente nos estudos em saúde a partir da década de 1990 e teve “origem no campo dos direitos humanos” por meio de uma “discussão sobre os direitos de cidadania de grupos sociais considerados vulneráveis, em função da fragilidade na consecução de seus direitos” (NICHATA et al., 2011, p. 1770). O conceito de vulnerabilidade, segundo as autoras, foi mais amplamente utilizado,

[...] a partir da década de 1990, com a importante contribuição sobre a disseminação da aids em diferentes países do mundo (2). Isto pode ser considerado como um marco de referência, uma ruptura paradigmática em relação ao uso do conceito, pois, até então, era estritamente aplicado em situações de catástrofes. (NICHATA et al., 2011, p. 1770).

Para além do risco que se refere à probabilidade de um determinado indivíduo contrair uma doença quando exposto (ALMEIDA FILHO; CASTIEL; AYRES, 2011), a vulnerabilidade se constitui “como indicador da iniquidade e da desigualdade social”. A vulnerabilidade se relaciona com a busca da compreensão da “determinação social dos processos de saúde e de doença, abrindo um campo de possibilidades maiores para o seu enfrentamento relacionado ao modo de viver dos humanos” (NICHATA et al., 2011, p. 1770).

A vulnerabilidade, quando refletida na inter-relação saúde *versus* biomedicina, deve ser pensada de forma ampliada em razão das questões próprias inerentes aos humanos, por exemplo, existenciais, éticas, da diversidade cultural, políticas e econômicas implicadas, que se configuram como complexos (PORTO, 2011).

Essa compreensão sobre a vulnerabilidade possibilita avançar no sentido da determinação social, visibilizando “contextos vulneráveis e processos sociais envolvidos”; incluindo, também, “os científicos e tecnológicos que podem alterar as dinâmicas de vulnerabilização” (PORTO, 2011, p. 54). Os contextos vulneráveis “são aqueles nos quais os sistemas sociotécnicos ambientais, desenvolvidos, agravam as

situações de vulnerabilidade socioambientais existentes nos territórios”, afirmou Porto (2012a, p. 44). O autor ainda enfatizou que esse contexto é

[...] permeado por processos decisórios e as instituições responsáveis pela sua regulação e controle não atuam de forma efetiva pelo menos para certos grupos e territórios. Isto normalmente ocorre para favorecer projetos e interesses econômicos que agridem a saúde, os direitos humanos, a cultura e o sentido da vida das comunidades atingidas. (PORTO, 2012a, p. 44).

A determinação social da saúde nos contextos vulneráveis fundados nos territórios de desenvolvimento deve ser visibilizada a partir dos Sistemas Sociotécnicos Ambientais (STA). Esses sistemas são compreendidos como “unidades específicas em que interagem pessoas, sistemas técnicos e ambientes em territórios delimitados” (PORTO, 2012b, p. 98). Os STA são “utilizados com finalidades diversas, isto é, na produção de bens, nos sistemas produtivos, como para a criação de infraestruturas diversas”: sistemas de transporte, de distribuição e tratamento de água (PORTO, 2012b, p. 98). No caso de nosso estudo, esses STA remetem ao projeto da transposição, utilizados para transpor as águas do São Francisco. São sistemas que distribuem e tratam resíduos, produzem moradias e energia entre outros.

A vulnerabilidade articula relações entre sujeitos e contexto, “numa via de mão dupla”. É fundamental a compreensão das diversidades contextuais, mas “também olhar com atenção para as práticas sociais, para a atuação dos sujeitos e até entender como é que eles estão referenciando, interpretando esses contextos em que eles mesmos procuram atuar”, conforme comenta o entrevistador Marcelo Castellanos em Ayres (2018, p. 55).

Os contextos insalubres, produtores de vulnerabilidades, podem estar presentes onde as pessoas moram, trabalham, divertem-se, circulam de forma geral; e podem ser pouco ou muito graves. No entanto, a maior ameaça se configura quando a comunidade ou toda a sociedade, que se encontra vulnerável, não sabe compreendê-los, não reconhece sua determinação nem conhecem meios de intervir adequadamente (PORTO, 2012b).

As vulnerabilidades, assim como os processos de vulnerabilização, por sua vez, encontram-se articulados com “as dinâmicas globais da sociedade e os espaços mais locais, onde os processos insalubres ocorrem”. Essas dinâmicas “introduzem e

multiplicam processos ambientais danosos à saúde dos povos e determinantes da acumulação de poder e de riquezas materiais” (PORTO, 2012a, p. 44).

O processo de vulnerabilização é constituído de elementos associados, “os individuais, o político institucional e os sociais”. Quando a abordagem é realizada pelo “lado do indivíduo leva a sugerir forte interveniência de escolhas deles” (ACSELRAD, 2006, p. 1). Mesmo quando consideramos que “a vulnerabilidade seja decorrente da produção social e que práticas políticas institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais”, o lócus da observação tende a ser o indivíduo, e não o processo (ACSELRAD, 2006).

Nas definições mais correntes, a condição apontada está posta nos sujeitos sociais e não nos processos que os tornam vulneráveis. Uma alternativa politizadora seria, por exemplo, a de definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual. Esta é a formulação do Movimento de Justiça Ambiental dos EUA: põe-se foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos. (ACSELRAD, 2006, p. 1-2).

Diante da proteção desigual ofertada pelo Estado, “os mecanismos que tornam os indivíduos vulneráveis” devem ser questionados no sentido do resgate dos direitos democráticos, negados, exigindo o cumprimento das responsabilidades políticas; e “questões sobre quais sejam os mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis devem ser feitas e cobradas às obrigações públicas que lhe são devidas como direitos (ACSELRAD, 2006, p. 2). Isto é,

Interessa determinar e, assim, interromper os processos decisórios que impõem riscos aos mais desprotegidos – decisões alocativas de equipamentos danosos, dinâmicas inigualitárias do mercado de terras etc. Focalizar-se-á neste caso a proteção aos cidadãos como responsabilidade política dos Estados democráticos, em lugar apenas de se mensurar os déficits nas capacidades de autodefesa dos mesmos. (ACSELRAD, 2006, p. 2).

Nas pesquisas sobre a vulnerabilização nos territórios de desenvolvimento, os processos sócio-históricos “devem ser detalhadamente descritos, valorizados compreendidos e explicitados no sentido da inclusão social e do resgate de direitos perdidos pelos grupos sociais atingidos” (PORTO 2009, p. 31-32). A Saúde coletiva deve-se colocar ao lado dos vulnerabilizados, reagindo a partir “de uma construção conjunta, democrática, onde o diálogo seja o caminho; mas percebendo quais são as condições para se gerar esse diálogo” (AYRES, 2018, p. 56).

As populações devem assumir “o seu papel de sujeitos coletivos ativos de transformação da sua própria condição de vulnerabilizados”, no sentido do resgate da igualdade dos direitos atendendo demandas pelo movimento por justiça ambiental (PORTO, 2011, p. 32).

Outro campo de atuação, também, em defesa daqueles grupos desprovidos de direitos, é o da Bioética da Proteção. Esta defende as populações excluídas pelos processos de globalização da economia, caracterizados como desenraizadores. A Bioética da Proteção buscou “solucionar conflitos de interesses entre quem tem os meios que o capacitam para realizar sua vida e quem não os tem” (SCHRAMM, 2008, p. 11). Nesse sentido, são priorizados os indivíduos denominados por Schramm (2008) de “vulnerados”, isto é, que se encontram na condição de traumatizados ou feridos pelo processo de injustiças e desigualdades ambientais produzido nos territórios de desenvolvimento.

Dessa forma, Bioética da Proteção busca valer o princípio de Justiça no sentido de resgatar a igualdade de direitos humanos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; SCHRAMM, 2008, 2012).

A condição de “vulnerado” (“ferido”) é o objeto de interesse da Bioética de Proteção. Essa condição deve ser diferenciada daquela de vulnerabilidade, cujo sentido se encontra ligado a uma “condição ontológica de qualquer ser vivo e, portanto, característica universal e também histórica que não pode ser protegida” (SCHRAMM, 2008, p. 20).

É importante compreendermos as diferenças conceituais existentes entre os termos vulnerabilidade e vulnerabilização, devido a implicações práticas decorridas. Pois se um indivíduo “deixa de ser vulnerável é porque ele tem se tornado vulnerabilizado” (SCHRAMM, 2012, p. 2-3). Segundo esse autor, os dois termos dizem respeito ao sentido ato/potência; dessa maneira, a vulnerabilização deve ser vista como uma vulnerabilidade em ato. Ambos os termos, vulnerabilidade e vulnerabilização, têm a mesma raiz semântica oriundas do latim *vulnus* que significa (“ferida”) que, por sua vez, é traduzida do grego como *trauma* (“ferida”). Dessa forma, a vulnerabilidade se refere a uma característica em potência; e a vulnerabilização a uma característica em ato e processo.

Pode-se dizer que o conceito de vulnerabilidade se refere a uma potencialidade e a vulnerabilização a uma efetivação de tal potencialidade, isto é, a vulnerabilidade é em princípio sempre em potência e a vulnerabilização em ato. (SCHRAMM, 2012, p. 2).

A Bioética de Proteção (SCHRAMM, 2012, p. 2), compreende que “a vulnerabilidade de todo indivíduo é justamente pelo fato de estar vivo”, sujeito a todas as incertezas dessa condição. “Nessa concepção, a vulnerabilidade é justamente aquilo que, a partir dessa posição singular do indivíduo, o expõe a essas possíveis agressões e desrespeito.” (AYRES, 2018, p. 60).

Na perspectiva da epistemologia política e do movimento por Justiça Ambiental, o termo “vulnerável” (vulnerabilidade em potencialidade conforme Schramm, 2012) incorpora potencialidades “ao integrar as dimensões do ambiente, da saúde coletiva, do direito e da democracia por meio de ações transformadoras” (PORTO, 2009, p. 33).

Pensando em termos de saúde pública, saúde coletiva, algumas situações de vulnerabilidade devem ser compartilhadas socialmente e transformadas. “Não é desconhecer que há um grau de vulnerabilidade do estar vivo de qualquer ser humano.” (AYRES, 2018, p. 60).

A questão é: qual é a vulnerabilidade que nos interpela como sanitaristas, como profissionais de saúde? E aí a gente tem que pensar no grau de compartilhamento de certas vulnerabilidades, no modo como ela se constitui e distribui nas relações sociais que estamos sempre construindo, para que a gente possa ajudar a melhorar a vida de todo mundo. (AYRES, 2018, p. 60).

Encerrando a entrevista com José Ricardo Ayres (2018, p. 60), o entrevistador Marcelo Castellanos diz: a vulnerabilidade,

afinal, se trata de uma relação social, são seres vivos, com toda sua história de vida, mas que não existem no vácuo, têm sempre relações históricas, e se a gente não as levar em consideração (e com força!), não só na análise, mas [também] nos posicionamentos, estaremos fazendo qualquer coisa, menos saúde coletiva.

A Saúde coletiva produz reflexão teórica e epistemológica possibilitando que esta seja pensada como “campo de saberes, práticas e espaço social” onde se processa uma “dinâmica complexa que envolve os sujeitos, o indivíduo e o coletivo” (TEIXEIRA; PAIM, 2017, p. 12). Novas práticas emancipatórias no campo da Saúde coletiva são discutidas na seção 2.4 ao tratar sobre a atuação da Ecologia Política

como uma nova ciência na América Latina. Essas práticas são necessárias nos contextos de vulnerabilização e de injustiças ambientais produzidas por processos sociais globais de desenvolvimento.

2.4 Ecologia política: mobilizações pela justiça ambiental

Propõe ações interdisciplinares objetivando principalmente resgatar a igualdade de direitos ambientais e a reparação dos danos provocados, particularmente, pela implantação de grandes empreendimentos econômicos nos territórios.

A oposição aos processos de “dominação”, que são marcados pelo caráter colonial, a redução e eliminação da opressão sobre a vida e a saúde, constituem afirmações da Ecologia Política. Para isso, organiza o conhecimento com essa finalidade (ESCOBAR, 2017). A base epistemológica e metodológica propõe uma nova atuação científica como uma ciência pós-normal para lidar com problemas socioambientais complexos. O conhecimento construído pelos pensadores da Ecologia Política reconhece a instalação de uma crise ambiental marcada pela degradação dos ecossistemas e da vida na América Latina. Propõem reflexões e intervenções alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico vigente (ESCOBAR, 2014; PORTO, 2011).

Investigar a determinação social da crise ambiental caracterizando o passado sócio-histórico do nosso continente (Sul) é uma estratégia de atuação da Ecologia Política, cujo “marco é o próprio pensamento da América Latina, que responde ao desafio de ‘pensar a nação’ e a construção de um conhecimento que avance sobre diagnósticos e soluções”, indo além da “objetividade das ciências sociais normais”³ (ALIMONDA, 2017, p. 35). Nas duas últimas décadas, a Ecologia Política, dialoga com diversas disciplinas como a Biologia, a Antropologia, a Geografia, a História e a Ciência Política, produzindo “um espaço interdisciplinar próprio no âmbito das ciências naturais e sociais” (LITTLE, 2006, p. 86).

O quadro de agravamento da crise ambiental nas décadas de 1960 a 1970, na América Latina, significou a “expressão de uma crise relacionada aos modos

³ No original: [...] marco es el propio del pensamiento latinoamericano, respondiendo al desafío de ‘pensar la nación’, a la creación de un conocimiento que avanza sobre diagnósticos y soluciones, [...] objetividad de las ciencias sociales ‘normales’.

hegemônicos de ver o mundo”. A produção de um ambiente saudável desafia a Ecologia Política no sentido do resgate da sustentabilidade nos territórios (ESCOBAR, 2014; LEFF, 2017). Esse pensar ecológico político passou a questionar os paradigmas da ciência hegemônica e as estratégias de poder que se pautam no discurso do desenvolvimento econômico e os efeitos de degradar a vida e a saúde.

A Ecologia Política é um campo de ação que atua definindo políticas ecológicas e estudos de ecologia de distribuição dos conflitos ambientais, no sentido da compreensão de “problemas sociais, de saúde e ambiente em sua relação com os processos e modelos de desenvolvimento econômico de um território, país ou região” (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1985).

Na América Latina, África ou Ásia, especificamente, nos países de média e baixa renda, os processos socioambientais decorrentes da economia globalizada por serem diversos e desastrosos, promovem injustiças ambientais, conflitos e desigualdades ambientais (PORTO, 2011, p. 44). Um modelo de desenvolvimento fortemente articulado com o “papel dos países de média e baixa renda, no mercado globalizado de *commodities* diversas” (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1986).

Os conflitos ambientais são conceituados como aqueles que envolvem “grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território”:

[...] tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem sendo ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O autor remete os conflitos ambientais a quatro dimensões constitutivas: apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade (da base material necessária à continuidade de determinadas formas sociais de existência) e interatividade (ação cruzada de uma prática espacial sobre outra) – que seriam essenciais para apreender a dinâmica conflitiva própria aos diferentes modelos de desenvolvimento. (ACSELRAD, 2004, p. 33).

As desigualdades ambientais ocorrem “quando a implementação de políticas ambientais – ou a omissão de tais políticas ante a ação das forças de mercado – gera riscos ambientais desproporcionais, intencionais, ou não intencionais para os mais carentes de recursos financeiros e políticos” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 73).

As desigualdades ambientais podem ser geradas tanto da adoção de certas políticas governamentais como de omissões por parte do Estado, e as políticas de

localização de grandes empreendimentos costumam vulnerabilizar as pessoas mais carentes que residem nas áreas afetadas pelos empreendimentos (SCOTT, 2009). Na aplicabilidade da legislação ambiental, que controla ou regulamenta o uso dos recursos naturais, no Brasil, “as punições muitas vezes se voltam mais para os pequenos agricultores, que são dotados de pouco poder de influência na esfera política”; e quase nunca para o agronegócio e as grandes corporações industriais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 79).

O “agir livre, desigual e injusto ambientalmente de forças econômicas”, no mercado globalizado, determinam, nos países de média e baixa renda, a distribuição aos pobres das “terras de menor valor e aos ricos as de maior valor”. As reivindicações por direitos iguais à proteção ambiental sugerem que “qualquer distribuição desigual dos danos decorre da ausência de políticas públicas de proteção” por parte do poder do Estado. Em decorrência da demanda pelos direitos de proteção ambiental, “o movimento por Justiça Ambiental denunciou a esfera pública” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 79).

O movimento por Justiça Ambiental surgiu nos Estados Unidos, em 1980, a partir de uma “articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 17). Foi no fim de 1960 que se surgiram os primeiros movimentos populares e as demandas por direitos de igualdade ambientais; devido às condições inadequadas de saneamento básico, situações de saúde decorrentes de contaminação por substâncias químicas, próximos ao local das residências dessas populações.

Estudos científicos sobre análises de distribuição de riscos ambientais, realizados na década de 1980, revelaram que “os impactos dos acidentes ambientais estavam realmente distribuídos de forma desigual, por raça e por renda” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 18). Verificou-se que os territórios usados pelas minorias raciais apresentavam maior risco de acidentes ambientais, confirmando que a distribuição dos riscos ambientais não é democrática, conforme as afirmações do movimento por justiça ambiental.

O movimento consolidou-se na forma de uma “rede multicultural e multirracial”, ampliando-se para o âmbito internacional articulando entidades de direitos civis, grupos sociais, igrejas, representação de trabalhadores, intelectuais “para o enfrentamento do racismo ambiental”. Demandas como “poluição tóxica para ninguém” e mudança para outro tipo de desenvolvimento foram as principais

exigências do movimento, no intuito de reduzir os significativos impactos sobre os ecossistemas e a vida das populações vulnerabilizadas (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 23).

Existem semelhanças entre os conflitos iniciais por justiça ambiental, realizados nos Estados Unidos, com os ocorridos a partir do ano 1978 no Brasil; isto é, envolveram temas como “poluição industrial, proximidades de indústrias perigosas e de lixões” (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013, p. 134). Esses conflitos, no Brasil, intensificaram-se como resultantes dos processos de urbanização e industrialização no país nas áreas mais urbanizadas da América Latina. Associados a outros problemas estruturais, precariedade na oferta de políticas e dos serviços públicos de promoção da saúde, por exemplo, saneamento básico, habitação, transporte; o que tornou mais “perigoso” viver nos lugares ou nas chamadas “zonas de sacrifício” (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013, p. 138).

Existe necessidade de garantia dos direitos humanos e ambientais, principalmente, quando ocorre a vulnerabilização de “grupos sociais pobres e marginalizados” da sociedade. “Os direitos ambientais configuram a justiça ambiental”, que atende às demandas das populações na defesa da melhoria de suas condições de vida (ACOSTA, 2016, p. 129). Nesses casos, a reparação de danos ambientais é necessária e é compreendida como um conjunto de “medidas orientadas a restituir os direitos no sentido de melhorar a situação de vida das vítimas e promover reformas políticas que impeçam a repetição das violações” (BERISTAIN, 2009, p. 173).⁴

O documento oficial intitulado *Diálogos sobre reparação* do Ministério de Justiça e Direitos Humanos, resultante da experiência de Quito, Equador, em 2009, afirmou que a reparação apresenta os seguintes objetivos:

1. Ajudar as vítimas a melhorar sua situação, a enfrentar as consequências da violação sofrida, reconhecendo sua dignidade como pessoas e seus direitos.
2. Mostrar solidariedade com as vítimas e um caminho para reestabelecer sua confiança na sociedade e nas instituições. (BERISTAIN, 2009, p. 173).⁵

⁴ No original: “medidas orientadas a restituir los derechos y mejorar la situación de las víctimas, así como promover reformas políticas que impidan la repetición de las violaciones.”

⁵ No original: Ayudar a las víctimas a mejorar su situación, a enfrentar las consecuencias de la violencia, reconociendo su dignidad como personas y sus derechos. 2. Mostrar solidaridad con las víctimas y un camino para restablecer su confianza en la sociedad y las instituciones.

Na experiência de Quito, quando ocorre a violação de direitos associada a situações de perdas irreversíveis como no caso de morte de familiares, Beristain (2009) enfatizou que, mesmo se sabendo que não é possível restituir os familiares mortos nem a dor provocada pela perda, devem ser resgatados os direitos ambientais perdidos. Para isso, pode ser usada a reparação de danos na perspectiva jurídica. Percebeu-se a satisfação dos vulnerabilizados ou violados quando pelo menos vivenciam a justiça aplicada. O enfrentamento das consequências das violações, a promoção da reintegração social das pessoas vulnerabilizadas e a prevenção de novas violações são funções atribuídas ao Estado (BERISTAIN, 2009).

O direito de reparação se pauta tanto do ponto de vista moral quanto legal e ocorre pelo uso de uma legislação estatal e de tratados internacionais de apoio (BERISTAIN, 2009), em que se encontram descritas cinco dimensões que têm sido desenvolvidas de maneira ampla pela Corte Interamericana:

- 1) fazer a “restituição”, isto é, restabelecer a “situação prévia em que se encontrava a vítima das violações, como o retorno ao lugar de residência ou a devolução dos bens perdidos”;
- 2) a “indenização monetária das vítimas por danos e prejuízos material, físico ou moral” como medo, humilhação, estado de estresse, agravos mentais e reputação;
- 3) ações de “reabilitação na forma de atenção à saúde, psicoterapia”, entre outros, que promovam a reinserção da vítima na sociedade;
- 4) medidas de “satisfação”, por exemplo, a verificação dos direitos, a promoção do conhecimento público da “verdade e dos atos de desagravo”;
- 5) a promoção das garantias de não repetição das violações que algumas vezes vai necessitar de reformas judiciais, institucionais e legais (BERISTAIN, 2009, p. 174-175).

As vítimas precisam “participar ativamente durante todo o processo de luta pela reparação dos danos ambientais”, assim como dos processos de “adequação as suas próprias necessidades” para que se consiga os resultados satisfatórios (BERISTAIN, 2009, p. 180).

Em outra experiência realizada em Quito sobre a temática de pensar em outros mundos para se viver, Maldonado (2013, p. 9) realizou um estudo concluindo

“a impossibilidade de continuidade do modelo de desenvolvimento econômico vigente e depredador, baseado na luta dos humanos contra a natureza”, em que o bem-estar encontra-se atrelado à riqueza material e à acumulação, e “com as consequentes expectativas de crescimento e consumo ilimitado”.

Segundo o autor, é necessário que vigorem os princípios ancestrais das culturas indígenas, regionais, como o Bem Viver com a Natureza em que o ser humano passaria a um segundo plano na sua relação com a Natureza. “Prioriza a vida e para isso busca a convivência em comunidade.” (MALDONADO, 2013, p. 9).⁶

⁶ No original: “la imposibilidad de continuar con un modelo industrial y depredador basado en la lucha de los humanos contra la naturaleza [...]. Prioriza la vida y para ello busca la convivencia en comunidad.”

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentamos as abordagens utilizadas na pesquisa de campo, que considerou as especificidades socioculturais dos sujeitos e o contexto socioambiental produzido na implantação do projeto da transposição do rio São Francisco. Abordagens e categorias de análises previamente planejadas para o estudo necessitaram de redimensionamentos em decorrência da dinâmica dos processos sociais na implantação das obras do grande empreendimento de desenvolvimento.

No território Pipipã, os caminhos percorridos foram diversos pelo bioma Caatinga para conhecer as pessoas e a localização de cada aldeia. A Fotografia 2 ilustra um dos caminhos usados para chegar à Aldeia Pedra Tinideira em uma área de retomada⁷ localizada a 100 metros do canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco.

Fotografia 2 – O caminho da Aldeia Pedra Tinideira na área de retomada localizada a 100 metros do canal do Eixo Leste, Floresta, povo Pipipã



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2016.
Observação participante, 2016.

⁷ Retomada – compreendida como um processo em que esse grupo Pipipã resolveu ocupar as próprias terras onde viveram os ancestrais. O processo de retomada ocorreu em decorrência da necessidade de exercício da territorialidade Pipipã, acionado pelas ameaças políticas e interesses econômicos, com o projeto da transposição do rio São Francisco.

3.1 Desenho do estudo

Esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso de caráter descritivo e analítico. Usamos a abordagem qualitativa durante a coleta e análise de dados. De acordo com Yin (2016), a pesquisa qualitativa tem diversas características, entre as quais:

- a) trabalha com o significado da vida das pessoas nas condições em que realmente vivem;
- b) representa as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo;
- c) abrange as condições do contexto em que as pessoas vivem;
- d) produz revelações sobre conceitos que podem ajudar a compreender o comportamento social dos humanos.

A pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares e se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Trata-se de uma abordagem que trabalha com o universo “dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2011, p. 21).

Os fenômenos humanos constituem “parte da realidade social, pois, o ser vivo humano se diferencia não só pelo agir”, mas por pensar o que faz, por interpretar as próprias ações a partir da “realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2011, p. 21).

O estudo de caso é uma “investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo, o caso, em profundidade e em seu contexto de mundo real”. A importância da pesquisa de estudo de caso é que é usada para a compreensão dos fenômenos sociais complexos possibilitando que os pesquisadores “foquem o caso e retenham uma perspectiva holística e do mundo real”, referiu Yin (2015, p. 4, 17).

Os estudos de caso utilizam “estratégias de investigação para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão” (MINAYO, 2010, p. 164). É útil para produzir conhecimentos científicos sobre “características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processos de mudança”. Os instrumentos mais adequados a serem usados nessa abordagem são, por exemplo, “dados secundários, objetivando a contextualização do problema; material primário obtido no trabalho de campo por meio de entrevistas, oficinas e observação” (MINAYO, 2010, p. 165).

Utilizamos a abordagem metodológica da reprodução social da saúde desenvolvida por Samaja (2000). Trata-se de um modelo existente sobre a explicação do caráter multidimensional no processo saúde e doença na perspectiva da teoria dos sistemas complexos. A proposta teórico-metodológica da reprodução social, utilizada neste estudo, sustenta-se em três grandes pilares:

- a) possibilidade de introdução da unidade de análise espaço-população, compreendendo as reproduções e transformações sociais a partir das relações dos sujeitos com seu entorno;
- b) a sistematização se inicia com as redes sociais e técnicas valorizando a problematização coletiva do contexto, assegurando, assim, a construção de um diagnóstico preliminar (pré-modelização);
- c) possibilidade de selecionar e organizar as variáveis por meio da identificação de problemas de saúde (SAMAJA; YNOUB, 1998).

3.2 Área do estudo

A área do estudo é o território Pipipã situado em Floresta e inserido na Mesorregião do Submédio São Francisco pernambucano, microrregião Itaparica, Bacia do rio São Francisco e do rio Pajeú. Limitando-se ao norte com Serra Talhada, Betânia e Custódia, ao sul com Inajá, Tacaratu, Petrolândia e o estado da Bahia; a leste com Ibimirim e a oeste com Carnaubeira da Penha e Itacuruba, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

O Bioma é a Caatinga. A área municipal é de 3.674,0 km², sendo considerado o segundo maior município do estado em extensão territorial. A sede de Floresta localiza-se a 433 km de distância de Recife. Os acessos ao município e ao território indígena ocorrem por meio da BR-232 e da Rodovia PE-360 respectivamente.

A Figura 3 corresponde ao mapeamento oficial da terra indígena Pipipã. Concluiu-se no décimo ano da transposição do rio São Francisco graças à intervenção do Ministério Público/Procuradoria de Serra Talhada/PE (FUNAI, 2017).

Figura 3 – Representação espacial oficial do território Pipipã, anterior ao corte pelo Eixo Leste da transposição do rio São Francisco



Fonte: Funai (2017).

A povoação do município de Floresta remete ao século XVIII e se encontra relacionada com a existência da “fazenda grande, nas proximidades dos rios: Pajeú, São Francisco e do riacho do Navio”. Essa fazenda servia de “curral temporário” para o gado procedente do estado da Bahia objetivando manter os engenhos de açúcar em Pernambuco. O povoado, no entorno dessa fazenda, rapidamente foi elevado à categoria de Vila em 1846, e com a República, o município elegeu Fausto Serafim de Souza Ferraz, o primeiro Prefeito de Floresta. Em 1907, Floresta tornou-se cidade (FLORESTA, 2018).

Em 2016, a população desse município foi estimada pelo IBGE em 32.152 habitantes. No que se refere à economia municipal, baseia-se na criação de caprinos, pois detém o maior rebanho de caprinos em Pernambuco. Também a agricultura de autoconsumo e a irrigada, às margens do rio Pajeú, do Riacho do Navio e ao longo do Lago de Itaparica e a pesca artesanal. O Riacho do Navio, por ter sido o berço do povoamento de Floresta e influenciar na economia local, e o rio Pajeú, por representar historicamente o principal caminho para a instalação de currais e fazendas durante a colonização, despontam como os pontos turísticos de

Floresta. O rio Pajeú ganhou destaque não por ser o “Pajeú”, e sim por ter sido usado pelo colonizador europeu nos processos de exploração local dos povos indígenas (FLORESTA, 2018).

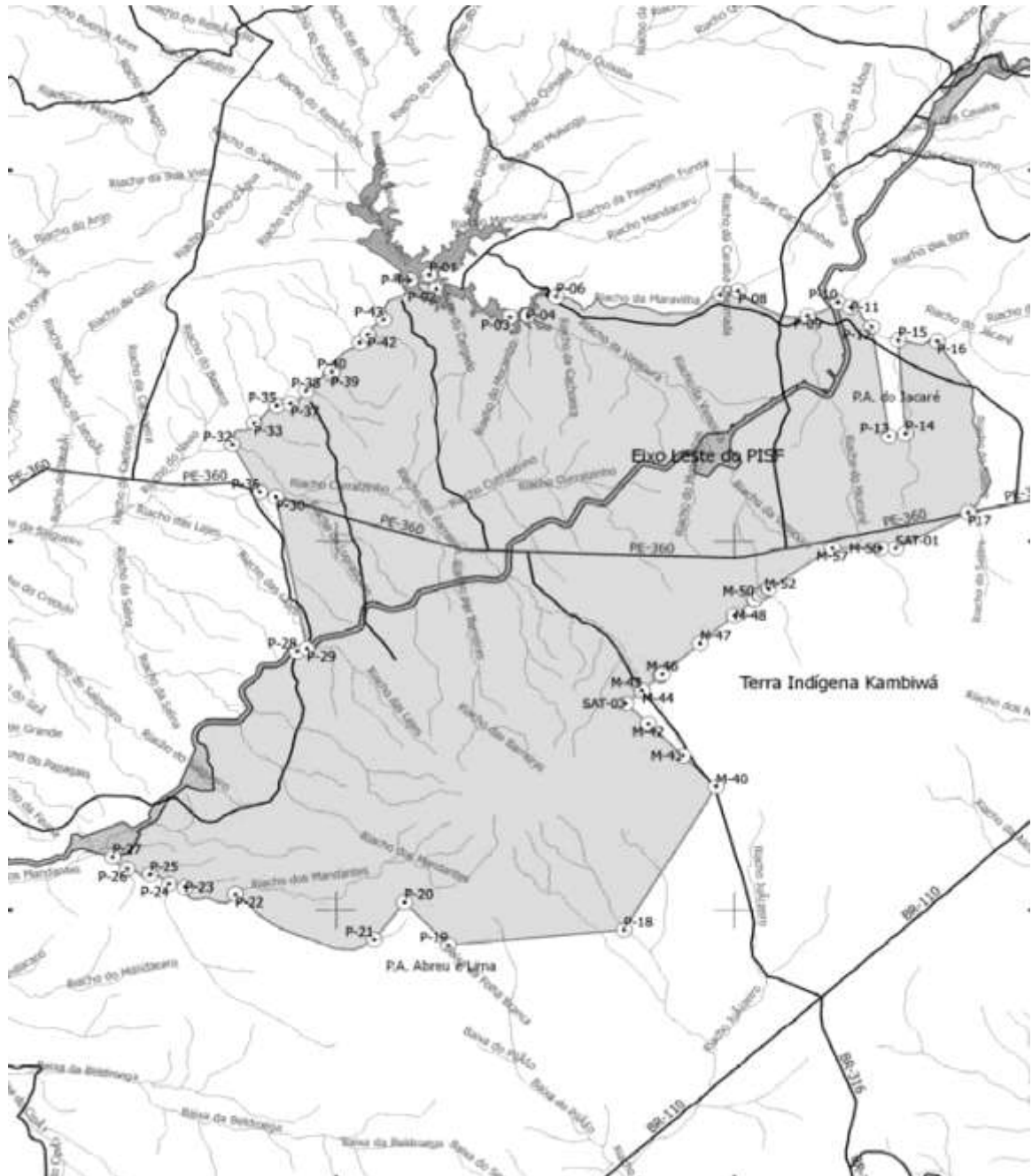
No território indígena Pipipã, registram-se, ainda, os seguintes aspectos ambientais: território ainda não demarcado, em processo de regularização fundiária, presença de posseiros/fazendeiros; presença do Assentamento Serra Negra regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) há 20 anos; invasões por terceiros não indígenas em curso; área de empreendimentos privados em formação com a transposição do rio São Francisco; presença de Unidade de Conservação – Reserva Biológica (Rebio) Serra Negra (SECUNDINO; FERREIRA, 2013).

A Serra Negra foi declarada Floresta Protetora da União pelo Decreto Federal n.º 28.348 de 7 de junho de 1950, e com o Decreto n.º 87.591, de 20 de setembro de 1982, criou-se a Reserva Biológica de Serra Negra (ALMEIDA et al., 2010; ARCANJO, 2003).

No município de Floresta, inicia-se o Eixo Leste da transposição onde ocorreram os contatos diretos entre as estruturas físicas do grande empreendimento, canais, reservatórios, estações de bombeamento de água, entre outros (BRASIL, 2004).

A transposição do rio São Francisco atingiu diretamente o território Pipipã e cortou as aldeias: Caraíbas, Tabuleiro do Porco e Pedra Tinideira. Conforme os Pipipã, o território foi cortado nas melhores terras produtivas (baixios) e praticamente ao meio pelo Eixo Leste, conforme representação da Figura 4.

Figura 4 – Representação espacial oficial do território Pipipã cortado pelo Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, Floresta/PE



Fonte: Funai (2017).

3.3 Período do estudo

Após a autorização de ingresso em Terra Indígena pela Fundação Nacional do Índio em novembro de 2016, iniciei, agora sozinha, os deslocamentos ao território Pipipã. Tive de me submeter aos horários oferecidos pela empresa de ônibus, em linha regular saindo do Recife para o Sertão pernambucano. Fiz deslocamentos

durante o turno da noite saindo da rodoviária do Recife nas opções ofertadas pela empresa:

- a) durante a noite, saindo de Recife para Ibimirim, média de 5 horas de viagem;
- b) durante a noite, saindo de Recife para a área urbana de Floresta, média de 6 horas de viagem;
- c) durante o dia, saindo de Recife para Arcoverde, média de 4 horas de viagem, mas teria de seguir de táxi para o território Pipipã, média 1 hora de viagem, totalizando 5 horas de viagem.

A chegada ao município de Ibimirim geralmente ocorria em torno de duas horas da madrugada, onde me hospedava em uma pousada. Nesse itinerário dirigia-me ao território indígena Pipipã na manhã seguinte utilizando lotação.

Os deslocamentos realizados no território indígena durante a pesquisa foram feitos graças a um veículo bem simples de Marca Fiat/Uno de propriedade da família que me acolheu durante o período do estudo. As experiências vividas serviram para que conhecesse a nova configuração territorial, que, de início, não foi nada fácil. Foi um período muito desafiador por conta do calor, do sol quente, da poeira excessiva produzida pelas obras, do barulho das britadeiras, da dor sentida todos os dias ao registrar, em fotografias e na minha mente, a destruição sem dó e sem piedade da Natureza do Semiárido e da vida no território Pipipã. Incomodava o elevado fluxo de caminhões, caminhonetas e tratores da transposição, que faziam movimentos constantes de idas e vindas, para cortar a terra, impondo as vontades da economia global.

As entrevistas e a observação participante iniciaram-se em novembro 2016 na Aldeia Travessão do Ouro, seguida pelas Aldeias cortadas pelo Eixo Leste: Caraíbas, Tabuleiro do Porco, Pedra Tinideira. As entrevistas continuaram sendo feitas no ano de 2017 em outras aldeias do território, Capoeira do Barro e Serra Negra.

A observação participante realizou-se em todo o território Pipipã (diretamente afetado pela transposição), finalizada no mês de dezembro de 2017, conforme exigência da Funai. Em março de 2017, inaugurou-se o Eixo Leste da transposição do rio São Francisco incluindo a Estação de Bombeamento de Água (EBV-3), ponte sobre o Eixo Leste, passarela e a barragem, na Aldeia Caraíbas. As oficinas realizaram-se exclusivamente nas Aldeias cortadas pelo Eixo Leste no fim de 2017.

3.4 Fontes de dados e instrumentos de coleta

3.4.1 Dados primários

A coleta de dados primários, por meio de entrevistas, oficinas e observação participante, subsidiou a análise dos processos de vulnerabilização decorrentes da implantação das obras da transposição e a percepção dos Pipipã sobre as transformações na sua territorialidade e as relações com a saúde (ANGROSINO, 2009; MATTHÄUS, 2005; MINAYO, 2010; NAVARRETE et al., 2016; YIN, 2015).

3.4.2 Entrevistas individuais

Uma das fontes mais importantes de coleta de informações para o estudo de caso é a entrevista, que remete a conversas guiadas, e não investigações estruturadas (YIN, 2015). As entrevistas são realizadas “por iniciativa do entrevistador e destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa” (MINAYO, 2010, p. 261). No estudo, as entrevistas foram do tipo semiestruturadas que combinam “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discordar sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada pelo interlocutor” (MINAYO, 2010, p. 261). Realizamos as entrevistas com os dois Caciques, o Pajé da Aldeia Pedra Tinideira, líderes/moradores das aldeias cortadas pelo canal do Eixo Leste: Caraíbas, Tabuleiro do Porco e Pedra Tinideira. Outros líderes das aldeias Serra Negra, Travessão do Ouro e Capoeira do Barro, não cortadas pelo Eixo Leste, foram também entrevistados.

Realizamos 27 entrevistas com a participação de agricultoras e agricultores, professoras e professores, líderes representantes do povo Pipipã e agentes de saúde. Totalizando 12 mulheres e 15 homens, suficientes para a obtenção da saturação das respostas. Os entrevistados residiam nas seguintes aldeias: Caraíbas, Pedra Tinideira, Tabuleiro do Porco (cortadas pelo Eixo Leste) e Travessão do Ouro, Capoeira do Barro e Serra Negra (não cortadas pelo Eixo Leste, mas diretamente afetadas pela transposição). As entrevistas seguiram um roteiro básico (APÊNDICE C) em que os temas foram abordados em profundidade, o qual permitiu a análise dos dados considerando as falas dos entrevistados a partir de focos temáticos,

conforme VÍCTORA, Knauth e Hassen (2000). Os objetivos da pesquisa foram apresentados, feita a leitura e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado por todos os entrevistados (APÊNDICE D).

3.4.3 Oficinas

A metodologia participativa, por exemplo, a oficina, inclui métodos e técnicas que fomentam aos integrantes de um grupo o desenvolvimento de percepções sobre determinados temas, refletindo sobre estes, resignificando conhecimentos e valores no sentido de práticas transformadoras (SILVA, R., 2002).

Os participantes não são meros ouvintes, mas sim coparticipantes (MATTHÄUS, 2005). As oficinas subsidiaram as análises das percepções do povo Pipipã sobre as transformações na territorialidade com a implantação das obras e as relações com a saúde (OE3). Inicialmente, apresentamos o objetivo da oficina e da pesquisa e a metodologia adotada de modo a estimular o interesse dos participantes. Enfatizamos a garantia do anonimato das pessoas participantes. Utilizamos abordagens participativas aplicadas nas investigações qualitativas, que foram complementares às técnicas descritas para o estudo.

As técnicas que envolvem trabalho em grupo buscam a geração rápida de ideias; a tempestade de ideias ou *brainstorming* se baseiam em uma discussão grupal, gerada a partir de uma pergunta proposta pelo moderador que deverá responder. É uma técnica que possibilita a criatividade. O *brainstorming* “tem um objetivo exploratório e pode ser [realizado] tanto em cenários formais como naturais e não existe uma estruturação de perguntas” (NAVARRETE et al., 2016, p. 87).

Essas abordagens participativas de pesquisa científica (PORTO, 2011, p. 1985) não tratam apenas de “ampliar as possibilidades de participação das comunidades no conjunto das investigações”, mas de contextualizar a pesquisa científica por meio da “formação de comunidades ampliadas de debates ou de pesquisa”.

[...] as metodologias participativas permitem combinar descobertas e vivências locais com procedimentos e conceitos acadêmicos; incorporar distintas formas de conhecimentos situados e tradicionais, presentes na vivência cotidiana e nas culturas das populações. (PORTO, 2011, p. 1985).

Realizamos quatro oficinas no território Pipipã, três em agosto de 2017 e a quarta em novembro; na ocasião, as águas do rio São Francisco corriam no Eixo Leste da transposição. Foi uma oficina em cada aldeia cortada pelo canal: Tabuleiro do Porco (em uma escola), Caraíbas (em uma residência na aldeia) e Pedra Tinideira (em um espaço utilizado para reuniões na aldeia). O número de participantes totalizou 30 de forma representativa entre os atores sociais Pipipã, professores e professoras indígenas, líderes das aldeias, agricultoras e agricultores, jovens e adolescentes. Os participantes foram indicados pela própria comunidade e por líderes. As três oficinas realizadas nas Aldeias cortadas pelo Eixo Leste foram facilitadas por mim e por uma indígena que me acompanhou durante todo o período do estudo. As fotografias foram elaboradas por mim e por dois outros indígenas que, também, me acompanhavam durante a realização do estudo.

As oficinas seguiram metodologia participativa não “como imposição ou como um formalismo simples,” mas “como construção coletiva”, que “não se limita a ser consultados”, mas, na medida do possível, “articula: planejamento de propostas, gestão de recursos, execução de atividades” pelo e para o povo Pipipã (SOLIZ; MALDONADO, 2012, p. 4);⁸ buscando construir um pensamento crítico, contribuindo na transformação de grupos marginalizados, ainda com o objetivo de construir a agenda comunitária participativa.

Diante do número de queixas expressas pelo termo “medo” observados nas entrevistas, utilizamos uma adaptação da metodologia denominada estratégia árvores de sonhos, medos e compromissos. É recomendada para iniciar-se “do nível individual para alcançar o coletivo” e para passar do real desconhecido (os medos) para o desejado possível, que são os sonhos das pessoas (SOLIZ; MALDONADO, 2012, p. 30).⁹

A tarefa de “registrar sonhos e medos geralmente gera processos muito saudáveis de articulação familiar e comunitária”. Durante as oficinas cada grupo foi dividido em subgrupos, “os critérios para estruturá-los são discricionários do

⁸ No original: “[...] como imposición o como un simple formalismo, [...] como construcción colectiva [...] no solo se limita a ser consultados articula: planificación de propuestas, gestión de recursos, ejecución de actividades.”

⁹ No original: “[...] partir del nivel individual para llegar al colectivo”.

facilitador” (SOLIZ; MALDONADO, 2012, p. 30);¹⁰ pois se for uma questão de integrar os participantes, é recomendável organizar os grupos ao acaso; se for para manter a confiança e a proximidade, sugere-se deixar a liberdade dos participantes à estruturação do grupo.

A cada grupo, solicitamos que elaborasse uma árvore de sonhos e medos, e pintá-las. Os medos postos nas raízes, porque é necessário “desenterrar” os medos mais profundos. É uma maneira de confessar aqueles medos que nos envergonham ou nos afligem. Nos ramos, foram escritos os sonhos e, finalmente, no tronco foram escritos os compromissos. O “tronco conecta os compromissos com as raízes para superar os medos; e com os ramos para cumprir os sonhos” (SOLIZ; MALDONADO, 2012, p. 31).¹¹ Como resultado, produziram-se três árvores de sonhos, medos e compromissos, que coletaram os registros dos participantes. A sistematização foi realizada em cartolinas e por aldeias, fotografadas e, posteriormente, digitalizadas. No Quadro 2, vê-se o instrumento de coleta para o Diagrama Árvore de compromissos.

Quadro 2 – Instrumento de coleta para o diagrama árvore de compromissos das Aldeias Caraíbas, Tabuleiro do Porco e Pedra Tinideira, povo Pipipã, Floresta/PE

Aldeias cortadas pelo Eixo Leste	Sonhos	Medos	Compromissos
Caraíbas			
Tabuleiro do Porco			
Pedra Tinideira/ Baixa dos Caibros			

Fonte: Elaborado pela autora em 2017 com base em Soliz e Maldonado (2012).

A quarta oficina realizou-se em Escola da Aldeia Travessão do Ouro, em outubro de 2017, como um desdobramento de debates ocorridos em seminário

¹⁰ No original: “La tarea de registro de sueños y miedos suele generar procesos muy saludables de articulación familiar y comunitaria, [...] los criterios para la estructuración de los mismos quedan a criterio del facilitador.”

¹¹ No original: “El tronco conecta los compromisos con las raíces para vencer los miedos; y con las ramas para cumplir los sueños.”

realizado na Fiocruz de Recife em março de 2017.¹² Na ocasião, fizemos uma solicitação à instituição para que fosse estabelecida uma relação mais próxima de apoio/colaboração e debate sobre os problemas, projetos, mobilizações e necessidades do povo Pipipã em relação aos processos que vulnerabilizaram socioambientalmente a etnia na implantação das obras da transposição do rio São Francisco. O objetivo foi discutir e planejar possíveis soluções de reparação da violação ambiental e a inclusão dos Pipipã no acesso à água do canal do Eixo Leste da transposição. A oficina contou com a participação de seis representantes, na maioria líderes das aldeias e um dos Caciques do povo Pipipã.

Como estratégia, aplicamos a Matriz Fofa, derivada da análise Swot (*strengths, weaknesses, opportunities e threats*), que se constitui em uma ferramenta metodológica utilizada, por exemplo, no planejamento estratégico, no campo da gestão ambiental, pela Saúde coletiva na relação saúde e ambiente e da gestão ambiental, isto é, na análise de cenário ou de ambiente (GOMIDE et al., 2015) entre outros usos. A metodologia da Matriz Fofa analisou do ponto de vista interno, focando as fortalezas (*strengths*); e do ponto de vista das fraquezas (*weaknesses*), inerentes à territorialidade Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco. Assim como aspectos externos à etnia que poderão representar oportunidades (*opportunities*) de reparação das violações ambientais no território, mesmo cientes das potenciais ameaças (*threats*), explícitas ou não, sobre a reprodução social da etnia, no Semiárido brasileiro em 2017 no 10.º ano da transposição do São Francisco.

Eu e a pesquisadora Lúcia Maria Sobral Baracho fomos as facilitadoras dessa oficina, que também contou com a participação do coordenador do projeto mais amplo, André Monteiro Costa.

Organizamos um instrumento de coleta (Quadro 3), para registro das forças e fraquezas internas, as ameaças e oportunidades externas.

¹² Seminário São Francisco: margens em tensão: transposição, (in)justiças e territorialidades. Realizado no Auditório Frederico Simões Barbosa, Fiocruz/PE. Data: 28 de março de 2017. Coordenador: André Monteiro Costa. Palestrantes: Rubens Siqueira, Coord. Nacional/Comissão Pastoral da Terra (CPT); Marina Rocha Braga (Articulação Popular São Francisco Vivo); Maiana Maia Teixeira (Fase Nacional/Rede Brasileira de Justiça Ambiental), Valdemir Amaro Lisboa (Cacique da Etnia Pipipã). André Monteiro Costa, Bernardo Vaz, Lia Giraldo, Aline Bittencourt Portugal (Mirada Filmes), Idê Gomes Dantas Gurgel, Raquel Rigotto, Coord. do Núcleo Tramas, Agnaldo Fernandes na chapada do Apodi no Rio Grande do Norte com o Sindicato dos Trabalhadores rurais (STTR) Apodi.

Quadro 3 – Instrumento de coleta da Matriz problemas Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças (Fofa) ou Swot

Matriz de problemas Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças	
Fortalezas (forças internas)	Fragilidades
Ameaças	Oportunidades

Fonte: Gomide et al. (2015).

Os aspectos referentes às oportunidades foram entendidos/vislumbrados como pontos/questões para um planejamento estratégico em 2018, sem deixar de considerar o enfrentamento às ameaças, com intenções/propostas sendo apontadas para o Conselho Indígena Pipipã trabalhar e organizar para realizar no ano seguinte; tendo a Fiocruz/PE como parceira e participante dos momentos de mobilização, trabalho e debate entre indígenas e outras instituições.

3.4.4 Observação participante

O conhecimento produzido por meio da observação participante é oriundo da “relação com os sujeitos envolvidos no processo social” (ALVES, 2011, p. 28). A metodologia deve promover “um encontro etnográfico”, em que os personagens envolvidos “possam fundir seus horizontes evitando que haja um exercício de poder por uma das partes, determinado o desfecho da pesquisa”. Considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, a observação participante representou uma “imersão paciente” na vida dos Pipipã (ANGROSINO, 2009, p.18).

A observação participante não é apenas uma estratégia no conjunto da investigação, mas é considerada, também, um método em si mesmo para a compreensão da realidade (MINAYO, 2010).

Realizou-se na categoria Participante-como-observador, ou seja, restrita ao tempo de pesquisa. Teve a finalidade de caracterizar a população, o território e analisar os processos de vulnerabilização no território durante a implantação do projeto da transposição do rio São Francisco (OE2), como também desenvolver formas de atuação solidária, conhecer e acompanhar acontecimentos importantes incluindo a rotina no povo Pipipã. As informações foram registradas em diário de campo e em fotografias, que são apresentadas de forma contextualizada na tese.

3.5 Os sujeitos do estudo

A população do estudo foi o povo Pipipã de Floresta, habitando o território diretamente afetado pelas obras da transposição do São Francisco, totalizando 1.362 pessoas (BRASIL, 2013). Constitui-se pelas seguintes aldeias: Travessão do Ouro; Faveleira; Capoeira do Barro; Serra Negra; Jequiri, Alfredo, Barra do Juá, Tabuleiro do Porco, Caraíbas, Pedra Tinideira (Quadro 4).

Quadro 4 – Distribuição das Aldeias no território Pipipã

Distribuição das Aldeias no território Pipipã	
1. Travessão do Ouro 2. Faveleira 3. Capoeira do Barro 4. Serra Negra 5. Jequiri 6. Alfredo 7. Barra do Juá	8. Tabuleiro do Porco (com 16 famílias) 9. Caraíbas (39 famílias)* 10. Pedra Tinideira – formada em 2013, no 6.º ano da transposição (sem dados oficiais sobre o número de famílias). Área de retomada.
<ul style="list-style-type: none"> • Total de aldeias no território: 10 (das quais nove estão sob a coordenação do Cacique Valdemir Amaro Lisboa. A décima Aldeia, Pedra Tinideira, encontrava-se sob a coordenação do Cacique Alírio da Silva. • Total de aldeias cortadas pelo canal: 3. 	

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Almeida et al. (2010).

Notas: 1 Em negrito, aquelas cortadas pelo canal do Eixo Leste da transposição do São Francisco.
 2 Observação participante, 2016, 2017.

* A Aldeia Caraíbas é constituída das seguintes localidades: Virgínio, Jaburu, Pé de Serra/Tamanduá, Trombeta e Lagoa Rasa que sofreu o maior corte com grandes perdas de terras e de olhos d'água.

As amostras foram do tipo “intencionais” e coletadas nas aldeias Travessão do Ouro, Faveleira, Capoeira do Barro, Serra Negra, Tabuleiro do Porco, Caraíbas, Pedra Tinideira. Em pesquisa qualitativa, “as amostras tendem a ser escolhidas de uma maneira deliberada, conhecida como amostragem intencional ou finalística”. O objetivo de escolher as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que “gerem os dados mais relevantes e fartos”, de acordo com o objeto de estudo (YIN, 2016, p. 79).

3.6 As categorias de análise

O ‘plano de análise’ é um esforço para explicar, um por um, os procedimentos que serão aplicados à informação produzida a fim de transformá-la primeiro em dado, logo depois assimilada ao corpo teórico da investigação, sintetizando-a e interpretando-a. (SAMAJA, 2004, p. 285, grifo do autor).¹³

Para o estudo, o plano de análise incluiu a Matriz de dados da Reprodução social proposto por Samaja (2000).

A Reprodução social descreve a vida humana como articulação complexa de múltiplos processos sócio-históricos, de produção e reprodução social ao longo do qual aparecem tensões e conflitos que motivam ações de reparação e transformação (SAMAJA, 2000). Essa reflexão nos convoca a sair da cegueira epistêmica, marcada pela fragmentação nas análises dos fenômenos sociais incluindo as questões de saúde, para a noção de complexidade que faz ressurgir e identificar significados, sentidos, movimentos e processos até então não identificados (SAMAJA, 2000).

A esfera dos fenômenos humanos apresenta, segundo Samaja (2000, p. 53), “em seu interior uma gama complexa de subsistemas ordenados hierarquicamente”, cuja estabilidade integral depende de uma incessante atividade de autorreprodução de cada um dos extratos; e da reprodução das interfaces vinculadas por meio das operações de supressão, conservação e superação.

Esta operação, em Alemão, se expressa com o termo *aufhebung* e constitui uma chave decisiva para conceber as relações entre os fatos passados e os presentes de um modo menos externo, menos abstrato, porém mais integral. A referida operação comanda a ordem constitutiva nas hierarquias estruturais e funcionais de maneira que as estruturas e funções anteriores ficam suprimidas, mas conservadas e superadas nas estruturas e funções posteriores. (SAMAJA, 2000, p. 53).

Os acontecimentos do passado não são eliminados com o correr do tempo segundo Samaja (2000, p. 53), mas foram “suprimidos, e se conservam operantes (ativos) no interior das estruturas sociais atuais”. Passam a formar parte da “ordem que constitui a realidade social atual, mas sob controle ou regulação desta, a qual, traça suas novas condições de fronteira” (SAMAJA, 2000, p. 54).

¹³ No original: “el ‘plan de análisis’ es el esfuerzo por explicitar, uno por uno, los procedimientos que se le aplicarán a la información que se produzca a fin de transformarla primero en dato y luego asimilarla al cuerpo teórico de la investigación, sintetizándola e interpretándola.”

As vantagens, ao conceber o processo saúde doença e atenção como funções da autorregulação da reprodução dos níveis da subjetividade, são grandes para as ciências da saúde (SAMAJA, 2009). A vantagem principal consiste na possibilidade de pensar em uma perspectiva menos limitada (como o caso da causalidade) e inspirada nos processos comunicacionais e em padrões mediante os quais se inter-relacionam e buscam resoluções de conflitos.

A reprodução social e a saúde (SAMAJA, 2000) resultam da inter-relação e interdependência das reproduções nas dimensões:

- a) biocomunal, que se refere ao modo como seus membros se renovam corporalmente e em suas inter-relações, construindo o meio comunal onde se realizam como indivíduos;
- b) consciência e conduta, que se relaciona com a produção da cultura, de redes simbólicas mediadas pela linguagem e elaboração-transmissão de experiências de aprendizagem, em que emergem cultura, cosmologia, símbolos;
- c) tecnoeconômica, que abrange os meios de vida e de trabalho, e o intercâmbio dos bens em todas as suas escalas, mediando as reproduções biocomunal, da autoconsciência e da conduta, e da política ecológica;
- d) política, que diz respeito ao nível estatal de organização; por meio de políticas públicas, inclui as relações materiais e jurídicas que constituem o Estado e fixam a sua essência;
- e) ecológica, que se refere aos processos de relações sociais responsáveis pela reprodução ecológica como o macroambiente social e condições territoriais/ambientais com as outras quatro dimensões de Reprodução Social anteriores.

Segundo Samaja (2000), a saúde é inerente às condições de vida e às relações estabelecidas em um determinado lugar da reprodução social. As categorias centrais do estudo encontram-se descritas no Quadro 5.

Quadro 5 – Categorias centrais do estudo por dimensões da reprodução social

Categorias de análise
<ul style="list-style-type: none"> - Biocomunal: vulnerabilização incluindo perdas materiais, simbólicas, agravos e doenças. - Autoconsciência e conduta: organização comunitária, relação de posse com a terra e de produção, simbolismo da paisagem/cosmologia, redes de solidariedades, lugar. - Tecnoeconômica: mudanças de agricultor autônomo para subemprego em grandes empreendimentos. - Política: melhorias habitacionais, abastecimento de água, demarcação de terra (Programa Básico Ambiental Indígena do MI - PBA 12), relações com as empreiteiras; injustiça ambiental. - Ecológica: degradação ambiental, poluição sonora e ambiental, desmatamento, reflorestamento.

Fonte: A autora com base em Samaja (2000).

3.7 Planejamento analítico

O nível de ancoragem do estudo foi o da comunidade, ou seja, o território ocupado pelo povo Pipipã, onde a organização social e as relações de produção ocorrem no nível comunal, com valores de uso. O objetivo do estudo foi localizado nessa Matriz na célula de cruzamento da ancoragem com a dimensão biocomunal destacada no Quadro 6. A partir desse ponto de cruzamento da ancoragem, buscamos conhecer as relações com as demais dimensões e níveis hierárquicos por meio das variáveis sugeridas para o estudo.

Quadro 6 – Matriz de coleta e análise de dados da reprodução social e a saúde

Unidades de Análises (UA)		Dimensões					
		Biocomunal		Autoconsciência e da conduta	Tecnoeconômica	Política	Ecológica
		Condições materiais de vida	Saúde				
Contexto 3	Brasil						
Contexto 2	Pernambuco						
Contexto 1	Floresta						
Ancoragem: território Pipipã							
Subtexto 1	Aldeias						
Subtexto 2	Famílias						
Subtexto 3	Indivíduos						

Fonte: A autora com base em Samaja (2000).

O conjunto de categorias pretende constituir uma análise integrada, favorecendo a construção do olhar na direção de uma perspectiva sistêmica, em que o biológico está presente, porém condicionado e ressignificado, favorecendo, assim, uma ação participativa e global para o problema que possibilite a caracterização ambiental, política, econômica e social, além dos impactos à saúde e ao ambiente (SAMAJA, 2000).

3.7.1 Análise descritiva

Esta técnica foi aplicada no tratamento dos dados coletados com a observação participante e as oficinas. O formato para relatar os resultados foi o narrativo, constituído por sentenças completas e citações. As questões-chave foram organizadas por meio de uma descrição resumida, seguida por citações dos participantes. Gomes (2011) chamou a atenção para que a análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa não tenham como finalidade contar opiniões ou pessoas.

O foco é a exploração de um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende pesquisar. A ideia de suficiência dos dados está muito relacionada com o que pretendemos com a pesquisa; as informações devem possibilitar, dentre outros aspectos, uma discussão sólida e a de conclusão acerca de tal propósito.

3.7.2 Análise temática

A análise temática do conteúdo das falas permitiu uma leitura de significados relevantes para os entrevistados. Baseou-se nos estudos de Ceres VÍctora (1991) e VÍctora, Daniela Knauth e Maria de Nazareth Hassen (2000), realizados no campo da Antropologia da Saúde. As autoras referiram que um dos aspectos mais complexos da pesquisa qualitativa “consiste precisamente nas formas de tratamento dos dados”. Enfatizaram que a análise e a interpretação dos dados se encontram inter-relacionados com o alinhamento, claro, entre objetivos e referenciais teóricos que fundamentam o trabalho de pesquisa (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 90).

De acordo com as exigências da Conep, a identidade dos indígenas Pipipã foi preservada e os nomes apresentados como entrevistados são fictícios.

3.8 Aspectos éticos

Este estudo realizou-se segundo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde/CNS número 304/2000, que estabeleceu diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo especificamente populações indígenas. Foi também considerada a Resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa n.º 196/96 na versão 2012. A proposta de estudo foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM) Fiocruz. Foi aprovado pela Conep e recebeu o mérito e aprovação para o ingresso em terra indígena pela Funai. CAAE: 13474513.4.0000.5190. Parecer de n.º: 1.406.919 de 14 de fevereiro de 2016 (ANEXO A).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados e discussões foi sistematizada considerando a sequência dos temas referentes aos objetivos específicos:

- a) a caracterização do território e da territorialidade indígena Pipipã anterior à transposição do rio São Francisco;
- b) a análise da vulnerabilização material, simbólica, os agravos, as doenças e os óbitos associados, por dimensão da reprodução social e a saúde decorrente da implantação da transposição do rio São Francisco;
- c) a identificação das percepções indígenas sobre as implicações do grande empreendimento na territorialidade e as relações com a saúde.

4.1 Territorialidade indígena Pipipã anterior à transposição do rio São Francisco

A qualidade territorial produzida pelos indígenas, no tempo anterior à implantação da transposição do rio São Francisco, resultou de um compromisso coletivo para realizar projetos de vida no Semiárido, controlando, construindo a identidade territorial e transformando-o em seu território (LITTLE, 2002; SCOTT, 2013). A territorialidade Pipipã anterior à transposição do rio São Francisco será contextualizada por meio da afirmação étnica, da tradição, cura, costumes, expressões socioculturais, de que vivem e como trabalham.

4.1.1 Afirmação étnica

O nome Pipipã remete aos ancestrais e à Serra Negra (Fotografia 3). Trata-se de uma área rica em olhos d'água, que concentra no entorno muitas fazendas com gado de terceiros não indígenas. A Serra Negra ocupa uma área de 1.044 ha (6,24 km²), nos municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu com a altitude de 1.065 metros. É considerada pelos Pipipã um lugar sagrado onde se concentram os Encantados de Luz, espíritos dos ancestrais. A Reserva Biológica (Rebio) de Serra Negra (Fotografia 3) abrange os citados municípios, estando subordinada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Destaca-se entre as três Rebio existentes em Pernambuco por ser a única Unidade de Conservação Federal

de floresta serrana. Existem registros de desmatamento, caça, extração de recursos naturais, presença de espécies exóticas, por exemplo, gado, e a existência de cemitérios indígenas (BRASIL, 2011).

Fotografia 3 – Rebio de Serra Negra, símbolo e origem da ancestralidade e territorialidade Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2014.
Autorizada durante realização do documentário *Invisíveis*.

Conhecidos como povo da Serra Negra, os Pipipã sempre reivindicaram, assim como o povo Kambiwá, o direito de fazer rituais naquele lugar considerado sagrado pelos indígenas (ALMEIDA et al., 2010; ARCANJO, 2003; REANI, 2017). Parte da população Pipipã reside em território homologado como Kambiwá e autodemarcado como Pipipã, isto é, em território interétnico, que corresponde às aldeias Travessão do Ouro, Faveleira e Capoeira do Barro (ALMEIDA et al., 2010). O povo Pipipã mobilizou-se pela criação de um Conselho para administrar a Serra Negra e garantias de respeito aos direitos e preservação do ambiente indígena. Com o mapeamento oficial publicado recentemente (FUNAI, 2017), a Serra Negra foi incluída como território Pipipã.

Os estudos históricos evidenciaram que, entre as décadas de 1970 e 1980, os povos indígenas emergentes no Nordeste brasileiro, a exemplo dos Pipipã, buscaram reconhecimento étnico que incluiu a exigência de direitos territoriais e diferenciados de saúde e educação. Para isso, estabeleceram relações sociais mais estreitas com atores externos, particularmente com a Funai e os Ministérios da Saúde e de Educação (ARCANJO, 2003; OLIVEIRA, K., 2013).

O ressurgir Pipipã tem como “pressuposto a resistência e significa se fazer ver ou aparecer de novo, rompendo o silêncio e o anonimato” (ARCANJO, 2003, p. 20).

Com o Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, constituído na década de 1970, formou-se, nos anos 1980, o Movimento Sanitário Indigenista, cuja militância era focada nos direitos das populações indígenas, entre eles, o direito a uma saúde maior ou ampla que garantisse as especificidades étnicas (BRASIL, 2002; VERANI, 1999). Um processo de mobilização dos povos indígenas em torno de direitos e garantias, referentes ao reconhecimento da cidadania, despontou como um movimento amplo e articulado objetivando a autonomia dos povos e o direito de acesso às políticas públicas. Como resultado das mobilizações, a Constituição federal em 1988, no artigo 198, reconheceu o direito à saúde indígena e enfatizou o respeito às especificidades étnicas (BRASIL, 1988/2016; CRUZ; COELHO, 2012).

O povo Pipipã conquistou reconhecimento oficial pela Fundação Nacional do Índio em 1998, dez anos depois da Constituição de 1988, e a partir 2002, foram incluídos (beneficiados) pelas ações da Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas da Sesai, Ministério da Saúde. Os Pipipã vivenciaram relações sócio-históricas, que incluíram atores diferentes, por exemplo, “missionários, soldados, fazendeiros e governantes, interagindo local e globalmente” por meio das relações de poder (RAFFESTIN, 2011), desde as “disputas pelas terras às várias influências políticas, no espaço público ou mais próximo, nas articulações, nas alianças e nas organizações socioculturais indígenas” (SILVA, 2017a, p. 124).

No contexto de mobilizações pelo reconhecimento étnico, estruturou-se muito mais a organização sociopolítica e cultural, que se constitui pela vida social, do conhecimento tradicional, do uso de extratos vegetais e dos hábitos cotidianos (BANIWÁ, 2006).

Ocorre a centralização do controle do poder político, administrativo e da tradição e cura na Aldeia Travessão do Ouro, onde residem um dos Caciques Pipipã e o Pajé, corroborando o estudo de Arcanjo (2003). Existe um Conselho de Lideranças indígenas constituído pelo Cacique, Pajé e líderes das aldeias. O Pajé cuida especificamente dos “poderes da tradição”, da cura e dos “costumes” do povo (ARCANJO, 2003, p. 57).

O conselho de professores indígenas Pipipã representa outro ente participante da organização sociopolítica cultural Pipipã. Esse conselho administra e coordena uma rede escolar no território Pipipã, que, por sua vez, se relaciona com

atores externos da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, instância responsável pela implementação do Ensino Escolar em todas as áreas indígenas em Pernambuco.

Outro ente participante da organização sociopolítica e cultural Pipipã é o Conselho de Saúde Indígena local, a instância responsável pelo planejamento, avaliação da atenção integral à saúde dos indígenas; além de fiscalizar o cumprimento da implementação das ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas, nas relações com outro ator externo, o Dsei/Sesai/MS. Esse conselho busca garantir e fazer cumprir o controle social indígena, isto é, a participação dos líderes no apoio ao cumprimento de ofertas das ações de saúde no território.

Do ponto de vista da rede de controle social indígena, além do conselho de saúde local, existem os Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) e o Fórum de Presidentes de Condisi (FP/Condisi). A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), fundada em 1990, outra instituição parceira e participante da territorialidade indígena em relações externas. A instituição tem como maior objetivo defender e garantir os direitos coletivos e constitucionais indígenas, particularmente com relação à demarcação de terra indígena.

Ainda ocorre a participação regular dos Pipipã na mobilização nacional “Acampamento Terra Livre” apoiado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que ocorre anualmente no mês de abril em Brasília, mobilização em defesa dos direitos dos povos indígenas, por demarcação já “das terras indígenas”. Em 2018, realizou-se o 14.º Acampamento Terra Livre (ATL).

A organização de Jovens Pipipã configura-se como mais um ente constitutivo da organização sociopolítica. Foi fundada na Aldeia Capoeira do Barro e atua de forma ativa nas aldeias. Todos os representantes do povo são escolhidos pela comunidade (ALMEIDA et al., 2010).

Afirmando a territorialidade, os indígenas Pipipã realizaram mobilizações constantes pela demarcação da terra: “a luta tá muito cansada, a gente luta muito no território, luta forte o tempo todo, acho muito fraca a ação do governo” (ALMEIDA et al., 2010, p. 4). As tensões e os conflitos na territorialidade Pipipã expressaram-se, no citado período, de forma cotidiana, com fazendeiros posseiros e assentados

residentes no Assentamento Serra Negra, território autodemarcado como Pipipã. O Assentamento Serra Negra foi regularizado há 20 anos pelo Incria.

4.1.2 Tradição, cura e “costumes”

Entre as expressões socioreligiosas marcantes, no povo Pipipã, destacamos o “Aricuri”,¹⁴ o Segredo, a Mesa da Jurema e o Toré. O “Aricuri” é o ritual sagrado onde o povo Pipipã vai buscar fortalecimento espiritual. Ocorre anualmente na Serra Negra, durante 10 dias no mês de outubro, e apenas pessoas convidadas participam. A denominação “Aricuri” vem dos antepassados, sendo um ritual praticado por grande parte dos povos indígenas no Nordeste (ARCANJO, 2003, p. 67). O processo de preparação para o “Aricuri” inclui: enfeite do terreiro de Toré (Fotografia 4) pelas mulheres e do pé do cruzeiro, com as folhas do “ouricuri”, preparação de quatro fogueiras em formato de cruz; o cruzeiro fica no centro; segue-se a “abrição” do terreiro, batismo das crianças, dança do Toré (por adultos e crianças).

Fotografia 4 – Processo de preparação do terreiro para o ritual do “Aricuri”, povo Pipipã, Serra Negra, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2014.
Autorizada pelo líder político Pipipã, Aldeia Pedra Tinideira.

¹⁴ “Aricuri” – denominação própria dos indígenas Pipipã, semelhante a um ritual religioso chamado de “Ouricuri”, praticado por outros povos indígenas habitantes em Pernambuco e Alagoas.

Sempre ocorre a caminhada (subida) à Serra Negra que conta com a participação dos meninos, que são guiados pelos homens adultos. Os meninos sempre vão à frente dos adultos. As meninas enfeitam o terreiro para o ritual. O batismo das crianças é realizado no ritual do Aricuri, e, os padrinhos, durante o batizado, confeccionam um *kit* com uma pulseira, um saiote, e o cocar, feitos do caroá, e presenteiam os afilhados.

O cocar (Figura 5) é o “sinal distintivo dos Pipipã e consiste em um trançado com mais ou menos dois centímetros de largura contornando a cabeça” (ARCANJO, 2003, p. 87). O significado do cocar para os Pipipã foi afirmado em trecho da seguinte fala: “O cocá faz parte da nossa cultura. Simboliza a divisão do tempo para nós, pois suas sementes pretas representam os doze meses do ano. As sementes pequenas representam os vinte e quatro Toré que temos a cada ano.” (CADERNO DO TEMPO, 2002, p. 17).

Figura 5 – Cocar confeccionado com a fibra do caroá, símbolo dos Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Caderno do Tempo (2002, p. 15).

O ritual do “Segredo” ocorre na mata com a participação apenas de homens, após os três primeiros dias do “Aricuri” com um período de reclusão do Pajé na mata, “onde do lugar onde ele se encontra está vendo e escutando tudo” (ARCANJO, 2003, p. 69). Na “abrição” do “Aricuri”, são feitas orações de “reforço espiritual” para quem está no terreiro. No ritual da Jurema, os Pipipã chamam os antepassados para curar as doenças do corpo e do espírito, cantam os toantes, dançam o Toré e bebem a jurema.

Existem vários “significados envolvidos no processo de dispersão da Jurema”. Trata-se de uma planta de poder, que “compõe um tipo de vegetação muito comum em todo Sertão nordestino [originária] que o gado consome sossegadamente nas longas tardes secas” (MOTA, 2005, p. 219). Representando a “ciência do índio” no Nordeste do Brasil, pois é considerada sujeito fundador do conhecimento xamânico sobre a planta e a bebida; a Jurema, é uma das principais vegetações da Caatinga (MOTA, 2005).

Se há muitos sujeitos da Jurema, os povos indígenas do Nordeste são os depositários da ancestralidade buscada desde as religiões brasileiras como o Catimbó, a Umbanda e o Candomblé de caboclo, até pelos experimentadores pós-modernos. (MOTA, 2005, p. 239).

A Jurema é, por excelência, um ritual religioso de Cura que “pode representar uma resposta a uma aflição existencial, à dor que nos vem da constatação de nossa precariedade e finitude, hoje aqui, amanhã em lugar nenhum”, que também significa “alegria, festa, orgia, delírio e também arte” (MOTA, 2005, p. 292).

O Toré, dançado nos terreiros (Fotografia 5) é como um momento de conexão com os Encantados de Luz: “No Toré a gente se fortalece espiritualmente, fica mais animado, a gente tem muitos toantes.” (Adália em entrevista). A dança do Toré ocorria anteriormente ao projeto da transposição, no território, entre 22 a 24 vezes durante o ano, e “todos os sábados, a cada quinze dias, quando o sol está se pondo” (ARCANJO, 2003, p. 65). O Toré não significa apenas divertimento, mas também serve para a socialização de aspectos culturais.

Fotografia 5 – Terreiro de Toré na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

A dança do Toré corresponde ao que Arcanjo (2003, p. 9) denominou de “capital cultural do povo Pipipã”. Segundo esse autor, é uma “moeda corrente na relação de inclusão e exclusão” entre os povos indígenas (ARCANJO, 2003, p. 9). As letras das músicas do Toré Pipipã ressaltam as plantas do ecossistema Caatinga e especificamente a Reserva Biológica da Serra Negra, que corresponde à ancestralidade, por exemplo, o pau-oco, o pau-ferro, a mata do ventador e o pau-d’alho.

Os acessórios para a realização do Toré, símbolo da “ressurgência Pipipã”, são fabricados com a fibra do caroá (Fotografia 6) são:

- a) o cocar;
- b) o vistual chamado de saiota;
- c) o aió (espécie de bolsa a tiracolo usada pelos homens e mulheres, que está presente no ritual e no dia a dia;
- d) o colar (ARCANJO, 2003).

Fotografia 6 – Planta caroá na Aldeia Caraibas, povo Pipipã, Floresta/PE, 2016



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2016.
Observação participante, 2016.

O Toré foi relacionado pelo povo Pipipã com uma “vitamina” que ele ingere, mediante autorização prévia dos antepassados, para alimentar o corpo e o espírito. Funciona, também, para o fortalecimento dos indígenas do ponto de vista étnico e político (ALMEIDA et al., 2010).

A saiota (Fotografia 7), é também denominada de “tanga, saia, é a indumentária que reveste o corpo do dançante” (ARCANJO, 2003, p. 87).

Fotografia 7 – Saiotas fabricadas com as fibras do caroá, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2016.
Observação participante, 2016.

Conforme Arcanjo:

[...] os vocábulos variam, mas todos referem-se ao traje ou 'roupa ritual', usado para a *Dança do Toré*, que é diferente do Tonan ou Tunan dos Truká e do Praiá dos Pankararu, ambas 'máscaras rituais' de corpo inteiro. A saiota, como muitos Pipipã referem, é um trançado que se prende à cintura do qual se estendem longas fibras de caroá até a altura do joelho para os homens e meninos e até o tornozelo para as mulheres e meninas. (ARCANJO, 2003, p. 87).

Os Pipipã pintam o corpo “nos momentos comemorativos, nos movimentos internos e externos”. Utilizam o Toá, como um símbolo próprio. “Em alguns locais, podemos encontrar duas cores no extrato do toá um roxo e outro mais avermelhado.” (ESCOLAS INDÍGENAS PIPIPÃ, 2016 apud REANI, 2017, p. 55). A tinta é obtida por meio do processamento de uma pedra, uma matéria-prima, encontrada na Serra Negra, a qual está tornando-se mais escassa nos últimos anos, sendo necessários mais estudos para a compreensão de sua determinação (REANI, 2017).

“Da terra, os Pipipã colhem a força e a ciência” (Moisés em entrevista). Na concepção dos indígenas, a terra é a mãe. As verbalizações seguintes expressam a importância e os significados simbólicos e materiais da terra para o povo indígena:

Da terra brota tudo, pra gente ela é uma mãe, colhe o feijão, colhe o milho, a abóbora, a batata, a mandioca, a gente colhe a força, a ciência, colhe tudo; dela nasce, ela cria e ela oferece. (Moisés em entrevista).

A terra é pra morar, ter o direito de trabalhar na terra. O índio que não tem terra se sente abandonado, a terra tem muita importância pra gente, faz a roça, tem a casa. Tem 49 anos que moro aqui. O mais velho é Maria Pequeno e está perto de 100 anos mais ou menos. (Ariane em entrevista).

Terra pra nós não é simplesmente um espaço físico, destinado à produção, à especulação financeira, como os nossos governantes, como a sociedade como um todo enxerga; nós temos uma ligação com a terra, é dela de onde nós nascemos, é ela que nos sustenta, e vai ser ela quem vai nos dar um abraço final, um abraço verdadeiro que é de todos os lados (Batista em entrevista).

As relações cosmológicas e o compartilhamento coletivo da terra, o respeito pelo ecossistema Caatinga, no uso sustentável das plantas nativas e o convívio no Semiárido, a produção da “ciência” do índio pelo uso de extratos vegetais e plantas de poder nos rituais (MOTA, 2005), além de ter significado uma afirmação da territorialidade, legitimou o povo Pipipã no sentido da garantia do direito de posse da

terra; conforme preceituam a Constituição federal de 1988 (BRASIL, 1988/2016), a OIT (2011) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos indígenas (BRASIL, 2002).

A utilização de plantas nativas recorrente entre os Pipipã diz respeito ao direito de autodeterminação dos povos indígenas (BRASIL, 1988/2016; OIT, 2011). Esse povo utiliza no cotidiano diversas plantas sagradas para curar e prevenir doenças, por exemplo: o pau-d'alho: usado para curar processos gripais; a erva-doce: como chá para controlar a pressão arterial elevada; o alecrim: para banhos e na forma de chá para melhorar a digestão, acalmar, reduzir dor de cabeça, inflamação, gripe e resfriado; a ameixa e a quixabeira: usadas para cicatrizar ferimentos; o quebra faca (que se encontra na Caatinga rasteira) serve para curar diarreia e cólicas.

A raiz da planta quipembe é usada para curar o reumatismo; a imburana-de-cheiro: para curar a gripe, tem ação anti-inflamatória, antibiótica; a macela é usada como chá para melhorar a digestão; o espinhaço de cobra e o pau-ferro: usados para dor nas costas; cedro: para gripe e dor nas articulações; a ubirantanha: para acelerar o parto; o bonome e a aroeira; tem ação anti-inflamatória e podem ser usados para fazer o lambedor nos casos de bronquite, dentre tantas outras plantas.

O registro da “ciência” Pipipã no que se refere à medicina indígena, o uso das plantas nativas retiradas da Caatinga, está sendo feito e coordenado por um dos Pajés, que poderá ser na forma de publicação de Livro ou de Cartilha (informação colhida na observação participante, 2017). O uso das plantas nativas, com a finalidade de curar e prevenir doenças, é uma prática milenar observada como parte da reprodução social dos povos indígenas e apoiada pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas do Dsei/Sesai/MS (BRASIL, 2002) e observação participante em 2017.

4.1.3 De que vivem os Pipipã e rede de relações

As condições materiais de vida dos Pipipã, em grande parte, resultam e dependem das relações de convívio sustentável no Semiárido e dos benefícios sociais recebidos do governo federal. As aldeias são constituídas de residências de taipa (Fotografia 8) alternadas com alvenaria. Com a inserção dos Pipipã na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, a partir de 2002, entre outras

ações de saúde, planejadas verticalmente e sem considerar o contexto cultural dos povos indígenas, algumas casas de taipa foram substituídas por alvenaria sob a coordenação da Fundação Nacional de Saúde em parceria com a Sesai/MS.

Fotografia 8 – Casa de taipa na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Ambos os tipos de residência têm luz elétrica, mas sem água encanada, apenas cisternas. A casa de taipa produz condições climáticas mais agradáveis para se viver no Semiárido além de facilitar a realização do ritual da Jurema. O ambiente interno da casa de alvenaria, segundo a experiência dos indígenas, é mais quente quando comparada com a de taipa.

O povo Pipipã acessa água para consumo nas cisternas familiares que são usadas para beber, cozinhar e fazer higiene pessoal. As cisternas têm a capacidade de armazenar 16 mil litros de água potável, e foram construídas pelo Programa Cisternas, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para favorecer as populações, no Semiárido brasileiro, por meio do acesso à água para o consumo humano e produção de alimentos (BRASIL, 2018).

Nos períodos de estiagem, as cisternas familiares implementadas (Fotografia 9) são abastecidas com água procedente do rio São Francisco, transportada pelo Exército Brasileiro. Outros moradores optam por comprar os botijões plásticos de água mineral. As cisternas são abastecidas por meio do Programa Emergencial de Distribuição de Água, do governo federal, que é resultante de uma parceria de

Cooperação Técnica e Financeira entre o Ministério da Integração Nacional e Ministério da Defesa.

Fotografia 9 – Cisterna calçadão na Aldeia Travessão do Ouro, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

O Programa Cisternas do MDS recebeu o Prêmio Internacional de Política para o Futuro 2017, de uma organização da Alemanha, a World Future Council, em parceria com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Sendo, portanto, a segunda melhor política pública do mundo que contribuiu para a inclusão social das populações, por meio do acesso à água potável, no Semiárido brasileiro.

As fontes de água como lagoas, poços e barreiros, simbolicamente, conformam a paisagem no Semiárido e são usadas para consumo humano e para matar a sede dos animais de criação. Algumas dessas fontes acumulam água por mais de um ano.

Outra modalidade de acessar a água no território é por meio de poços artesanais, cuja responsabilidade pela perfuração é exclusiva do Distrito Sanitário Espacial Indígena (Dsei/Sesai/PE).

Quando jorra dos poços, a água salobra é utilizada nos afazeres da casa e para os animais da comunidade. Conforme os entrevistados, o território onde habitam tinha muitas fontes de águas subterrâneas e de boa qualidade, destruídas para a escavação do canal do Eixo Leste, por exemplo, na Lagoa Rasa, localidade de Caraíbas. Os moradores dessa aldeia enfatizaram a necessidade de um número

maior de poços perfurados no território, pois o quantitativo existente não é suficiente. Alegam que também carecem de mais atenção nesse sentido.

Os meios de trabalho no território são diversos no sentido do autoconsumo e do convívio no Semiárido. Existem atividades de coleta:

- a) do mel, usado para alimentação, especificamente para fabricar a cera utilizada no ritual da Jurema como incenso e para fazer o sinal da cruz nas crianças durante o batismo religioso no “Aricuri”;
- b) caroá, cuja fibra é utilizada na fabricação dos apetrechos para o Toré, na confecção de redes, cortina, corda e tapete;
- c) macambira, usada para fazer a ração para alimentar os animais, e a farinha utilizada para alimentação humana;
- d) plantas medicinais que são usadas como chás, lambedor, em banhos e como incenso;
- e) frutas nativas de época, a exemplo do umbu.

A macambira representa uma alternativa para a alimentação dos animais de criação e do homem. Na sua composição química, observa-se uma riqueza de nutrientes como proteínas, amidos, carboidratos, fibras e elevado percentual de umidade. Para alimentação humana, pode ser feita a farinha, denominada pelo nordestino de “farinha de grande sustância”. É considerada símbolo da sobrevivência do povo nordestino, vindo a salvar a vida de milhares de peregrinos durante os períodos prolongados de estiagem ocorridos no Nordeste (GONÇALVES, 1997, p. 7).

Além de trabalhos rotineiros, alguns indígenas ainda se dedicam à arte musical de produção dos toantes (pequenos cantos), especificamente para os rituais. Existe um grupo musical Pipipã que anima as festas nas aldeias. Orgulham-se, com razão, da produção musical de toantes e afirmam ter o maior número e os mais belos toantes dentre todos os povos indígenas em Pernambuco. Transcrevemos um dos toantes Pipipã divulgado por Arcanjo (2003, p. 98). Esse autor citou que o toante faz referência a um dos passos e o associa a um dos Encantados de Luz, no caso, ao Joaquim Mangolô: “Trabalha meus índios, trabalha com fé é Joaquim Mangolô, que vem dançando o trupé.” (Toante Pipipã).

Na observação participante, percebemos que em muitas residências os indígenas cultivam ervas medicinais, por exemplo, o alecrim, a cidreira, entre outras. Grande parte dos Pipipã trabalha na agricultura de autoconsumo (Fotografia 10), no

plântio de feijão, milho, mandioca, jerimum, melancia, algodão, fava, macaxeira, maxixe, batata doce, mamão, limão.

Fotografia 10 – Agricultura de autoconsumo, plantação de jerimum na Aldeia Caraibas, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Conforme consta na publicação *Caderno do Tempo*:

O tempo de plantação para nós [os indígenas] se estende de dezembro até maio, dependendo das chuvas que são irregulares. [...] O período para colheita varia de acordo com o período da plantação, podendo ser três meses após a plantação. (CADERNO DO TEMPO, 2002, p. 19).

As atividades de colheita são realizadas por “homens, mulheres, meninos e meninas” (CADERNO DO TEMPO, 2002, p. 19). A dificuldade é maior nos períodos de estiagem regulares do Semiárido, pois dispõe de poucas fontes apropriadas para a irrigação.

A criação de caprinos (Fotografia 11) predomina no território Pipipã; há suínos e bovinos, vistos em apenas uma aldeia e em pequena quantidade. A ração para alimentar a criação era exclusivamente retirada do Semiárido.

Fotografia 11 – Criação de caprinos na Aldeia Travessão do Ouro, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Todos os professores indígenas têm vínculos profissionais nas escolas locais, havendo, também, pessoas que trabalham como auxiliares nas ações de educação. Na Aldeia Travessão do Ouro, há uma Escola que oferece, além do Ensino Indígena Fundamental, o Ensino Médio. As outras Escolas oferecem apenas o Ensino Fundamental. Encontram-se situadas nas Aldeias Caraíbas, Faveleira, Capoeira do Barro e Pedra Tinideira (Fotografia 12). Esta última funciona em uma área de retomada, fazenda de posseiro.

Fotografia 12 – Escola de Ensino Fundamental na área de retomada, Aldeia Pedra Tinideira, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Nas Escolas, todos os professores são indígenas. Existe um calendário de festas escolares, das quais estudantes, professores e toda a comunidade participam anualmente: Dia do Índio, Dia de Santo Expedito, Dia do Índio Vaqueiro e a Festa de São João.

A participação dos Pipipã como trabalhadores voluntários ou assalariados no campo da atenção à saúde indígena ocorre desde o compromisso em compor o controle social indígena, o Conselho de Saúde Indígena – o Condisi – até atividades como Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Nesse sentido, as relações de trabalho, externas, na territorialidade Pipipã tiveram início com o reconhecimento étnico pela Funai em 1998. As relações sociais se realizam com o Dsei, pertencente à Secretaria Especial de Saúde Indígena do MS, no sentido do cumprimento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002). Essa política do Sistema Único de Saúde (SUS), garantida pela Constituição de 1988, encontra-se incluída como Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos indígenas do Sistema Único de Saúde (Sasisus). Tendo como atribuição garantir o acesso à atenção integral à saúde,

[...] de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura. (BRASIL, 2002, p. 13).

O Dsei se baseia no modelo de organização de serviços, por exemplo, atividades técnicas e de reordenação da rede e das práticas sanitárias no controle social indígena (BRASIL, 2017).

Existem dois tipos de polos de atendimento da atenção à saúde no Dsei, Polos Base de Saúde tipo I e II. Na área urbana de Floresta, visitamos um Polo Base tipo II, cuja estrutura física é de apoio técnico e administrativo à Equipe Multidisciplinar, não devendo executar atividades de assistência à saúde. As atividades do Polo Base tipo II são diversas: armazenamento de medicamentos; investigação epidemiológica; coleta, análise e sistematização de dados; planejamento das ações das equipes multidisciplinares na área de abrangência, administração, entre outras (BRASIL, 2017).

Na Aldeia Caraíbas, o atendimento de saúde conta, também, com a participação dos AIS realizado no Polo Base tipo I (Fotografia 13), que representam uma rede de postos de saúde implantados nos maiores aldeamentos ao longo do território Pipipã.

Fotografia 13 – Polo Base tipo I, Posto de Saúde na Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Além do atendimento da assistência, o Polo Base tipo I realiza capacitação, supervisão dos AIS e auxiliares de enfermagem; coleta de material para exame; esterilização; imunizações, investigação epidemiológica, entre outras atividades (BRASIL, 2017).

Não há inserção de indígenas Pipipã como trabalhadores na Funai. Essa Instituição do governo federal constitui uma das redes de relações externas na territorialidade Pipipã. A fundação deve compartilhar com a Sesai a responsabilidade na oferta da Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas, conforme recomenda essa política de saúde indígena (BRASIL, 2002). A Funai coordena a política de demarcação de terra, ação de saúde promotora da qualidade de vida dos povos indígenas (BRASIL, 2002). A citada instituição ainda deve fomentar ações de restauração das condições ambientais, cuja violação relacione-se diretamente com o surgimento de doenças e de outros agravos da saúde (BRASIL, 2002).

Conforme proposto no objetivo específico 1, que foi destacar os processos sócio-históricos e a territorialidade indígena Pipipã anterior ao projeto da

transposição, ousamos sistematizar em quadro algumas relações ambientais e de poder observadas na territorialidade Pipipã (Quadro 7).

Quadro 7 – Sistematização das relações ambientais e de poder na territorialidade do povo Pipipã no período anterior à transposição do rio São Francisco, Floresta/PE

(continua)

Territorialidades	Descrição das relações
Afirmação étnica	<p>Organização sociopolítica e cultural: Cacique, Pajé, conselhos de saúde local e de educação, conselho de líderes indígenas, líderes das aldeias, decisões participativas e representativas e controle social indígena. Relação peculiar com a terra, vínculo de pertencimento, mobilidade tranquila no território, confiança nos pontos de referência, acreditam que a terra é uma mãe, há relação simbólica com a Caatinga.</p> <p>Ancestralidade relativa a Serra Negra, Ritual sagrado do “Aricuri” na Serra Negra no mês de outubro, Toré dançado pelos adultos e crianças, o Segredo, a ressurgência, resistência, Cocar como símbolo indígena, Arte indígena, Ritual da Jurema como um culto da cura, reconhecimento oficial pela Funai, convívio com o povo Kambiwá em território interétnico, território autodemarcado e domínio dos limites territoriais, mobilizações pela demarcação da terra que se encontra em fase de estudo, território marcado pelos rituais.</p>
Costumes e tradições	<p>Uso da planta caroá como matéria-prima para fabricar os apetrechos do Toré, redes e cortinas, uso do extrato da pedra do Toá na cicatrização de ferimentos e na pintura dos corpos durante as celebrações e rituais, produção do vinho da juremeira, uso da cera de abelha para defumar o ambiente na abertura do Ritual da Jurema, uso de mel de abelha no batismo das crianças durante o Ritual do “Aricuri”, toantes enfatizando a Caatinga, atividade de caça: peba, tatu, tamanduá, veado, caititu e cambaba.</p>
Comemorações	<p>Semana dos Povos Indígenas e de Santo Expedito no mês de abril, Comemorações do mês de Maria com novenas e procissões no mês de maio, Dia de Santo Antonio, Dia de São João, Dia de São Pedro com fogueiras, fogos e comidas típicas no mês de junho, fortalecimento/lembranças da índia Amélia Maria da Conceição, que era firme nos rituais, e do índio João Cabeça de Pena, massacrado até a morte após receber voz de prisão; era guerreiro Pipipã na Serra Negra, lembrados no mês de dezembro.</p>
O trabalho nas aldeias e a renda	<p>Trabalham nas equipes de Atenção à Saúde Indígena e na Educação. Todos os professores são indígenas, trabalham na criação de caprinos, agricultura de autoconsumo nos baixios que se inicia nos meses de dezembro até maio; a colheita é feita por homens, mulheres, meninos e meninas, recebimento de benefícios sociais do governo federal, desemprego nos períodos prolongados de estiagem.</p>
Tensões e conflitos no território e a luta pela demarcação da terra	<p>Relações tensas e conflituosas com fazendeiros/posseiros, assentados do Assentamento Serra Negra, contexto de disputas por terra; há entraves políticos locais, estadual e nacional dificultando a demarcação da terra.</p>

Quadro 7 – Sistematização das relações ambientais e de poder na territorialidade do povo Pipipã no período anterior à transposição do rio São Francisco, Floresta/PE

(conclusão)

Territorialidades	Descrição das relações
Moradia, condições de saneamento e acesso à água para consumo humano e produção	Habitação de taipa e de alvenaria, ausência de água encanada, acesso à água por meio de cisternas e poços artesianos, saneamento precário.
Convívio sustentável no Semiárido	Uso das plantas da Caatinga para curar doenças e uso nos rituais, coleta do mel de abelha nativa, colheita do catolé e de outras frutas no mês de março, colheita da maçaranduba, do café em outubro, uso da macambira para alimentar os caprinos.
Redes institucionais de proteção	Fundação Nacional de Saúde, Fundação Nacional do Índio, Distrito Sanitário Especial Indígena/Secretaria Especial de Saúde Indígena, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Ministério Público/Procuradoria de Serra Talhada da 6.ª Câmara, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Defesa, Governo de Pernambuco, Conselho Indigenista Missionário, Conselho Distrital de Saúde Indígena, participação no movimento social Acampamento Terra Livre.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018, com base em Almeida et al., (2010), Arcanjo (2003), Raffestin (2011), Saquet e Sposito (2009), Caderno do Tempo (2002, p. 17-21) e observação participante, 2016-2017.

4.2 A imposição da transposição do rio São Francisco

[...] se o governo passar agora com esse canal sem demarcar o nosso território os fazendeiros vão tomar conta e nunca vai deixar nós em paz. A gente sabe que a transposição é só pra beneficiar os grandes proprietários e a gente mermo não vai se beneficiar, o índio não vai ter direito por esta água. (DAVI apud ALMEIDA et al., 2010, p. 9).

O trecho da entrevista acima correspondeu a uma reflexão crítica feita pelo líder indígena Pipipã, Davi, durante a realização da Cartografia Social do povo Pipipã, em que evidenciou os desafios para demarcação do território com a chegada da transposição do rio São Francisco. A percepção do indígena expressou o perigo, iminente, que se instalará no lugar de vida sem a resolução prévia da demarcação, o que acentuará as dificuldades de enfrentamento dessa questão.

O Estado brasileiro planejou a criação de uma área territorial para submeter os impactos do projeto, denominada de Área Diretamente Afetada (ADA). Um dos territórios, estrategicamente, escolhido para sofrer esses impactos diretos foi exatamente o lugar de vida Pipipã (BRASIL, 2004). As ações locais iniciaram-se em março de 2007, com o governo assegurando o cumprimento das ações mitigatórias

(para redução dos impactos) e a inclusão social do povo indígena por meio da oferta de água para autoconsumo (BRASIL, 2004).

À pergunta sobre ações de resistência à transposição do rio São Francisco no território, os Pipipã lançaram outro questionamento: “Como poderia empatar a transposição? Somos pequenos, quando eles vieram, foi de uma vez. Não teve pergunta, não teve proposta nenhuma. Somos índios inocentes, e o que resta é só saudade.” (Alberta em entrevista).

Então, além da preocupação em lidar com os novos processos destrutivos que avançavam no território, outras fontes de tensões surgiram entre os Pipipã. Isto é, o corte na terra começava a separar as famílias indígenas, dificultando a mobilidade, os caprinos fugiam; perdiam-se ou morriam atropelados. As explosões tornaram-se necessárias e rotineiras para construir o canal, a poeira era intensa. O território começou a ser desmatado, ficando aberto e exposto aos perigos, por exemplo, a entrada de muitos terceiros não indígenas para conhecer o lugar, caçar o caititu, o veado, o tatu, o peba, entre outras intenções e práticas. Acrescentou-se, também, a presença das empreiteiras, trabalhadores, tratores, caminhões e o canteiro de obras.

O projeto da transposição despertou reflexões críticas oriundas da igreja Católica Romana, dos movimentos sociais, das universidades e de outros setores da sociedade; resultando na produção de livros, documentários, relatórios técnicos e de denúncia, reportagens, entrevistas, cartografias dos povos e comunidades tradicionais, monografias, dissertações e teses.

A fala da entrevistada Alberta corrobora a ideia do grande empreendimento ter sido imposto politicamente pelo Estado na defesa do desenvolvimento e do progresso (CRUZ, 2017).

Os Pipipã não foram chamados para participar da mesa de discussões por ocasião da formulação/planejamento do projeto da transposição do rio São Francisco; apenas pequena parte da população a ser atingida diretamente pelas obras do projeto foi informada sobre o início das obras por meio de oficinas realizadas na Aldeia Travessão do Ouro. Nesse caso a população foi desrespeitada no direito de autodeterminação dos povos,

de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins. [...] Além disso, eles

participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente. (OIT, 2011, art. 7.º).

As informações sobre os objetivos do projeto, a operacionalização, as ações mitigatórias entre outras coisas foram insuficientes e pouco compreendidas por grande parte dos moradores nas aldeias cortadas pelo canal do Eixo Leste: “A transposição passando e a gente sem saber como seria, o que iria acontecer. Acho que deveria ter explicado.” (Henrique em entrevista). Especificamente sobre o Programa de Apoio aos Povos Indígenas (PBA 12), grande parte dos moradores nas aldeias cortadas pelo canal desconhecia o referido Programa.

O insuficiente esclarecimento sobre os detalhes do processo de implantação das obras gerou insegurança, tensões, sentimentos de desproteção, medo e sofrimento, a ponto de as pessoas cogitarem a possibilidade da ocorrência de uma guerra: “A Etnia Pipipã entrou em sofrimento porque não teve comunicação com ela, as pessoas ficaram nervosas, com medo e pensando que, no fim, iria terminar numa guerra.” (Alberta em entrevista). O descaso do Ministério da Integração Nacional, referente a essa ação, excluiu parte dos moradores do ponto de vista do direito à informação adequada sobre o grande empreendimento.

O planejamento da transposição do São Francisco deveria ter sido realizado por meio de um acordo e da participação de todos os moradores com o objetivo de conhecer e compreender as ações governamentais propostas, para a obtenção, ou não, da concordância, conforme a fala do entrevistado Natanael: “Fazer as coisas de acordo com a opinião de todos, convidar as pessoas, a participação dos índios no projeto; quando for fazer qualquer coisa na comunidade, deveria conversar, para a gente entender.”

Essa política excluiu a participação de boa parte dos moradores nas Aldeias cortadas pelo canal e determinou fragilização do movimento de resistência do povo Pipipã (PORTO, 2011; ZHOURI, 2011). As políticas governamentais não deixam espaço do ponto de vista da realização do planejamento e participação dos afetados nos grandes empreendimentos, potencializando conflitos. Fomenta “esquecimentos e exclusões que atingem direta ou indiretamente os moradores”; produzindo insegurança, seja qual for a ideologia política e econômica condutora das ações do Estado (SCOTT, 2009, p. 183).

Os Pipipã afirmam ser “um povo de raiz” e se orgulham ao dizer isso com os outros afirmando a história de resistência como povo indígena no Nordeste: “Somos de raízes e me orgulho de falar dos Pipipã, pois somos de raízes, o governo pode não acreditar que no Nordeste tem povo de raiz, mas nós somos.” (Moisés em entrevista). No início da implantação das obras da transposição os trabalhadores das empreiteiras cometeram discriminação étnica ao afirmarem que os Pipipã não eram índios.

O processo de discriminação étnico reproduziu-se durante todo tempo de construção do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco: “No começo das obras, eles diziam que a gente não era indígena, e a gente disse pra eles que iria provar que somos índios. Até hoje eles ainda querem questionar que não há índio aqui” (Moisés em entrevista). O posicionamento discriminatório dirigido ao povo Pipipã pelos representantes das empreiteiras remete à tentativa de reduzir a diversidade, impondo um modelo único, negando a garantia da autonomia e a riqueza cultural dos povos indígenas (BREILH, 2006; RAFFESTIN, 2011).

Associando-se, também, como um elemento que influencia nesse posicionamento discriminatório a questão da morosidade na demarcação de terra indígena Pipipã. O processo de demarcação de terras “dever-se-á obrigatoriamente” ser considerada como um aspecto constitutivo do modelo de atenção integral à saúde dos povos indígenas, conforme menciona a Política Nacional de Atenção à Saúde indígena (BRASIL, 2002, p. 28). Essa política integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações das Leis Orgânicas da Saúde com as da Constituição federal, que reconhecem aos povos indígenas nas especificidades étnicas e socioculturais e os direitos territoriais (BRASIL, 2002).

A Funai é o órgão indigenista oficial, vinculado ao Ministério da Justiça, responsável pela coordenação das ações no âmbito do governo federal destinadas a assegurar os direitos constitucionais dos povos indígenas no país. A garantia dos territórios indígenas, por meio de uma política de demarcação, fiscalização e retirada de invasores, constitui-se ação fundamental da Funai com vista à promoção de um ambiente favorável à saúde e vida das populações indígenas no país (BRASIL, 2002). A instituição não atuou devidamente no caso dos Pipipã. Situações de tensões socioambientais, conflitos, violências diversas direcionadas aos povos são registradas por motivo da questão da não demarcação de terras indígenas (OLIVEIRA, J., 1998).

A seção 4.2.1 apresenta resultados e discussões referentes aos processos destrutivos de vulnerabilização material, simbólica, agravos, doenças e óbitos entre os Pipipã no decorrer da implantação do grande empreendimento de desenvolvimento nas aldeias Caraíbas, Tabuleiro do Porco e Pedra Tinideira, cortadas pelo Eixo Leste.

4.2.1 O “estupro” do território¹⁵ Pipipã: a vulnerabilização

A transposição do rio São Francisco, por se tratar de um grande empreendimento de viés econômico, inserido no modelo global, onde há crescente integração dos mercados, da produção e das finanças, principalmente de interesse do agronegócio, “traz em si um caráter desterritorializador” (FUINI, 2014, p. 22); pois é um projeto que se encontra atrelado a processos destrutivos conforme evidenciado no planejamento da Área Diretamente Afetada do Relatório de Impacto Ambiental que atingiu diretamente o território Pipipã (BRASIL, 2004; BREILH, 2010). É oportuno referir que, mesmo diante de um grande empreendimento de caráter desterritorializador, como a transposição do rio São Francisco, tivemos o necessário cuidado na análise dos processos sociais determinados na implantação do mencionado projeto, considerando a possibilidade da existência de facetas protetoras oferecidos por este (BREILH, 2006).

A análise considerou essa linha de pensamento (BREILH, 2006) no sentido de identificar, também, a existência de facetas protetoras na implantação da transposição; principalmente por se tratar de um projeto que tem como objetivo maior a inclusão social de todos por meio do acesso à água que garanta a reprodução social e a saúde das populações no Semiárido.

A chegada da transposição teve aproximações com a desterritorialização (HAESBAERT, 2010) nos aspectos de produzir violentas e grandes transformações territoriais, perda de terras por parte dos moradores, saída compulsória do lugar de origem, uso de explosivos para escavar o canal, por ter cortado o território quase ao meio, por ter provocado nos moradores o pressentimento da ocorrência de uma guerra, em que ficaram sem saber como tudo ocorreria.

¹⁵ Corresponde a trecho de entrevista individual realizada com o indígena Pipipã Batista durante o estudo.

Famílias Pipipã da aldeia Caraíbas, como em uma sequência, quase simultânea, tiveram de “buscar reconstruir vínculos de inserção e reestruturação em outros espaços que não os de origens” (FUINI, 2014, p. 23), isto é, reconstituir a reterritorialização; ou resistir fortemente no espaço de origem estruturando-se para o enfrentamento das mobilizações pelos direitos afirmados pelo Ministério da Integração Nacional no PBA 12.

Os tratores das empreiteiras começaram a destruir recursos naturais, entre outros, relacionados com flora, fauna, lagoas, poços, barreiros, serrotes, pontos históricos e os baixios, que são as melhores terras para a agricultura. Todos esses processos destrutivos foram previstos (planejados) e descritos no Relatório de Impacto Ambiental da transposição do rio São Francisco (BRASIL, 2004). Inclusive, assumindo compromissos de realizar ações mitigadoras específicas que não foram cumpridas ainda no 11.º ano de implantação desse grande empreendimento.

A destruição violenta iniciada pelos tratores determinou o corte do território Pipipã, 100 metros de cada lado e aproximadamente 50 km de desmatamento do ecossistema Caatinga. A percepção simbólica dos indígenas sobre esses processos foi de um estupro do território:

Terra, pra nós, não é simplesmente um espaço físico, destinado à produção, à especulação financeira [...] e esse canal tem feito esse estupro, essa violação do nosso território. Com isso, vão embora plantas consideradas importantes, sagradas [...], então, é um massacre total. (Batista em entrevista).

Para o povo Pipipã, o território sagrado sofreu uma violência no sentido de que o grande empreendimento violou os direitos da Natureza e, conseqüentemente, dos indígenas. Na cosmologia dos povos indígenas, a Mãe Terra deve ser **considerada um organismo vivo, digno** de tutela constitucional. Sobre isso, na Constituição do Equador, artigo 71: “a Natureza [...], onde a vida é reproduzida e realizada, tem direito de ser respeitada integralmente em todos os seus ciclos vitais, na sua estrutura como um todo, nas funções e processos evolutivos.” (EQUADOR, 2008, art. 71).¹⁶

¹⁶ No original: “La naturaleza [...], donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.”

A implantação da transposição do São Francisco conformou um cenário devastador que se assemelhou ao que Escobar (2014, p. 25) denominou de “avatar” da globalização, que avançou no Semiárido brasileiro no intuito de “desenraizar, desterritorializar e reterritorializar” (FUINI, 2014, p. 23).

As escavações da terra feitas pelos tratores, para construir o Eixo Leste, determinavam cotidianamente cenário de invisibilidade ambiental devido ao excesso de poeira; pedras e serrotes eram transformados em brita, árvores sagradas destruídas se amontoavam ao longo das escavações. Na percepção dos Pipipã, o cenário era de exploração da Natureza.

A Fotografia 14 apresenta o momento em que os tratores das empreiteiras, responsáveis pela construção do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, preparam e aprofundam o corte do território, em 2014, no território Pipipã.

Fotografia 14 – Escavações para construção do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, na Aldeia Caraíbas, simbolizando o “estupro do território” Pipipã, em Floresta/PE, 2014



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2014.
Autorizada por líderes políticos Pipipã.

Metade das famílias que residiam na localidade de Lagoa Rasa, pertencente à Aldeia Caraíbas, perdeu as terras: “Perdemos quase toda terra em Caraíbas, muita promessa de demarcar e nada. Pra gente, tudo é difícil.” (Adália em entrevista). Essas famílias mudaram-se para outra aldeia ou outro município, e as outras resistiram no lugar onde nasceram.

Os processos de desterritorialização implicaram a produção de pressões, rupturas e transformações na territorialidade Pipipã, por exemplo, nas relações com a medicina indígena, a arte, o Toré, a Mesa da Jurema, o “Aricuri”, a alimentação humana e a criação de caprinos:

Estragou o terreno, cortou nosso caroá, ficou difícil pra gente; onde o canal passou levou tudo e nosso caroá. As abelhas foram embora, a gente comia o mel, fazia uma garapa para os filhos, está muito difícil. Não temos comida e a Funai não nos ajuda [...]. Os pés de pau que fazia medicamento, lambedor, aqui tinha muito isso, o bonome é bom, o chá de casca da aroeira para inflamação, o pé do umbuzeiro pra gente se alimentar. Outras plantas como o marmeleiro, foi destruindo tudo. (Fernanda em entrevista).

Houve a destruição de plantas nativas da Caatinga que faziam parte do território das abelhas (Fotografia 15), incluindo as juremeiras, as imburanas, os umbuzeiros, o bonome, as aroeiras, as macambiras, o caroá, entre muitas outras. A destruição, por exemplo, da planta nativa caroá implicou o desabastecimento da fibra dessa planta, usada para a fabricação dos apetrechos do Toré, rituais da Jurema e o Aricuri, na confecção de redes, cortinas, do aió, do cocar, das saiotas e de colares.

Fotografia 15 – Destruição e desmatamento da caatinga para a construção do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, Aldeia Caraibas, Floresta/PE, 2014



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2014.
Autorizada por líderes políticos Pipipã.

Os processos destrutivos planejados e previstos para a Área Diretamente Afetada (BRASIL, 2004; BREILH, 2006) avançaram no território afetando seus

recursos naturais no território, por exemplo, o conhecido poço do Coam e a lagoa do Junco. Essas fontes de água, simbolicamente, embelezavam a paisagem. A vulnerabilização (ACSELRAD, 2010) material e simbólica representada por essas perdas, associada à não reconstrução das mencionadas fontes, acrescentou ao cotidiano dos indígenas mais injustiças ambientais, com repercussão sobre a saúde.

No caso do poço de Coam, este se constituía uma fonte de água duradoura, utilizada tanto pelos animais de criação quanto para matar a sede dos indígenas nos períodos de estiagem. De acordo com a fala do entrevistado Samuel:

O poço da Coam, que era um poço falado, quando enchia, passava um ano; era perto da Baixa dos Caibros. Lá a criação bebia, e até a gente se servia da água. O poço enchia e passava do ano para o outro, e acabou tudo. Mas, Deus é maior, se Deus é por nós, quem é contra nós? (Samuel em entrevista).

A fala de Samuel destacou a importância da presença dessas fontes de água como os poços e barreiros para o auxílio material dos sertanejos no cotidiano. Acordos no sentido da reconstrução das citadas fontes foram feitos, mas descumpridos pelas empreiteiras; e os indígenas confiavam apenas em Deus no sentido de resistir e seguir. As empreiteiras exploraram ao máximo a Natureza local para construir o Eixo Leste. Chamou a atenção, durante a observação participante, a destruição de vários Serrotes para a obtenção das pedras que se transformavam em brita (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Exploração das pedras do território para a produção de brita a ser usada na construção do Eixo Leste, Aldeia Caraíbas, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2016.
Observação participante, 2016.

As ações mitigadoras relativas à perda e fragmentação do território e da Natureza, previstas no Programa Básico Ambiental Indígena do Ministério da Integração Nacional (PBA 12), foram elaboradas para reduzir os impactos nas áreas diretamente afetadas no Eixo Leste.

Entre outros objetivos do PBA 12, ações específicas seriam realizadas no território Pipipã, como articular e acompanhar a implementação de viveiros de mudas e promover a restrição do desmatamento ao mínimo necessário para as obras no Eixo Leste (BRASIL, 2011). No entanto, essas ações mitigadoras ainda não foram cumpridas pelo Estado, no 11.º ano de implantação do grande empreendimento de desenvolvimento, agora com o Eixo Leste inaugurado.

O entrevistado Moisés percebeu os processos sociais de implantação da transposição do São Francisco como “um desastre e a vida se acabando na Aldeia Caraíbas”:

Se temos a missão de zelar pela Natureza e não podemos destruir, o que estamos vendo é uma destruição, a vida se acabando; a Natureza onde as árvores que servem de medicamento pra nós indígenas se acabaram, morreu, não tem como refazer a Floresta. (Moisés em entrevista).

Já o entrevistado Samuel, residente em outra aldeia cortada pelo Eixo Leste da transposição do São Francisco, enfatizou tristemente sobre o avanço do desmatamento no território Pipipã. Na percepção desse indígena, configurava-se uma ação errada administrada pelo Estado, por meio das empreiteiras responsáveis, pois iriam atingir um Cruzeiro muito alto e antigo e um Serrote denominado de Large de Boiadeiro, ambos de muita importância cultural e simbólica para o povo Pipipã:

O tanto que vão cortar de árvores agora... A exploração é muito errada, eles vão destruir agora mais dois Serrotes inclusive tem um Cruzeiro muito alto [...]. Eles estão destruindo agora dois Serrotes um se chama Large de Boiadeiro, tem outro serrote onde tem um Cruzeiro muito alto e antigo, eles vão destruir lá. Eles prometeram plantar mudas. Disseram que iam trazer plantas nativas. Eles iriam recuperar o que destruíram, árvores do Sertão e de sombra. (Samuel em entrevista).

Processos de vulnerabilização com prejuízos materiais, simbólicos, agravos à saúde e doenças também foram registrados em outras populações residentes ao longo do território de abrangência da transposição do rio São Francisco. O estudo de Baracho (2014, p. 9) evidenciou que essa megaobra de desenvolvimento violou direitos das comunidades quilombolas de Salgueiro, “provocando feridas e traumas

indelévelis; e violação do direito à informação e à decisão quanto a projetos que afetem a vida” no território.

Intervenção “compulsória na vida dos agricultores familiares, desestabilização, descaracterização da identidade camponesa e desvitalização da autonomia” foram alguns dos processos de vulnerabilização evidenciados no território Baixio dos Grandes e Junco, em Cabrobó, PE, com a implantação da transposição (DOMINGUES, 2016, p. 8).

Desterritorialização representada pela “perda total ou parcial da propriedade, perdas materiais como a extinção das terras produtivas, da água de usos diversos e dos animais de criação, valor irrisório das indenizações”, entre outros processos de vulnerabilização afetaram agricultores familiares residentes em Sertânia/PE, e Monteiro, na Paraíba (BEZERRA, 2016, p. 10).

A implantação das obras da transposição prejudicou as condições materiais de vida dos Pipipã acionando um processo de pauperização, pois reduziu a produção de mel, o pasto; a caça desapareceu, afetou as plantas utilizadas pelos indígenas na culinária e na medicina tradicional. Com as escavações para construção do Eixo Leste, as melhores terras cultiváveis, no território indígena, foram destruídas, assim como lagoas, poços, barreiros, morte e perda de muitos animais:

O pasto dos animais ficou muito próximo do canal, ficamos sem pasto e só ficou pasto do lado de lá do canal. Os animais têm que passar pro outro lado do canal, e quando fizerem a cerca, os animais não terão pasto. Nem sei com vai ficar, eles são atropelados e arrastados pelos caminhões da transposição, o carro mata, e não vão procurar o dono. Arrasta e joga dentro da mata e pronto, caso sério, e é um prejuízo. (João Lucas em entrevista).

A produção do mel italiano agora ficou mais difícil com a derrubada da mata. Feita a derrubada, tudo fica mais difícil. (Alba em entrevista).

Onde passa o canal, o animal cai dentro do buraco, e quando tem alguém que possa ver o animal, pode salvar, mas se não tiver ninguém que veja, ele morre, cai no buraco. Perda de animais, morte de animais; prejuízos sobre os animais. Cortaram muitas árvores, caminhos que o povo passava foram interrompidos. Ali em Nelson, foi passada uma barragem, e ele saiu e foi morar em outro lugar. (Antônia em entrevista).

Tem gente que perdeu a criação, foi no começo; animais atropelados, réis, jegues. Já aconteceu o carro bater, as pessoas falam, é um prejuízo para as pessoas, perderam muita criação. (Ariane em entrevista).

Prejudicou o uso das plantas que a gente usava para curar doenças, pois destruíram as árvores. A árvore ameixa usada no banho pra cicatrizar ferimento, a quixabeira serve pra tomar e cicatrizar, a imburana serve pra

chá, pra gripe, pra dor, raiz do quipembe, usa a raiz e serve pra reumatismo. (Josué em entrevista).

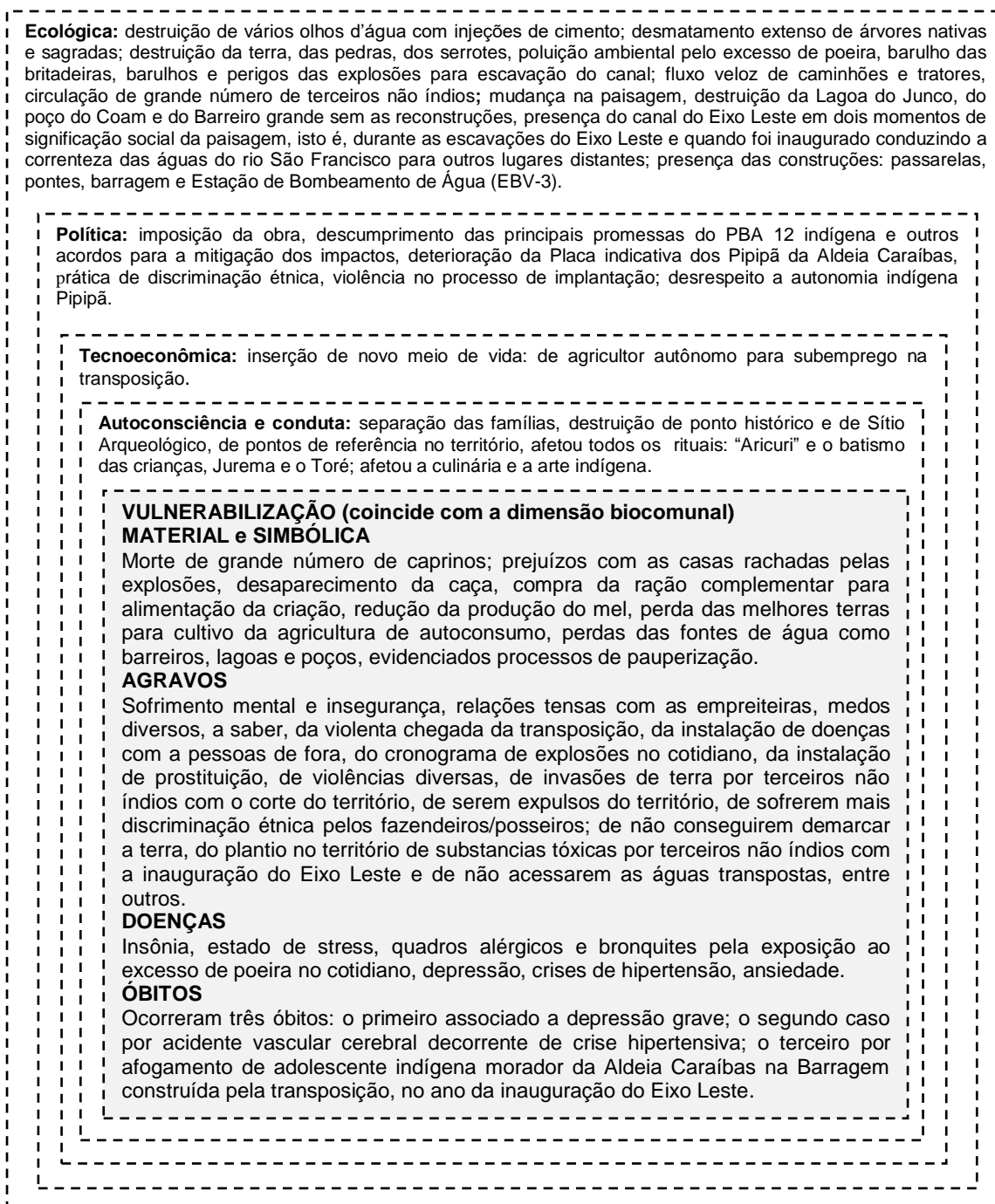
Nas falas acima, destacam-se trechos que revelam as perdas materiais e simbólicas marcadas pelo desmatamento do ecossistema Caatinga, isto é, a vulnerabilização e a injustiça ambiental (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009). O desmatamento da Caatinga avança rapidamente no Semiárido, a cada ano, com níveis atuais de 46% (SANTOS, B., 2015). Essa informação não incluiu os índices mais atuais de degradação/desmatamento com a implantação da transposição do rio São Francisco.

O desmatamento ampliado nesse bioma durante a implantação do grande empreendimento violou o artigo 2.º da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos indígenas, que reconhece o valor das práticas da medicina indígena por promover, proteger e recuperar a saúde dos povos por meio da promoção do equilíbrio biopsicossocial (BRASIL, 2002).

Os processos de vulnerabilização materiais, simbólicos, com agravos, doenças e óbitos determinados pelo grande empreendimento encontram-se sistematizados no Quadro 8, por dimensões da reprodução social. As dimensões encontram-se articuladas em uma perspectiva sistêmica, isto é, desvelando os processos envolvidos na determinação social da saúde (SAMAJA, 2000) no povo Pipipã.

A dimensão biocomunal (material, simbólica, agravos, doenças, óbitos associados), que coincide com a vulnerabilização, foi bastante afetada durante a implantação da transposição do rio São Francisco no território e povo Pipipã. Nas palavras de Samaja (2000), a dimensão biocomunal se refere ao modo como os membros de uma comunidade se renovam corporalmente e nas inter-relações, construindo o meio comunal em que se realizam como indivíduos. As dimensões da autoconsciência e conduta, tecnoeconômica, política e ecológica articuladas em uma perspectiva sistêmica explicaram e contextualizaram os processos de vulnerabilização que foram evidenciados no povo Pipipã.

Quadro 8 – A vulnerabilização indígena Pipipã: material, simbólica, agravos, doenças e óbitos por dimensões da reprodução social e a saúde, articuladas em uma perspectiva sistêmica na transposição do rio São Francisco, Pernambuco, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Elaborado pela autora em 2018 com base em Samaja (2000).

Como alternativa pensada para a mitigação desses processos de vulnerabilização, que atingiu diretamente os direitos da Natureza e da população local (BREILH, 2010), criou-se o Programa de Apoio aos Povos Indígenas, como

parte integrante do Programa Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PBA 12). A justificativa de criação do PBA 12 indígena foi a seguinte:

Mitigar e compensar os possíveis impactos negativos decorrentes da execução das obras do projeto de Integração do rio São Francisco aos povos indígenas localizados nas proximidades de sua Área Diretamente Afetada (ADA); fundamentando-se na reafirmação dos direitos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e na competência da União de demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, de acordo com a Constituição Federal Brasileira. (BRASIL, 2011, p. 4).

O Programa Básico Ambiental Indígena (PBA12) foi elaborado pelo Ministério da Integração Nacional com o objetivo de desenvolver as seguintes ações:

- a) implantação de infraestruturas;
- b) regularização fundiária;
- c) capacitação em organização social e gestão produtiva, que proporcionasse ao povo Pipipã melhores condições de vida, autonomia socioeconômica e ambiental (BRASIL, 2011).

É importante lembrar que o planejamento do projeto da transposição não contemplou a participação dos Pipipã, desconsiderando o direito dessa população de refletir e construir o próprio Programa Básico Ambiental Indígena (PBA 12), voltado para seus interesses e projetos de vida no Semiárido. As ações institucionais do PBA 12 foram estruturadas em dois subprogramas:

- 1) o Subprograma de Apoio aos Povos Indígenas;
- 2) o Subprograma de Capacitação em Organização Social e Gestão.

O Subprograma de Apoio aos Povos Indígenas teve como objetivo “viabilizar a implantação das infraestruturas necessárias para otimizar os fatores relacionados à condição de vida dos povos contemplados pelo Programa”, tais como:

- a) moradia;
- b) atendimento em saúde;
- c) educação e cultura;
- d) saneamento;
- e) produção agropecuária;
- f) energia elétrica;
- g) vias de acesso;
- h) apoio no processo de regularização fundiária de seus territórios (BRASIL, 2011, p. 4-5).

A seção 4.2.2 apresenta o desenvolvimento do Programa Básico Ambiental Indígena (PBA 12) especificamente no território Pipipã.

4.2.2 Programa Básico Ambiental (PBA 12) Indígena: e a insuficiência

Segundo os moradores das aldeias cortadas pelo Eixo Leste, a construção das casas de alvenaria, em substituição às de taipa, foi a única promessa cumprida pelo Ministério da Integração Nacional. A construção de infraestruturas habitacionais fez parte de meta estabelecida no PBA 12 no contexto da implantação das obras da transposição do rio São Francisco. A construção de 144 casas de alvenaria realizou-se em duas etapas, no entanto, foi uma ação criticada pelos indígenas Pipipã porque essas construções de alvenaria dificultaram a realização do ritual da Jurema.

A promessa de apoiar a aceleração da demarcação da terra indígena, no Programa Básico Ambiental Indígena no PBA 12, não foi ainda cumprida pelo Estado brasileiro, e uma das condicionantes foi que o processo de demarcação da terra Pipipã deveria ocorrer simultaneamente com as obras da transposição, conforme acordo firmado em uma das audiências no Ministério Público no Supremo Tribunal Federal.

Em trecho de entrevista, Batista afirmou:

Em uma das audiências no Ministério Público, no Supremo Tribunal Federal (STF) que julgaram as condicionantes de instalação dos canteiros de obras da transposição, uma das condicionantes foi que o processo de demarcação deveria andar lado a lado com as obras da transposição, e isso não ocorreu. (Batista em entrevista).

A promessa vinculada à demarcação da terra indígena foi considerada pelos índios a mais inclusiva e significativa, pois concretizaria o maior sonho do povo Pipipã, que é a regularização fundiária, mas ainda não foi cumprida no ano 11.º da transposição.

A construção das melhorias habitacionais, para a mitigação dos impactos do grande empreendimento, não foi percebida como benefício pelos moradores; e a oportunidade que algumas pessoas tiveram de trabalhar nas obras da transposição do rio São Francisco, mesmo de forma precária, foi considerada como único benefício recebido. O Quadro 9 sistematiza as promessas não cumpridas feitas pelo

Estado aos Pipipã, em 2007, no PBA 12 Indígena, dados analisados no período 2007-2018.

Quadro 9 – Promessas não cumpridas no Programa Básico Ambiental Indígena (PBA 12) pelo Estado brasileiro na transposição do rio São Francisco, 2007-2018

Promessas não cumpridas no PBA 12
1. Apoiar a regularização fundiária da terra Indígena Pipipã
2. Articular e acompanhar a instalação das torres de telefonia móvel
3. Articular e acompanhar a construção de 1 centro de capacitação e treinamento equipado com som, vídeo, parabólica, data show, DVD, cozinha industrial e inclusão digital, e acesso a internet e acervo bibliográfico
4. Viabilizar a implantação de sistemas de radiofonia
5. Implantar, adequar e ampliar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário
6. Articular e acompanhar a construção da infraestrutura física de casa de farinha e aquisição de equipamentos e prensa
7. Implantação dos sistemas de abastecimento de água para a Etnia
8. Restringir o desmatamento ao mínimo necessário para as obras
9. Ações mitigadoras específicas relativas à perda e fragmentação da natureza visível no território/articular e acompanhar a implementação de Viveiros de Mudas/restrição do desmatamento ao mínimo necessário para as obras.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Ministério da Integração Nacional/Programa de Apoio às Comunidades Indígenas (BRASIL, 2011) e observação participante, 2016-2017.

Scott (2009) afirmou, em estudo realizado com agricultores e a Barragem de Itaparica, que a ação de negação dos benefícios prometidos que realmente estruturam a vida social, econômica e cultural das populações, pelo Estado, configura-se um processo social de violência administrada contra povos e comunidades que habitam nas áreas de implantação dos grandes empreendimentos de desenvolvimento. No caso dos Pipipã, as promessas que poderiam garantir a reprodução social e a saúde dos indígenas, no Semiárido, foram negadas, sendo de forma semelhante uma situação de violência administrada pelo Estado, direcionada ao povo Pipipã.

O descumprimento das ações mitigatórias específicas relativas à perda e fragmentação da Natureza no território, e com a não implementação de viveiros de mudas/restrição do desmatamento ao mínimo pelo Ministério da Integração Nacional, contrariou as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A instituição reconheceu, em maio de 1982, que muitos projetos desenvolvimentistas introduzem processos danosos nos territórios, por exemplo, o desmatamento de importantes biomas ricos em plantas nativas, que são usadas pelas comunidades e povos indígenas para curar e prevenir doenças e enfermidades (CENTRO PANAMERICANO DE ECOLOGÍA Y SALUD, 1986).

O povo Pipipã submetido, desde 2007, às cargas negativas do grande empreendimento acumula uma série de perdas simbólicas e materiais; amenizados superficialmente pelos empregos temporários, precários e pelo recebimento de 144 casas de alvenaria. As cargas negativas foram percebidas em seus vários aspectos:

Até agora estamos sem benefícios da transposição a não ser pelo trabalho. A gente tem que ser pacífico, queremos água para todos. Este projeto vai beneficiar todo mundo e não podemos ser contra [...] A poeira é constante aqui. Eles nunca vieram saber sobre a questão da poeira. (Natanael em entrevista).

Pelo que vem sendo feito hoje, abrindo muitas picadas, e poderia ser como a adutora de Pajeú, seria uma despesa menor e faria o mesmo percurso. Foi aberta essa picada na região e perderam muitos animais, mas poderia ter sido de outra forma, perderam-se muitos medicamentos da mata aqui, poderia ter sido de outra forma, outra maneira. (Josué em entrevista).

A transposição, até o momento, vem afetando os índios em muitas coisas. Os compromissos que se comprometeram fazer até agora ela [a transposição] não assumiu, que foi dar andamento à demarcação da terra dos Pipipã. (Henrique em entrevista).

Eu quando vou lá em Caraíbas, tenho pena. Tinha os pontos de referência por onde a gente passava. Tivesse onde tivesse, quando a gente queria ir, bastava perguntar às pessoas e elas diziam e a gente logo chegava. Hoje está tudo esbagaçado, e não dá pra nem conhecer direito os pontos de referência que a gente tinha. É muito triste [...], e saber que o benefício maior vai ser para os ricos. Pra nós, pobres, não vai ter nada (Alberta em entrevista).

O entrevistado Natanael, citado acima, trabalhou nas escavações das obras da transposição do rio São Francisco para a construção do canal do Eixo Leste. Na percepção desse indígena, a melhor opção, diante do projeto, seria “ser pacífico”; e não poderia ser contrário ao grande empreendimento de desenvolvimento, pois a água tinha sido prometida a todos. Enquanto Josué referiu que poderia ter sido feito um sistema de abastecimento de água na forma de uma adutora. Dessa forma, teria sido mais barato para o País e as perdas teriam sido bem menores para o povo Pipipã, para a Natureza e o Semiárido.

A transposição “vem prejudicando os índios” em muitas frentes conforme percepção do entrevistado Henrique. Esse indígena inter-relacionou os prejuízos com o descumprimento das promessas do PBA 12; pois a transposição não prosseguiu com a demarcação da terra dos Pipipã, maior sonho desse povo, conforme evidenciado durante a realização das oficinas nas aldeias cortadas pelo Eixo Leste.

A desestruturação territorial determinada pelo grande empreendimento deixou “muito triste” a entrevistada Alberta, que afirmou ser a transposição um projeto que “beneficiará principalmente os ricos”.

A territorialidade Pipipã foi vulnerabilizada pelo modelo de economia global capitalista de implantação de grandes empreendimentos de desenvolvimento (ALIMONDA, 2017; RAFFESTIN, 2011):

- a) quando o Estado brasileiro planejou afetar diretamente essa população;
- b) quando não cumpriu as principais promessas no PBA 12.

As ações mitigatórias previstas para reduzir os impactos sobre a territorialidade Pipipã e os direitos da Natureza (BREILH, 2010; EQUADOR, 2008) não foram priorizadas. Situações que se assemelham a um processo de descaso, violência, desrespeito ético e sobre a autonomia (SCOTT, 2009).

4.3 Transformando territorialidades: percepções Pipipã sobre a saúde

A territorialidade, como lembraram Saquet e Sposito (2009, p. 11), designa a “qualidade que o território adquire de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano”. No caso Pipipã, a qualidade territorial anterior à transposição do rio São Francisco resultou de um compromisso e esforço coletivo em realizar os projetos de vida indígenas ocupando o território, controlando, construindo a identidade territorial e transformando-o no próprio território de vida (LITTLE, 2002).

A observação participante permitiu conhecer o cotidiano Pipipã durante a implantação da transposição do rio São Francisco, considerando nosso período de estudo. Particpei de festas, de diversas conversas familiares, da preparação dos alimentos, dos afazeres da casa. Durante as visitas domiciliares, muitas vezes fui convidada a sentar à mesa para tomar um café, almoçar ou jantar com os indígenas. Conheci plantas sagradas usadas na medicina tradicional, nos rituais, na culinária, a criação de caprinos, as roças, as escolas de Ensino Fundamental; incluindo a escola do Assentamento Serra Negra e o posto de Saúde de Caraíbas, e ainda fui convidada a participar do ritual do “Aricuri” na Serra Negra.

Observei o Toré durante o ritual do “Aricuri” e conheci os vários toantes (pequenos cantos), subi a Serra Negra com a equipe de pesquisa e guiados pelos Pipipã, onde conhecemos os lugares simbólicos: o pau-ferro, o pau-oco – doze crianças entraram em seu tronco –, o pau-d’alho, a pedra da espia. Senti a chuva

produzida pela mata, a qual, conforme afirmaram os indígenas Pipipã, só é perceptível pelas pessoas benquistas pelos Encantados de Luz. Fomos ao pico da Serra Negra, onde observamos os marcos que delimitam os limites dos municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu.

Conheci os aldeamentos, a parte da arte e da “ciência” Pipipã: esculturas em madeira, colares, bordados, os incensos e o uso das ervas, as rezas, as rezadeiras e a “leitura de pensamento”, o belíssimo pôr do sol sertanejo; as condições de moradia, de saneamento, as fontes d’água para consumo humano e para os demais afazares. Conversei com indígenas que se empregaram nas atividades das escavações do Eixo Leste da transposição, fiz caminhadas pelo misterioso ecossistema Caatinga. Durante um dos deslocamentos pelo território, conheci o Riacho do Navio e suas belas pedras, entre outras paisagens que os Pipipã admiram no cotidiano, na territorialidade.

As primeiras narrativas acerca dos maus-tratos enfrentados pelos Pipipã foram sobre o ato violento com a destruição da placa indicativa da presença Pipipã na Aldeia Caraíbas pelo trator da empreiteira (Fotografia 17). A placa deteriorada foi recuperada pelos Pipipã e recolocada no mesmo lugar como em um movimento de resistência contra esse ato administrado pelo Ministério da Integração Nacional.

Fotografia 17 – Placa indicativa da Aldeia Caraíbas deteriorada pela empreiteira da transposição do rio São Francisco, no início da implantação do Eixo Leste, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2016.
Observação participante, 2016.

Ainda na observação participante, durante carona no transporte escolar e conversando com os alunos, conheci a trajetória diária de jovens estudantes indígenas residentes na Aldeia Caraíbas para a Aldeia Travessão do Ouro, onde cursavam o Ensino Médio. A poeira era intensa do início ao fim da viagem, resultante de um processo de vulnerabilização produzido pelo descumprimento de acordos feitos entre o Ministério da Integração Nacional e povo indígena.

Todos os estudantes queixaram-se dos episódios frequentes de doenças respiratórias que vinham apresentando nos últimos meses em razão do contato com o ar totalmente empoeirado. Durante o percurso, o ambiente tornava-se completamente invisível, com elevado risco de acidentes, especificamente quando o transporte escolar cruzava com os caminhões da transposição, que circulavam em alta velocidade. Esses contextos vulnerabilizantes foram produzidos, durante longos meses, ao longo do Eixo Leste da transposição, em que cada um desses estudantes esteve na busca pela formação escolar, de segunda a sexta durante duas horas por dia. Incluindo o condutor do transporte escolar, que apresentava quadros respiratórios persistentes com sintomas semelhantes a bronquite de repetição, que se agravaram desde o início da implantação das obras.

O acordo firmado entre o Ministério da Integração Nacional e povo Pipipã era que a terra seria molhada ou aguada regularmente no intuito de prevenção de doenças e de acidentes. A entrevistada Késia descreveu a vulnerabilização dos estudantes e dela própria, pela junção de três situações imbricadas nesse processo de insalubridade (BREILH, 2006) que envolveu: poeira excessiva *versus* alta velocidade dos caminhões da transposição *versus* descumprimento de acordos:

Aqui tem muita poeira e só jogam água onde tem trabalhadores, os carros da transposição passam em alta velocidade e a poeira... Minha amiga, quase morri ao passar por duas caçambas. À luz do dia, o trânsito é triste, tem alunos que vão duas vezes por dia pra estudar na Aldeia Travessão de Ouro. A velocidade é grande dos caminhões, e a poeira é bastante perigosa. É muito risco para os alunos. Basta ir um dia pra Travessão de Ouro, uma vez no mês, que vou pra reunião pedagógica, eu volto doente. Imagine as crianças que todos os dias vão e voltam pela poeira. (Késia em entrevista).

A terra era molhada apenas nas proximidades dos canteiros de obras, protegendo os representantes das empreiteiras e os trabalhadores, mas as pessoas do lugar não foram incluídas nesse benefício mitigador, mesmo tendo sido estabelecidos acordos como os Pipipã, conforme informações obtidas na

observação participante, para aguar a terra diariamente nas proximidades das aldeias.

Na transposição do rio São Francisco, os processos sociais de vulnerabilização desestruturam relações sociais e ambientais, produzindo transformações na territorialidade Pipipã (RAFFESTIN, 2011; SAQUET; SPOSITO, 2009).

A Fotografia 18 apresenta ao fundo um elemento técnico representado pelo trator da empreiteira em uma das etapas de preparo da terra para construir a Estação de Bombeamento de Água, a EBV-3.

Fotografia 18 – Territorialidade Pipipã pressionada pelo trator da empreiteira da transposição do rio São Francisco para a construção da Estação de Bombeamento de Água (EBV-3), Floresta/PE, 2014.



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2014.
Autorizada pelos líderes políticos Pipipã.

Os sistemas técnicos e ambientais que criam infraestruturas diversas nos lugares e são caracterizados por “estar em toda parte, ter universalidade e tendência à unificação” (SANTOS, M., 2012, p. 106). Os mesmos “sistemas técnicos estão em todo e qualquer país, de norte a sul e de leste ao oeste do planeta” (PORTO, 2012b, p. 98).

São esses os sistemas técnicos dominantes e que servem aos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política, também a ter a mesma composição em todos os lugares. Não era assim no passado quando os sistemas técnicos podiam ser diversos segundo os lugares. (SANTOS, M., 2012, p. 106-107).

No processo de globalização, os elementos técnicos dominantes reúnem-se aos políticos no intuito de concretizar nos lugares de vida as ações planejadas e de interesses do capital global. Existe uma tendência que nos leva a separar esses dois elementos quando refletimos sobre a globalização, o que deve ser evitado, para não acarretar fragmentação no seu real significado. Os elementos técnicos e políticos sempre estiveram juntos durante toda a história da humanidade (SANTOS, M., 2012).

Nas palavras de Escobar:

O lugar, em outras palavras, desapareceu no 'frenesi da globalização' dos últimos anos e este enfraquecimento do lugar tem conseqüências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia'. [...] Este é, de fato, um sentir crescente daqueles que trabalham na intersecção do ambiente e do desenvolvimento, apesar de que a experiência de desenvolvimento significou para a maioria das pessoas um rompimento do lugar, mais profundo como jamais visto. [...] Entretanto, o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. (ESCOBAR, 2005, p. 63).

Territorialidades em transformação foram evidenciadas no povo Pipipã, por exemplo, nos rituais e nas práticas de cura. A redução da frequência e da participação no Toré foi observada, especificamente, na Aldeia Caraíbas, impactando no símbolo da ressurgência Pipipã (ARCANJO, 2003). A entrevistada Fernanda afirmou que por onde o canal passou "*levou o Toré e a Jurema*", isto é, o desmatamento desestruturou o ecossistema Caatinga e a territorialidade Pipipã, assim como sua organização sociopolítica e cultural. A "ciência" Pipipã como prática de cura encontra-se ameaçada pela redução da Juremeira, planta de poder, e tornou-se uma preocupação dos Pipipã no sentido da continuidade do ritual de cura.

As plantas sagradas que constituíam a farmácia natural dos Pipipã, por se terem tornado mais escassas, implicou a territorialidade relacionada com a prática da medicina indígena, que poderá a vir ser substituída pela medicina alopata caso não haja a revitalização das áreas degradadas da Caatinga, com o replantio das plantas nativas.

A presença das construções, em si, produziu novos pontos de referência no território: o canal, a Estação de Bombeamento de Água (EBV-3), as passarelas, as elevadas pontes, assim como as pistas de asfalto com elevado fluxo de veículos. Hoje os Pipipã dizem sentir "saudades do bem-estar vivido no lugar" antes da

chegada do grande empreendimento. As visitas realizadas entre familiares, o lazer, as caminhadas pelo território, a participação nas missas aos domingos, nas festas comemorativas do calendário anual Pipipã e nos rituais tornaram-se mais distantes e perigosos com a implantação do projeto da transposição do rio São Francisco.

Esses Grandes objetos geográficos artificiais (SANTOS, M., 1988), construídos no território pelo grande empreendimento, determinaram outras transformações na territorialidade indígena, por exemplo, no sentido de necessidade de deslocamentos, compulsórios, conduzindo os caprinos sobre as elevadas pontes e passarelas, para alimentar os animais com a macambira que restou do outro lado do canal.

A territorialidade indígena, incluindo outras relações sociorreligiosas e culturais, por exemplo, a inserção do batismo religioso católico das crianças no “Aricuri”, foi evidenciada, em 2008, no contexto do segundo ano da implantação das obras da transposição (REANI, 2017). Talvez como mais uma medida de auxílio de aflições existenciais.

Processos de ruptura na territorialidade Pipipã, sob influências políticas da presença do grande empreendimento, foram evidenciados nas relações de poder interna e externa à etnia, isto é, no âmbito mais direto da organização sociopolítica e cultural indígena. Em fevereiro de 2013, uma fazenda de posseiro foi ocupada por indígenas Pipipã em discordância política interna e em processo de retomada territorial. Fundou-se a Aldeia Pedra Tinideira no ano sétimo da transposição do São Francisco e a 100 metros do canal do Eixo Leste.

A criação dessa aldeia tornou os Pipipã, da Pedra Tinideira, mais vulneráveis do ponto de vista do acesso à água para consumo humano e produção, das condições de saneamento, de moradia, de educação escolar indígena e da Atenção à Saúde pela Sesai/Dsel. Contudo, do ponto de vista da afirmação étnica, tornaram-se mais fortalecidos como povo indígena na luta pelos direitos.

Territorialidades novas surgiram quando os Pipipã tiveram de estabelecer relações comerciais com atores externos na compra complementar de ração para alimentar os caprinos. Os indígenas realizaram deslocamentos ao comércio da área urbana de Floresta, utilizando recursos recebidos dos benefícios sociais, em consequência do corte excessivo da macambira, implicando um processo de pauperização.

As transformações na territorialidade indígena no sentido das relações de pertencimento Pipipã foram evidenciadas, também, no âmbito das práticas da educação escolar indígena. O Ponto Histórico “Caldeirão do Marcelino”, lugar escolhido pelas empreiteiras para armazenamento dos explosivos, era ponto de encontro de professores e estudantes Pipipã, onde refletiam acerca das próprias histórias. As aulas práticas eram, também, realizadas naquele lugar. Além de ter sido um lugar que recebia visitantes externos, autorizados, interessados em conhecer pontos históricos no território e a história Pipipã.

A presença de novas pessoas no território, cotidianamente, buscando o Eixo Leste como lazer, configurou-se outra transformação da territorialidade indígena. Ênfase também os riscos atrelados à presença dos visitantes e as intencionalidades inter-relacionadas.

As transformações na territorialidade e as percepções indígenas sobre as relações com a saúde foram sabiamente formuladas no povo Pipipã em um nível admirável. A implantação do grande empreendimento não foi inter-relacionada com a saúde, mas com uma doença em um nível de muita gravidade que atingiu o povo Pipipã, negando o seu existir no mundo como povo, conforme a verbalização da entrevistada:

A transposição já foi a maior doença que já passou por aqui, a gente vai ficar como? Por isso eu acho que é uma pena, a gente passa nos lugares [...]. Não existe doença mais grave do que essa, por isso, acho que é uma pena. Eu mesma poucas vezes passo lá, na pista, em Caraíbas, onde tinha minha roça de algodão e vejo a terra toda explorada [...] Isso me doeu bastante, pois vejo que ninguém nem sabe que existo no mundo. (Alberta em entrevista).

O trecho da fala da entrevistada Alberta evidenciou a produção do sofrimento e da doença diante da desestruturação territorial e da vida, decorrente do grande empreendimento. Relatou ter nascido na Aldeia Caraíbas, lugar de forte vínculo de pertencimento (ESCOBAR, 2005), onde viviam os antepassados, e sempre residiu com seus familiares. Trabalhava na agricultura de autoconsumo e na criação de caprinos.

Na chegada da transposição, sofreu processos de vulnerabilização material, simbólica, agravos e doenças. Perdeu grande parte da criação e a terra localizada em um baixio, o que implicou a perda da renda, e teve de mudar-se para outra aldeia. Foi acolhida pelos parentes indígenas no aldeamento Travessão do Ouro.

Alberta foi desterritorializada (HAESBAERT, 2003) e, residindo na Aldeia Travessão do Ouro, lamentava cotidianamente a experiência vivida e a saída de Caraíbas. No trecho da entrevista “Vejo que ninguém nem sabe que existo no mundo”, a indígena sentiu-se abandonada, desrespeitada pelo Estado no sentido de sua autonomia. Sofreu grave processo depressivo desde o início da implantação do grande empreendimento, que culminou com a necessidade de medicalização prolongada com antidepressivos. Permaneceu doente, fazendo uso de medicamentos durante anos, com posterior aceleração de outros processos mórbidos e óbito, que ocorreu em 2017, ainda durante a realização deste estudo.

Os grandes projetos e o sentido da territorialidade foi um tema analisado por um estudo que observou a dinâmica da territorialidade, “respaldada pela sua vivência com o meio ambiente compartilhado [...] na sua comunicação com o Estado [...] e com os diversos segmentos dos *movimentos sociais*” (MONTEIRO, 2008, p. 10, grifo da autora). A autora enfatizou:

A realidade existente de outras formas possíveis da expressão da *cidadania*, que devem, de acordo com os princípios do *Estado Democrático de Direito*, ser levadas em consideração, justamente por serem legitimadas por uma coletividade organizada, que tem em sua territorialidade a expressão de sua identidade étnica, e sua própria forma de conduzir as singularidades simbólicas presentes na vivência particular com o ambiente e nas práticas culturais locais cotidianas. (MONTEIRO, 2008, p. 144, grifos da autora).

No estudo de Sônia Maria Santos (2007, p. 244), realizado em outro contexto sócio-histórico, mas de deslocamentos compulsórios de grupos sociais provocados pela construção de barragens, a autora relatou “o sofrimento das pessoas desencadeado pelas transformações locais e regionais e a desestruturação das relações e das condições sócios espaciais”, decorrentes dos grandes empreendimentos.

A saúde e a doença é concebida “como um componente de um sistema de processos reais” (materiais) e simbólicos (culturais), como a expressão “de que alguns desses processos foi interrompido, violado, bloqueado, perturbado e que os processos encarregados de os reequilibrar ou não existem ou não estão operando como deveriam” (SAMAJA, 1998, p. 32). Essa reflexão explica a determinação social do adoecimento no povo Pipipã.

Nas memórias narradas, observamos que os processos de adoecimento mais observados nas aldeias foram os mentais, com destaque para a depressão. Com a implantação do grande empreendimento e a inserção de novas paisagens geográficas artificiais “se deixou de entreter a natureza amiga e criou-se a natureza hostil” (Fotografia 19), implicando a produção de agravos mentais no povo Pipipã (SANTOS, M., 1988, p. 16).

Fotografia 19 – Canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, inaugurado em fevereiro de 2017 (10.º ano) – povo Pipipã, Aldeia Caraíbas, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Segundo Milton Santos (2013, p. 106), nos territórios de desenvolvimento onde impera a economia global, a Natureza está toda sendo substituída. Isto é, os elementos geográficos naturais, constitutivos da paisagem e da sustentabilidade dos lugares, estão cada vez mais sendo substituídos pelos “Grandes objetos artificiais fixados ao solo”.

A Fotografia 20 apresenta outra obra construída, na Aldeia Caraíbas, que contribuiu na mudança da paisagem, uma ponte sobre o Eixo Leste da transposição do rio São Francisco.

Fotografia 20 – Ponte sobre o canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco – povo Pipipã, Aldeia Caraíbas, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Registraram-se mais dois óbitos associados à implantação do canal do Eixo Leste, um caso de indígena adulto hipertenso que complicou com acidente vascular cerebral grave à chegada imediata das obras. O terceiro foi em 2017, um caso de afogamento na barragem, quando um adolescente indígena, de Caraíbas, resolveu utilizar as águas do Eixo Leste como atividade de lazer e acabou sugado pelos sistemas técnicos (SANTOS, M., 2012) da Estação de Bombeamento de Água construída pelo empreendimento. Destaca-se aqui a ação ineficaz do Ministério de Integração Nacional no que se refere às ações de fiscalização do canal do Eixo Leste, onde as abordagens educativas e preventivas de riscos de adoecimento e de morte de pessoas não estão sendo feitas, e as pessoas continuam usando as águas, como lazer, desde a inauguração do Eixo Leste em 2017.

Em trecho da entrevista realizada, em 2016, com um líder político de aldeia, ele observou que o projeto da transposição em si também produz um contexto de doenças resultante das influências trazidas por pessoas de fora, com seu modo de vida que difere dos Pipipã: “A transposição do rio São Francisco já traz a doença, vêm às culturas diferentes com álcool e as drogas [...]” (Jacó em entrevista). Merece ênfase o conteúdo sistêmico percebido pelo informante quando trata das inter-relações envolvendo saúde-doença, implantação de grande empreendimento e cargas do desenvolvimento. Isto é, o conjunto das cargas negativas do projeto como

política de governo associadas à presença de trabalhadores das empreiteiras, visitantes que vêm fazer turismo ao procurar conhecer o canal do Eixo Leste entre outros.

Em contexto diferente, mas de implantação de grande empreendimento do PAC em territórios indígenas, no estado do Pará, os povos Juruna e Arara foram vulnerabilizados na implantação de Belo Monte. A infraestrutura de saúde, prevista pelo projeto, também não foi concretizada e o cotidiano/a territorialidade dos indígenas foram afetados/vulnerabilizados de maneira brusca e irreversível na implantação de Belo Monte, considerada a terceira maior hidrelétrica do mundo (OLIVEIRA, J.; COHN, 2014).

Os povos indígenas na Bacia do Xingu experimentaram processos socioambientais danosos sendo registrada a falta de água potável, insegurança alimentar, alcoolismo, depressão, instalação de prostituição, violência sexual, estupro (OLIVEIRA, A.; PINHO, 2014). Além dos danos irreparáveis aos povos indígenas no Xingu, desrespeitando o universo cosmológico indígena e o ambiente, em ações em que Estado e empreendedor perversamente se misturaram (SANTI, 2014).

Processos de ansiedade, estado de estresse pós-traumático, sofrimento, tristeza e depressão foram produzidos e acometeram os Pipipã na implantação do empreendimento, especificamente entre os idosos residentes nas aldeias cortadas pelo canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco:

Venho percebendo pessoas tristes, com depressão. Meu pai mesmo, quando passava no canal, benzia-se ao ver tantas coisas destruídas. Logo que começou o canal, ele teve um AVC e veio a falecer. Ele caçava, tirava mel, tirava macambira, xiquexique. De repente, a gente vê tudo desmatado e sente que nunca mais vai nascer. Não só afetou a saúde dele, mas a de muitas pessoas. (Berenice em entrevista).

A tristeza pode dar doença, pois uns são mais fortes, mas outros são mais fracos, ficam preocupados e tristes. (Késia em entrevista).

Destruíram nosso terreno da Aldeia Tabuleiro do Porco, 4.600 hectares. Nós temos aqui dentro do Tabuleiro do Porco da pista a Serra Negra e 600 por lado do Brás. A perda maior foi o aterramento do nosso Barreiro grande, ele era uma mãe pra gente, como se diz, ele fornecia água o ano todinho, sinto uma dor até hoje. Eles prometeram cavar outro açude, e não terminaram, começaram, e não terminaram. O que tem lá não dá para os animais beberem. (Samuel em entrevista).

Com a destruição, afeta o emocional das pessoas, aqui destruiu o Caldeirão do Marcelino, ponto histórico [chorou]. Quando vemos uma árvore serrada, dá uma dor. As matas [...] causa um sofrimento, uma tristeza. Cortaram a

imburana de cambão (planta medicinal), a aroeira (vemos os troncos cerrados), a faveleira. Onde passou o canal, a destruição foi grande. Isso afeta o emocional, ver as árvores cortadas no chão. (Késia em entrevista).

O entrevistado Samuel disse, “não sei como ainda me encontro vivo” em consequência do sofrimento que vivenciou na implantação da transposição do rio São Francisco. Afirmou, “sinto uma dor, até hoje”, desde o momento da destruição das fontes de água na aldeia onde reside, e não foi feita a reconstrução dos recursos destruídos, mesmo diante de acordos firmados com as empreiteiras. As fontes eram usadas para autoconsumo e tinham significados simbólicos, em particular o “barreiro grande”, que se comportava como uma “mãe” nos períodos de estiagem. Enfatizou que sofreu muito com a destruição desse barreiro.

Essas transformações ambientais também foram permeadas desde o início das obras por um contexto de insegurança. De forma semelhante, mas em outro contexto sócio-histórico, enfatizou Scott (2009, p. 186) que “cada ação que parte do Estado provoca alguma forma de insegurança para quem se encontra no caminho do desenvolvimento”. Os grandes empreendimentos determinam a continuada “fabricação de novas malhas de relações sociais em espaços que têm as suas próprias histórias, dentro das quais também existem fatores que geram insegurança, agora sujeitas a grandes transformações” (SCOTT, 2009, p. 186).

Os Pipipã também desenvolveram ou tiveram agravado o quadro respiratório preexistente em razão do excesso de poeira diária (observação participante no 9.º ano da transposição) durante a implantação das obras: “Com o desmatamento, isso prejudicou a saúde; ao invés de vir o vento, vem a poeira, ficou tudo desmantelado para os índios, ficou muito difícil pra nós.” (Fernanda em entrevista).

A produção do medo configurou-se como outro processo evidenciado no contexto da implantação da transposição do rio São Francisco especificamente entre as mulheres no dia a dia.

Na memória dos indígenas, antes da implantação da transposição do rio São Francisco, os Pipipã tinham o “costume” de movimentar-se tranquilamente no território indígena, por exemplo, a pé, a cavalo, de bicicleta, motocicleta ou carro. Os pontos de referência eram conhecidos por todos, tornando tranquilo o viver no lugar. Sentiam sempre a sensação de bem-estar onde residiam.

Entre outros medos de atropelamento motivados pelo veloz fluxo dos veículos que circulavam nas aldeias, citaram que os caminhões da transposição do São

Francisco sempre trafegaram em alta velocidade, produzindo elevada invisibilidade em razão do excesso de poeira. Há relato de ocorrência de um acidente com atropelamento: “Um rapaz sofreu um acidente, ele vinha de bicicleta, e o carro da transposição bateu nele [...]. Sofreu um acidente de trânsito quando se deslocava na aldeia” (Késia em entrevista). O grande empreendimento também produziu durante a implantação fluxo veloz no território Pipipã, situação até então nunca vivenciada pela etnia. Esse fluxo conformou outro contexto de risco de acidentes para os moradores (SANTOS, M., 1988).

Outra determinação dos agravos físicos e mentais, no povo Pipipã, referiu-se ao cumprimento compulsório do cronograma de explosões estabelecido e administrado pelo Ministério da Integração Nacional. As explosões para a escavação do canal do Eixo Leste determinaram momentos difíceis, especificamente para os idosos.

Os eventos provocavam lançamento de pedras, rachadura nas casas, quebravam os telhados, eletrodomésticos, geravam extrema poluição sonora. Plantações foram destruídas, animais foram atingidos resultando em morte de animais de criação; ansiedade e medo ocorriam durante execuções. As explosões, também, vulnerabilizaram materialmente os moradores:

Tem casas no território que abriram parede, na Aldeia Tabuleiro do Porco, com as explosões. Tem escola também rachada e prejudicou a gente. A transposição prejudicou a gente, e o pouco que a gente tinha destruiu. (Samuel em entrevista).

Nas explosões para construir o canal, deu prejuízo, matou muitos bichos nossos. Meus mataram um bocado. Casa atingida pelas explosões que não foi recuperada pelas empresas. Pessoas de idade passaram por momentos difíceis em detonação, inclusive aqui perto teve reclamação sobre a questão de explosão. Caiu pedra em cima de casa por aí. Para mim, é um desastre. (Moisés em entrevista).

Nos trechos das entrevistas de Samuel e de Moisés sobre escola e as casas no território que abriram parede com as explosões para as escavações do canal, na Aldeia Tabuleiro do Porco, é oportuno citar que esses processos de vulnerabilização material (pauperização) também se reproduziram e afetaram outras populações residentes ao longo do território de abrangência da implantação do projeto da transposição do rio São Francisco. Por exemplo, populações quilombolas de Salgueiro, PE, camponeses e agricultores desterritorializados em Monteiro, PB, e Sertânia e Cabrobó, PE (BARACHO, 2014; BEZERRA, 2016; DOMINGUES, 2016).

Em contexto sócio-histórico de implantação de grande empreendimento de desenvolvimento, no Submédio São Francisco, processos de pauperização também atingiram o cotidiano na vida de muitos reassentados. Os assentados foram “submetidos a anos de espera para a implantação do equipamento de irrigação, configurando esta fase de espera como violência administrada” (SCOTT, 2009, p. 106).

Outra experiência implicada no desequilíbrio no sistema de processos reais e simbólicos, concebendo doenças no povo Pipipã (SAMAJA, 1998), foi vivenciar a destruição do maior “olho d’água” no território. As injeções de cimento aplicadas pela empreiteira, insistentemente, resultavam em mais e mais retorno de água. Quanto mais tirava água, mais surgia.

Assim, os índios pedem as águas de volta:

Hoje o Eixo Leste passou em cima da Lagoa Rasa na Aldeia Caraíbas. Onde tinha a barragem dos Mandantes, depois da Estação 3, a 11 quilômetros daqui, era onde tinha a maior fonte de água e colocaram umas injeções de cimento nas veias de água, quanto mais tirava água mais surgia água [...] Muitos animais morreram de sede este ano por conta disso, pois essa fonte hoje foi destruída. A gente pede as águas que tínhamos de volta. (Natanael em entrevista).

Sobre essa etapa do projeto, de obstrução de fontes d’água no Semiárido nordestino, o informante Natanael se encontrava trabalhando na transposição do rio São Francisco. Durante a entrevista, ele se emocionou muito lembrando os citados fatos presenciados por ele; e interrompeu a fala por alguns minutos, retomando posteriormente com um pedido de desculpas. Essas ações são desenraizadoras, não sustentáveis, contrariam os interesses de convívio no Semiárido e os projetos de vida dos indígenas Pipipã. Assim como no estudo de Baracho (2014) a oportunidade de trabalho temporário oferecida pela transposição do São Francisco significou para esse trabalhador indígena, contratado, uma faceta positiva oferecida pelo empreendimento (BREILH, 2006).

De acordo com o estudo de Rigotto e Teixeira (2009), esses trabalhadores, que são invisibilizados nos grandes empreendimentos de desenvolvimento, são postos em um contexto de difícil escolha entre a falta de opções de trabalho e geração de renda e emprego nesses novos grandes empreendimentos.

As transformações locais e a desestruturação das relações e das condições socioespaciais, determinadas pela transposição, provocaram mudanças na

paisagem e “não deixaram os Pipipã bem como eles eram” (Miguel em entrevista), o que, certamente, implicou o desequilíbrio do sistema de processos reais e simbólicos, concebendo tristeza e doenças (SAMAJA, 1998; SANTOS, S., 2007), conforme estas falas:

A gente fica triste com a mudança na paisagem, pois não tem como voltar ao que era. Isso afeta a saúde com certeza, não tem como voltar à paisagem que tinha. Acredito que cada vez mais vai complicar e trazer sofrimento. (Késia em entrevista).

O cabra não fica bem como era, ver como era a paisagem e, de repente, vê acabado, a gente não fica bem quando vê tudo acabado como está, não como era, o cabra fica ariado [...]. Tá tudo mudado. (Ezequias em entrevista).

A plantação precisa ser replantada. A vegetação, a aroeira, baraúna, imburana, mameleiro, umbuzeiro, madeira quebra-facão (Caatinga rasteira), é uma madeira que serve pra medicina: diarreia, cólicas; e em tudo isso houve impacto, cortou muito umbuzeiro e a gente quer de volta, eu mesmo vi um pé de umbuzeiro que eu não deixaria cortar. (Eliel em entrevista).

Refletindo sobre a percepção da informante Késia, a mudança da paisagem decorreu do desmatamento da Caatinga que deu lugar a um conjunto de objetos geográficos artificiais e à conformação de um ambiente hostil (SANTOS, M., 2013) para seus antigos moradores. O conjunto desses objetos geográficos construídos para transpor as águas do “Velho Chico” corresponde, entre outros, ao Eixo Leste, à barragem, Estação de Bombeamento de Água (EBV-3), às pontes, passarelas e às estradas asfaltadas ao longo do Eixo Leste, ainda em fase de finalização no período do estudo. Com isso, a Natureza e suas imbricações com a vida cotidiana foi transformada implicando processos de tristeza que afetaram a saúde mental dos indígenas. Outra percepção relevante na fala da informante Késia foi a dificuldade ou a impossibilidade de reparar os danos ambientais, e isso, com o tempo, poderá trazer mais tristeza e sofrimento para os indígenas.

A mudança na paisagem deixou o informante Ezequias “ariado”. Conforme afirmam no Nordeste, ficar “ariado” significa estar desorientado no tempo ou no espaço, meio tonto, sem saber ou reconhecer onde se encontra. Foi isso que provocou a presença das construções feitas pelo empreendimento, modificando a paisagem, que diz respeito “à maneira como as formas ou objetos geográficos são visualizados na sua continuidade visível” (SANTOS, M., 1997, p. 2).

Na percepção do entrevistado Eliel, é possível a reparação ambiental ao afirmar que “a gente quer de volta” a paisagem perdida; no caso, seria uma reparação parcial referente ao replantio das árvores nativas, promessa feita pelo Estado no PBA 12 indígena.

A construção da barragem na Aldeia Caraíbas, a 15 minutos a pé do lugar onde eu me encontrava hospedada, transformou a paisagem e a territorialidade indígena Pipipã; o ecossistema Caatinga foi substituído pelas águas transpostas do “Velho Chico” em uma paisagem que lembra um “mar em pleno Semiárido” (Fotografia 21). Na observação participante, em 2017, fui convidada pelos índios a conhecer a barragem e consegui fotografá-la apenas parcialmente.

Fotografia 21 – Visão parcial da barragem construída na Aldeia Caraíbas, lugar antes ocupado pela Caatinga, povo Pipipã, Floresta/PE



Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Observação participante, 2017.

Durante a caminhada a pé em direção à barragem de Caraíbas, em companhia dos indígenas, fui conversando informalmente sobre o que significava a presença de um volume tão grande de água bem próximo da aldeia (15 minutos a pé).

As respostas foram nos seguintes sentidos:

- a) restaram saudades do que viviam no lugar antes do empreendimento, especificamente da tranquilidade e segurança que o território oferecia pelo acesso às plantas nativas sagradas com muita facilidade;
- b) esperança de que receberiam água da transposição, isto é, acesso livre à água transposta pelo Eixo Leste; mas também sentem diversos medos, inclusive de não conseguirem acessar a água, evidenciados em oficina realizada na Aldeia Tabuleiro do Porco, no Assentamento Serra Negra em 2017.

Para vencer os medos, os indígenas que participaram das oficinas nas aldeias cortadas pelo canal do Eixo Leste estabeleceram os seguintes compromissos:

- a) “ser mais unidos”
- b) “correr atrás dos objetivos”
- c) “participar mais dos rituais indígenas”
- d) “participar das reuniões com o Cacique e o Pajé”
- e) “lutar pela demarcação da terra”
- f) “cuidar bem da água”
- g) “ter compromisso com a agricultura” e “com o meio ambiente”
- h) “ter união”
- i) “empoderar os direitos”
- j) “participar”
- k) “ter responsabilidade”
- l) “ter respeito”
- m) “ter resistência”
- n) “ter firmeza”
- o) “ter força”. (Fonte: Oficina do Povo Pipipã, Aldeia Tabuleiro do Porco, Pedra Tinideira, Caraíbas, em 2017).

Durante reflexões feitas sobre a implantação dos grandes empreendimentos, Scott (2009) afirmou que o modelo de desenvolvimento brasileiro exclui socialmente as classes sociais mais pobres, tem abrangência e insegurança do ponto de vista estrutural, “[...] sistematicamente sujeitando todos, e, sobretudo as camadas mais pobres, a serviços inadequados e insuficientes” (SCOTT, 2009, p. 187); ou seja,

“projetos dessa natureza e dimensão, mais prejudicam que beneficiam as populações nos territórios de desenvolvimento humano” (SCOTT, 2009, p. 9).

A designação “descaso planejado” foi utilizada por Scott para caracterizar as múltiplas ambiguidades que criam um padrão de prejuízos maior para as populações vulnerabilizadas pelos mencionados projetos. O descaso planejado:

É um termo que reconhece que, mais vezes que não, projetos destas dimensões prejudicam quem reside próximo aos locais destinados para a sua implementação. Detalhe traz detalhe, aparecem ambiguidades múltiplas que, quando cuidadosamente examinadas, criam um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos, por mais bem organizados e apoiados que estejam. (SCOTT, 2009, p. 9).

Segundo esse autor, os grandes empreendimentos econômicos “são projetos bons para seus planejadores, elaboradores e executores, e excludentes e omissos para os que neles mal se enquadram”, como no caso dos Pipipã (SCOTT, 2013, p. 31).

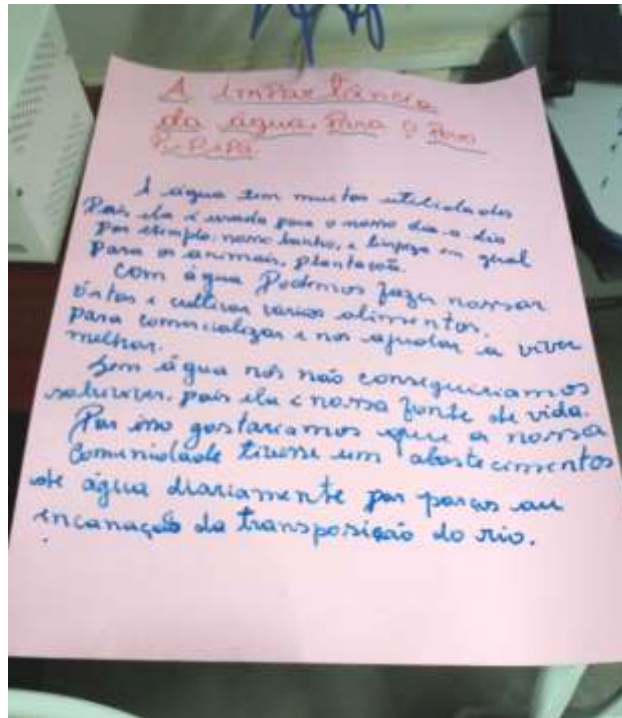
Os processos sociais destrutivos (BREILH, 2006), que vulnerabilizaram e transformaram territorialidades no povo Pipipã, também produziram um contexto de medo, de diversos tipos, que começaram a ser sentidos pelos indígenas no início da implantação do projeto da transposição do rio São Francisco desde 2007.

Esse contexto de medo ainda persistiu com a inauguração do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco em 2017. Tal contexto de medo se encontra associado ao de insegurança, que produziu, também, desequilíbrio no sistema de processos reais (materiais) e simbólicos concebendo doenças no povo Pipipã (SAMAJA, 1998).

Foi necessária uma problematização sobre a percepção desses medos e, para isso, foram realizadas três oficinas nas aldeias cortadas pelo Eixo Leste conforme pensado pelos autores Soliz e Maldonado (2012).

A Fotografia 22 representa o momento em que os indígenas da Aldeia Tabuleiro do Porco produziram um texto sobre a importância da água para sua reprodução social e a saúde, considerando, também, como direito o acesso às águas transpostas pelo Eixo Leste da transposição do rio São Francisco.

Fotografia 22 – Oficina realizada na Aldeia Tabuleiro do Porco, povo Pipipã, em 2017



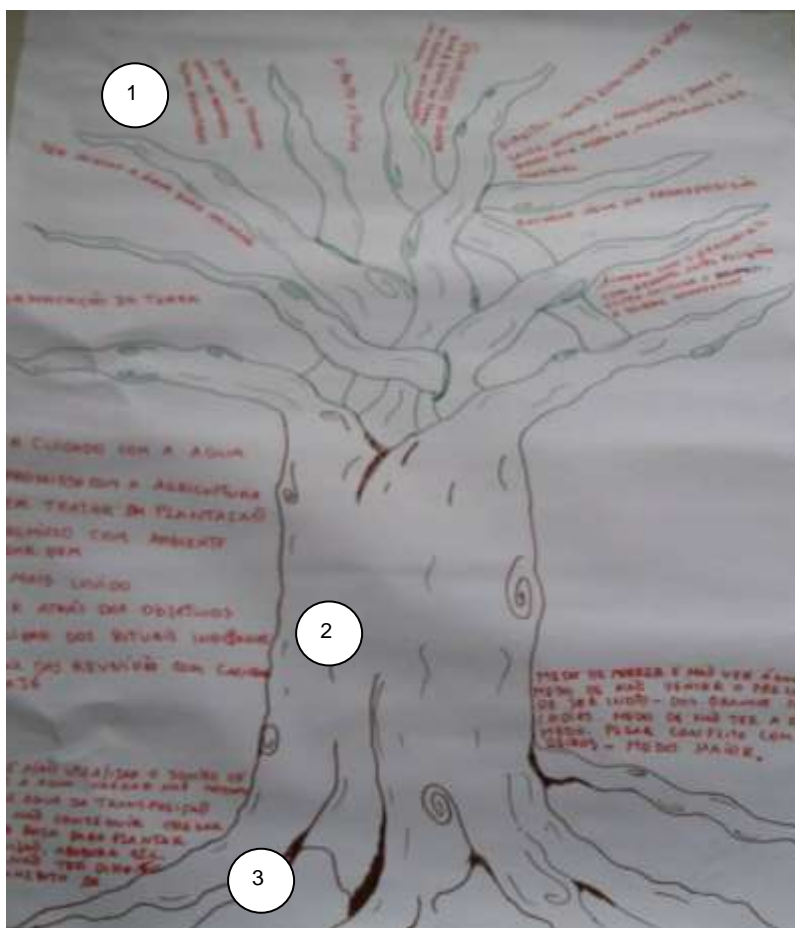
Fonte: Glaciene Gonçalves, 2017.
Oficina do Povo Pipipã, 2017.

Durante as oficinas, os Pipipã produziram três árvores de compromissos, representando as Aldeias Pedra Tinideira, Caraíbas e Tabuleiro do Porco, em 2017, cuja representação dos medos se encontra nas raízes das árvores. Entre outros medos, destacamos:

- a) “não ver a água da transposição do rio São Francisco chegar à sua casa”;
- b) “não poder plantar na roça: milho, feijão, abóbora, etc.”;
- c) “não vencer o preconceito de ser índio que se acentuou na implantação da obra”;
- d) “não ter a demarcação da terra concluída”;
- e) “ter um conflito com os fazendeiros”;
- f) “ter mais invasões de terras por terceiros não índios”;
- g) “entrar vícios no território”;
- h) “ter mais violência”;
- i) “serem expulsos do território pelo branco” (Fonte: Oficina do Povo Pipipã, Aldeia Tabuleiro do Porco, Pedra Tinideira, Caraíbas, em 2017).

Apresentamos as Fotografias 23, 24 e 25 referentes às Árvores de compromisso realizadas pelos Pipipã durante as três oficinas, nas Aldeias cortadas pelo Eixo Leste: Tabuleiro do Porco, Caraíbas e Pedra Tinideira respectivamente.

Fotografia 23 – Árvore de compromisso realizada durante oficina na Aldeia Tabuleiro do Porco, povo Pipipã, em 2017



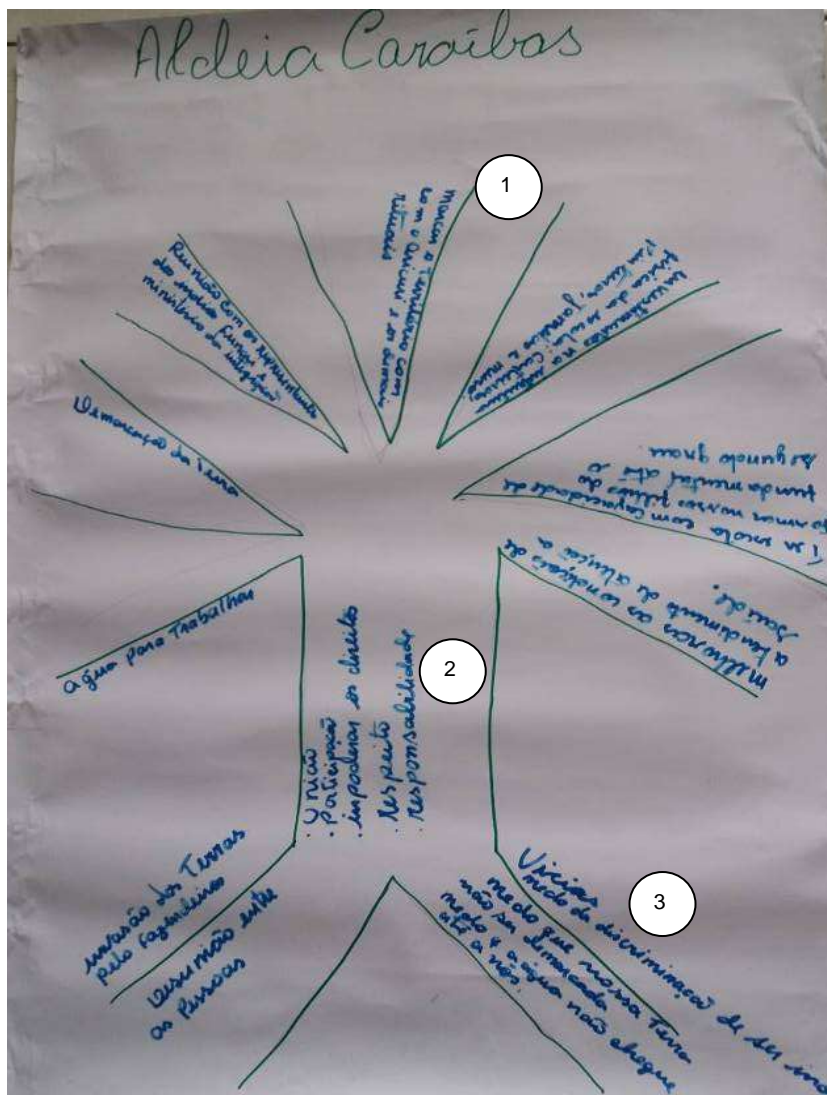
Fonte: Oficina do Povo Pipipã com base em Soliz e Maldonado (2012, p. 31).

1) Nos galhos se encontram os sonhos: demarcar a terra em primeiro lugar, pois com ela demarcada a gente pode realizar todos os sonhos; direito de plantar; ter acesso à água para irrigação; receber água da transposição; ter direito ao trabalho e mais valorização das mulheres nas aldeias; priorizar o índio que é filho da terra em relação aos direitos nas aldeias; somos 16 famílias indígenas que moram no Assentamento (64 famílias ao todo) e queremos ter nossos direitos como os outros índios (transporte, educação e atenção à saúde); receber água da transposição; acabar com o preconceito; ter direitos iguais como todos os outros índios, principalmente na saúde, transporte; ter água para plantar minha roça.

2) No tronco se encontram os compromissos para vencer os medos: ser mais unidos; correr atrás dos objetivos; participar mais dos rituais indígenas; participar das reuniões com o Cacique e o Pajé; lutar pela demarcação da terra; cuidar bem da água; ter compromisso com a agricultura; ter compromisso com o ambiente.

3) Nas raízes se encontram os medos: não realizar o sonho de ver a água da transposição do São Francisco chegar a nossa casa; não poder plantar na roça: milho, feijão, abóbora, etc.; ter direito ao transporte e à saúde negado; morrer e não ver a água encanada; não conseguir os mesmos direitos que os outros índios; não vencer o preconceito de ser índio; não ter a demarcação; pegar um conflito com os fazendeiros é o medo maior; dos brancos contra os índios.

Fotografia 24 – Árvore de compromisso realizada durante oficina na Aldeia Caraibas, povo Pipipã, em 2017



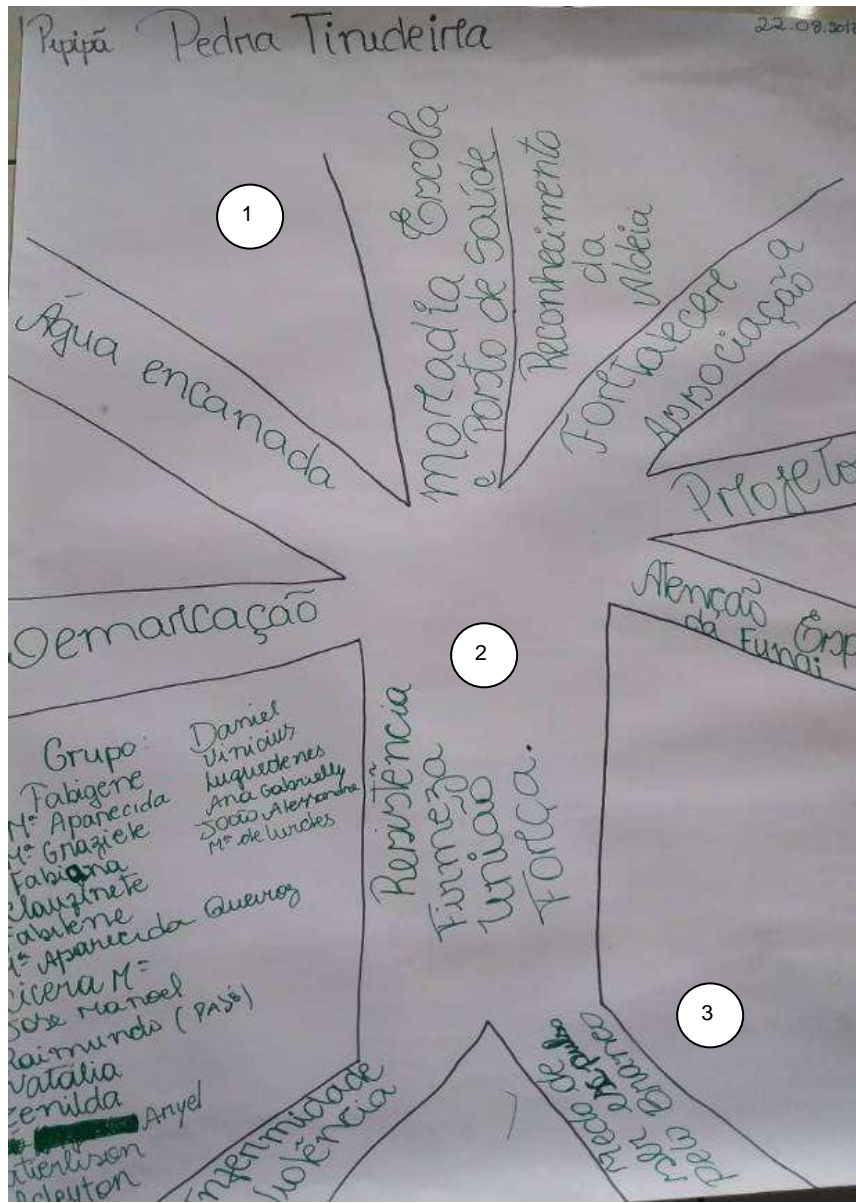
Fonte: Oficina do Povo Pipipã com base em Soliz e Maldonado (2012, p. 31).

1) Nos galhos se encontram os sonhos: demarcação da terra; receber água da transposição para trabalhar; marcar o território com 'Aricuri' e os demais rituais; investimento na estrutura física da escola, por exemplo, carteiras, pinturas, janelas, etc.; ter escola com capacidade para formar nossos filhos no fundamental até o segundo grau; melhoria na atenção à saúde; realizar reunião com representantes dos índios Pipipã, Fundação Nacional do Índio e Ministério da Integração Nacional para discutir os direitos dos índios afetados diretamente com as obras da transposição.

2) No tronco se encontram os compromissos para vencer os medos: união; empoderar os direitos; participar; ter responsabilidade; respeito.

3) Nas raízes se encontram os medos: mais invasões de terra por terceiros não índios, pois há uma em curso; ocorra desunião entre as pessoas; medo de mais discriminação por ser índio; medos que venham provocar vícios; medo de que nossa terra não seja demarcada; medo de que a água da transposição não chegue até Caraibas.

Fotografia 25 – Árvore de compromisso realizada durante oficina na Aldeia Pedra Tinideira, povo Pipipã, em 2017



Fonte: Oficina do Povo Pipipã baseado em Soliz e Maldonado (2012, p. 31).

1) Nos galhos se encontram os sonhos: demarcação da terra; água encanada; projetos; fortalecer a Associação dos Pipipã, moradia, escola e posto de saúde; reconhecimento da aldeia; atenção especial da Funai.

2) No tronco se encontram os compromissos para vencer os medos: resistência; firmeza; união; força.

3) Nas raízes se encontram os medos: enfermidades; violência; expulsão do território pelo branco.

Os maiores sonhos dos indígenas que participaram das oficinas nas aldeias cortadas pelo Eixo Leste são:

- a) ter a terra demarcada e acessar a água que corre no canal do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco, para consumo humano e produção,

pois têm consciência de serem portadores desses direitos. Sonham com o desenvolvimento de seus projetos no Semiárido brasileiro;

b) sonham com o fortalecimento da Associação dos Pipipã;

c) moradia digna;

d) “atenção especial da Funai” para o território.

Os indígenas de Caraíbas afirmaram como sonho: marcar o território com o ritual do “Aricuri” e os demais rituais. Enquanto os indígenas residentes na Aldeia Tabuleiro do Porco estabeleceram como compromisso: participação mais frequente dos rituais indígenas. Essas reflexões dos Pipipã participantes das oficinas corroboram os resultados de entrevistas e de observação participante onde se evidenciou a inter-relação/influência entre a chegada da transposição do rio São Francisco e a menor frequência e participação dos indígenas nos rituais do “Aricuri”, na dança do Toré e na Jurema implicando a afirmação étnica Pipipã. Indígenas residentes na Aldeia Pedra Tinideira, área de retomada a 100 metros do canal do Eixo Leste, inter-relacionaram o fato com a questão da devastação da Caatinga, que destruiu o caroá e a Jurema, planta de poder (MOTA, 2007).

Fragilidades internas, a etnia, determinadas ou acentuadas pela implantação do grande empreendimento de desenvolvimento foram refletidas por líderes políticos Pipipã. O não cumprimento da promessa de acelerar a demarcação da terra, no PBA 12, configurou-se como a maior fragilidade. Os Pipipã concebem como elementos dificultadores da demarcação da terra, onde residem, os fortes interesses econômicos locais e regionais associados ao desinteresse político e à lentidão da lei que regula a política de demarcação: “Culpo a Lei. A Lei é lenta, pois temos grandes empresários por trás da coisa, se tivesse um esforço... Há uma ausência de força de vontade política nos três ambitos.” (Jacó em entrevista).

Na década de 1990, a garantia do direito “originário” dos povos indígenas às suas terras passou a se estruturar por meio de uma análise mais detalhada da categoria territorialidade dos diferentes povos indígenas; “[...] considerando-se não apenas seus usos passados e presentes, mas também a perspectiva de uso futuro, tudo isso segundo seus usos, costumes e tradições, ‘conforme o artigo 231 do texto constitucional’.” (BRAGA, 2017, n. p.).

Em uma análise crítica sobre a questão da terra indígena no direito brasileiro recente, Loureiro (2010) comentou que, embora a Constituição de 1988 estabeleça que as terras indígenas são aquelas tradicionalmente habitadas por eles (art. 231) e

o § 4.º assegure que o direito a essas terras são imprescritíveis, “a questão não é tão simples quanto o dispositivo legal pretende. E o exercício do Direito quanto ao tema exhibe os caminhos e, também os descaminhos que uma ação pode tomar” (LOUREIRO, 2010, p. 517).

Os povos indígenas enfrentam dificuldades em comprovar que tradicionalmente habitam determinados espaços territoriais; o que tem provocado muitas questões na justiça como no caso de práticas ancestrais em que os índios deixam as terras por 20, 30, 40 anos em descanso enquanto aguardam a recuperação da Natureza; e essa prática torna as terras vulneráveis porque “configura para fazendeiros, colonos, madeireiros, garimpeiros e outros que nelas pretendem se estabelecer, como se as terras estivessem abandonadas, o que não é o caso” (LOUREIRO, 2010, p. 517).

No âmbito da Justiça, a situação, também, é repleta de dificuldades, pois nela “dois Estatutos legais incidem sobre a terra – a posse agrária e a posse indígena e, com frequência um terceiro – relativo às áreas de proteção ambiental – se adita aos dois anteriores” (LOUREIRO, 2010, p. 517).

As terras indígenas representam as áreas mais protegidas ambientalmente entre todos os biomas, no Brasil, evidenciando o cuidado peculiar dos povos indígenas com a terra onde habitam. Esse modo de vida constitui a identidade indígena. A identidade do ser humano é aqui compreendida como uma unidade de identidades diferentes, ou seja, “não pode ser concebida à margem dos processos que os constituem considerando sempre os diversos extratos formativos” como o biocomunal, cultural, como cidadão e societal; “e os que cada indivíduo conduz seu trabalho de reprodução de maneira diferenciada dando lugar a distintos níveis de subjetividade em sua subjetividade total” (SAMAJA, 2009, p. 104, grifo do autor).¹⁷

Em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas:

4.8 [...] O equilíbrio das condições ambientais nas terras indígenas é um elemento de crescente e de importância para a garantia de uma atenção integral à saúde dos povos. Mesmo nos casos em que a definição de limites e o processo de demarcação das terras indígenas tenham ocorrido de forma

¹⁷ No original: [...] no puede ser concebida al margen de estos procesos en los que se constituyen sus diversos estratos formativos [...] y a los que cada individuo aporta su trabajo de reproducción de manera diferenciada, dando lugar a distintos *niveles de subjetividad* en su subjetividad total.”

satisfatória, assegurando-se as condições indispensáveis para o futuro dos ocupantes, e mesmo que estes se incluam entre os grupos mais isolados e com contatos menos frequentes e desestabilizadores com a sociedade envolvente, há demandas importantes colocadas na interface entre meio ambiente e saúde para populações indígenas. (BRASIL, 2002, p. 9).

Portanto, é de responsabilidade do Estado demarcar as terras indígenas, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens, conforme determinação constitucional (BRASIL, 1988/2016), cabendo à Funai:

[...] órgão federal coordenador e executor da política indigenista brasileira, garantir aos povos indígenas a posse plena e a gestão de suas terras, por meio de ações de regularização, monitoramento e fiscalização das terras indígenas, bem como proteger os povos indígenas isolados e de recente contato. (FUNAI, 2014).

Com a Constituição federal de 1988, o projeto assimilacionista vigente até então foi substituído pelo Estado pluriétnico, promovendo o rompimento com que estabelecia a integração dos índios à sociedade nacional. “Assim, a atuação do Estado em relação a esses grupos, de modo a garantir *seu direito à identidade*, pressupõe a compreensão de suas formas de ver e conhecer o mundo.” (PEREIRA, 2002, p. 45).

A identidade inclui “condutas, comportamentos e valores com poder de unir pessoas” em um mesmo grupo, “porque partilham e praticam valores que as diferenciam e permitem um sentimento de orgulho” (ANDRADE, U., 2004, p. 116). Evidenciando que “os processos de construção de categorias de identidade não são arbitrários nem a-históricos, mas decorrem em contextos de interação social gerando ações e reações às disputas simbólicas aí travadas” (ANDRADE, U., 2004, p. 129).

Tentativas de desarticular os povos indígenas associado ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC 215), de 2012, foram apontadas, pelos líderes Pipipã que participaram da oficina realizada na Aldeia Travessão do Ouro, como ameaças à organização sociopolítica e cultural Pipipã. O objetivo dessa emenda é transferir para o Congresso Nacional o poder político decisório acerca da demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e de áreas de conservação ambiental. Conforme a Constituição federal 1988, é atribuição do Poder Executivo. Dessa forma, retirando da Funai o poder de demarcar e fiscalizar as terras indígenas no Brasil.

Os líderes perceberam como oportunidades as seguintes iniciativas:

- a) reestruturação da organização sociopolítica e cultural com foco no fortalecimento no Conselho de saúde indígena;
- b) buscar a articular internamente com a juventude Pipipã;
- c) articular com atores externos no Seminário de Acolhimento aos Povos e Comunidades Tradicionais, promovido pela Prefeitura, em parceria com o Instituto Federal, em Floresta, sob a coordenação do Professor João Luiz;
- d) articular com parceiros externos, como a Fiocruz em Recife, por meio do Portal Beiras d'Água (Fiocruz);
- e) reunião do conselho indígena com a Sesai/Dsei, com apoio da Fiocruz para discutir questões de saúde/sofrimento psíquico provocado pela transposição;
- f) acionar a 6.^a Câmara, Procuradoria Federal de Serra Talhada; as questões dos indígenas serem discutidas e decididas de forma integrada, considerando todas as aldeias, o território em sua totalidade (coesão/força interna do povo Pipipã);
- g) mobilização dos indígenas para acesso à água que poderia ser por meio de articulação com os povos tradicionais afetados pelo projeto da transposição: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados;
- h) articulação com a academia, outros grupos sociais afetados/ instituições de Pernambuco.

Como parte do relato final desta experiência vivida na implantação de um grande empreendimento de infraestrutura social, observei que as empreiteiras responsáveis pela construção do Eixo Leste da transposição elaboraram um discurso repleto de conteúdos discriminatórios em nome do Estado brasileiro e direcionado aos Pipipã entre o 1.^o e 10.^o ano de construção do Eixo Leste; e o papel protetor do Estado brasileiro mostrou-se insuficiente.

Os Pipipã se sentiram abandonados e apelaram à proteção divina. Desde o início das obras, produziram-se sucessivos processos de injustiças ambientais decorrentes do projeto da transposição do rio São Francisco. A inclusão social do povo Pipipã por meio do acesso à água para autoconsumo, e da aceleração da demarcação da terra ainda não ocorreu. Deveriam ter sido reconhecidas as importantes contribuições do povo indígena Pipipã para a diversidade cultural e sustentabilidade no convívio com o Semiárido nordestino.

Em nossas conclusões e recomendações acerca do estudo, apresentamos propostas de continuidade do estudo no sentido da mobilização pela reparação dos danos determinados na implantação desse grande empreendimento de desenvolvimento.

5 CONCLUSÕES

O processo de implantação da transposição do rio São Francisco no território Pipipã ocorreu de forma violenta, reproduzindo um padrão desterritorializador ao cortar o território indígena praticamente ao meio.

A vulnerabilização, que coincide com a dimensão biocomunal da matriz da reprodução social e a saúde (SAMAJA, 2000), foi articulada em uma perspectiva sistêmica com as dimensões da autoconsciência e conduta, tecnoeconômica, política e ecológica. Dessa forma, contribuindo para compreender os processos de vulnerabilização material, simbólica, agravos, doenças e óbitos, inter-relacionados com a implantação desse grande empreendimento de desenvolvimento no território Pipipã.

A transposição do rio São Francisco introduziu medos diversos ao cotidiano indígena, sofrimento mental, ansiedade, estado de estresse, insônia, insegurança e depressão. Registraram-se três óbitos associados a esse empreendimento no território Pipipã. A vulnerabilização perturbou o processo saúde-doença dos Pipipã, especificamente entre os idosos, e os mecanismos responsáveis pelo reequilíbrio não se fizeram presentes ou não atuaram adequadamente no reestabelecimento da saúde conforme Samaja (1998). O estudo evidenciou que houve imposição política do empreendimento de desenvolvimento no território Pipipã.

A condição de vulnerável atribuída aos Pipipã anteriormente ao projeto da transposição do rio São Francisco foi mais explorada com a implantação do grande empreendimento em consequência da insuficiente atuação do Estado na mitigação dos impactos; determinando uma condição de maior vulnerabilidade, isto é, os indígenas tornaram-se muito mais vulneráveis socioambientalmente.

Durante os processos destrutivos, a territorialidade indígena foi vulnerabilizada e se produziu a injustiça ambiental implicando a saúde dos Pipipã ao destinar as cargas negativas do desenvolvimento no território indígena. A determinação da injustiça ambiental envolveu uma trama de processos:

- a) decisão política em afetar diretamente o território Pipipã com a criação da Área Diretamente Afetada (ADA);
- b) não priorização, pelo Estado brasileiro, dos projetos de vida dos indígenas;
- c) negação do direito dos Pipipã de participação no planejamento da transposição do rio São Francisco;

- d) desmatamento extenso associado ao não reflorestamento do ecossistema Caatinga;
- e) falta de providência política no sentido de ofertar o abastecimento de água aos Pipipã, para consumo humano e produção, mesmo diante da inauguração do Eixo Leste em 2017;
- f) destruição das melhores terras, baixios, para a agricultura de autoconsumo praticada pelos Pipipã, pelo projeto da transposição do rio São Francisco;
- g) descumprimento de acordos e de promessas estruturadoras contidas no Programa Básico Ambiental Indígena.

As medidas mitigadoras propostas pelo Estado brasileiro não beneficiaram a população indígena citada, além de terem sido disponibilizadas de forma equivocada, ou seja, confundidas intencionalmente com ações propostas ou apresentadas por outras políticas públicas/benefícios em uso pelos Pipipã.

Os indígenas foram submetidos a processos prolongados de espera pelos benefícios estruturadores prometidos pelo Estado brasileiro no Programa Básico Ambiental Indígena, que ainda não ocorreram no 10.º ano de implantação. Configurando o que Scott (2009) denominou de violência administrada pelo Estado brasileiro na implantação de grandes empreendimentos de desenvolvimento.

A mudança na paisagem e a produção de um ambiente hostil, conforme Miltons Santos (1988), no território Pipipã, também influenciou na determinação de agravos e doenças desenvolvidas pelos indígenas. Evidenciando a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto pelo Ministério da Saúde/Secretaria Especial de Saúde Indígena/Dsei, sobre vulnerabilização simbólica e a produção de sofrimento mental na implantação de grandes empreendimentos nos territórios indígenas.

A persistência de prática discriminatória, étnica, foi observada cotidianamente, e determinada por trabalhadores das empreiteiras responsáveis pela construção do Eixo Leste no território Pipipã. Esses processos discriminatórios também foram determinantes do sofrimento dos Pipipã.

A presença da transposição do rio São Francisco no território Pipipã ameaça a reprodução social e a saúde indígena pela introdução de contextos vulnerabilizantes e violências conforme percepção simbólica dos indígenas; favorecendo várias ações de grileiros, por exemplo, invasões de terra e conflitos por terra e água.

Na implantação da transposição do rio São Francisco, ignorou-se uma série de recomendações no campo da promoção da saúde contidas na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e na Política Nacional de Promoção da Saúde; além de terem sido violados direitos reconhecidos pela Constituição federal de 1988 e a Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais da OIT.

A implantação da transposição do rio São Francisco representou uma experiência para os indígenas Pipipã, que, de início, teve seu processo de resistência bastante fragilizado, mas posteriormente serviu para o fortalecimento étnico e político desse povo na busca, novamente, pelos seus direitos de existir e de conviver de forma sustentável no Semiárido nordestino. Existem opções sustentáveis e protetoras da vida e da Caatinga que devem ser prioritariamente consideradas e valorizadas na linha do convívio com o Semiárido, portanto, é uma temática merecedora de atenção, maiores discussões e aprofundamentos pelos povos indígenas, governantes, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde/Secretaria Especial de Saúde Indígena, Funai, outros grupos sociais vulnerabilizados e demais segmentos da sociedade nacional.

As ações governamentais administradas pelo Estado brasileiro na implantação desse empreendimento não foram e ainda não estão sendo fiscalizadas; com isso, contribuíram na produção do descuido com o povo Pipipã. Com o Eixo Leste da transposição inaugurado, reacende-se a ambição por mais posse e propriedade/concentração de terra e de poder; criando-se mais entraves para o processo de demarcação de terra Pipipã.

Além disso, o estudo também apontou desafios de enfrentamentos para a Funai com relação à implementação da política de demarcação das terras indígenas no contexto de implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura no Brasil. Encontro-me agora diante da seguinte questão: Como e quando será realizada a reparação integral dessas violências pelo Estado?

6 RECOMENDAÇÕES

A reflexão aqui realizada aponta para a complexidade e os desafios de realização da reparação integral dos danos decorrentes da implantação desse grande empreendimento de desenvolvimento no território Pipipã. Os desafios se ampliam quando consideramos os diversos projetos desenvolvimentistas que atualmente se encontram em fase de implantação/implementação nos territórios indígenas em todo o Brasil. Será possível resgatar os direitos perdidos? Muitas perguntas que formulamos conhecemos detalhadamente as respostas.

Na tentativa de promover a saúde indígena, de resgatar o direito de acesso à água que corre no Eixo Leste, de contribuir para acelerar a demarcação da terra Pipipã, de proteger a Caatinga que restou no território e de reparar parcialmente os danos ambientais decorrentes da implantação do projeto da transposição do rio São Francisco, recomendo as seguintes medidas:

- a) Constituir um Grupo de Trabalho (GT) interinstitucional e interdisciplinar com a participação das seguintes instituições: Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz/PE, Distrito Sanitário Especial Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena em Pernambuco, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Conselho Indigenista Missionário, Universidade Federal de Pernambuco, Funai, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Procuradoria de Serra Talhada, Instituto Federal em Floresta, Conselho Distrital de Saúde Indígena, além do Pajé, os Caciques e os líderes políticos das aldeias Pipipã; e outros segmentos da sociedade que apoiam mobilizações pelos direitos indígenas. Este GT teria como atribuição iniciar as discussões sobre como implementar ações de reparação nos âmbitos que couber, estabelecendo de forma solidária as responsabilidades sociais de cada instituição nesse processo.
- b) Diante dos inúmeros medos que os Pipipã incorporaram com a implantação da transposição do rio São Francisco, deve-se implementar ações do Programa de Saúde Mental pelo Distrito Sanitário Especial Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena no sentido do apoio psíquico e redução do sofrimento mental.

- c) As instituições solidárias com os Pipipã, por exemplo, a Fiocruz/PE e a Universidade Federal de Pernambuco, deveriam estabelecer diálogos com o Distrito Sanitário Especial Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena em Pernambuco visando à construção de projetos conjuntos para a reparação dos danos ambientais, como a implementação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco (PRSF).
- d) O Estado brasileiro deveria implementar o Programa Básico Ambiental Indígena (PBA 12) no território Pipipã no sentido da realização das ações mitigadoras específicas (prometidas), relativas à perda e fragmentação da natureza visível; e articulação e acompanhamento da implementação de viveiros de mudas nativas.
- e) O Distrito Sanitário Especial Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena em parceria com a Funai em Pernambuco, conforme atribuições institucionais, deveriam implementar ações de Atenção Primária Ambiental, para proteção das plantas nativas que restaram no território Pipipã; com vista à promoção da saúde indígena e proteção do ecossistema Caatinga.
- f) As invasões de terra por terceiros não indígenas, em curso no território Pipipã, deveriam ser monitoradas cotidianamente pelos Pipipã; e comunicadas aos órgãos competentes, incluindo a Funai e o Ministério Público/Procuradoria de Serra Talhada/PE, para o encaminhamento das devidas providências.
- g) Os Pipipã deveriam discutir internamente e externamente nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena, do Fórum Condisi e em reuniões com a Funai, no sentido da demarcação de terra participativa. Sugiro a elaboração de uma proposição de ações para a garantia da reprodução social indígena.
- h) O povo indígena Pipipã deveria ficar atento para as futuras tentativas da fragmentação da organização sociopolítica e cultural, por terceiros não índios, que se encontra em curso no território.
- i) Considerando a ocorrência de um óbito de adolescente Pipipã, de Caraíbas, por afogamento na barragem da transposição e a presença constante de terceiros não indígenas usando as águas como lazer, especificamente para banhos, recomendamos que as instituições responsáveis realizem a fiscalização ao longo do canal do Eixo Leste.

Utilizando abordagens participativas e educativas entre as populações no intuito de reduzir riscos de afogamentos e óbitos provocados pela exposição à correnteza das águas. Afinal, o canal do Eixo Leste não é lugar para banhos, pois não foi construído para essa finalidade.

- j) Construir e fomentar, entre os Pipipã e o proposto Grupo de Trabalho interinstitucional e interdisciplinar, estratégias de convívio no Semiárido, por exemplo, com a implementação, entre outras, do Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social; pois se trata de uma política de convívio com o Semiárido e de inclusão social das populações por meio do acesso à água para o consumo humano, de reconhecimento internacional.
- k) Fomentar novos estudos científicos envolvendo essa temática, considerada relevante, para proteção dos territórios e promoção da saúde dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9474/11043>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 264 p. Disponível em: <<https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. 294 p.
- _____. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Vulnerabilidade%20Ambientais%20Proce%20ssos%20Rela%E7%F5es%20Henri%20Acelrad.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- _____. Vulnerabilidade, processos e relações. In: FERREIRA, H. S.; LEITE, J. R. M.; BORATTI, L. V. (Org.). **Estado de direito ambiental**: tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 95-103.
- ACSELRAD, H.; MELO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALIMONDA, H. En clave de sur: la ecología política latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, H.; TORO PÉREZ, C.; MARTÍN, F. (Coord.). **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2017. p. 31-49. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171030111951/GT_Ecologia_politica_Tomo_I.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. et al. (Coord.) **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**: povo indígena Pipipã. Manaus: UEA Edições, 2010. (Povos Indígenas do Nordeste, 5). Disponível em: <<http://juracymarques.com.br/site/wp-content/uploads/2017/08/05-Pipipa.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- ALMEIDA FILHO, N.; CASTIEL, L. D.; AYRES, J. R. Risco: conceito básico da epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M. L. **Epidemiologia & Saúde**: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 43-54.

ALVES, A. Sobre os termos da pesquisa: a observação participante. In: _____. **Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. v.1, cap.1.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 334 p. ISBN 978-85-249-1115-6.

ANDRADE, U. M. Dos estigmas aos emblemas de identidade: os percursos da formação de um povo. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v.1, n.1, p. 99-139, jul. 2004.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p. ISBN 978-85-3692053-3U.

ARCANJO, J. A. **Toré e identidade étnica**: os Pipipã de Kambixuru, índios da Serra Negra. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

AYRES, J. R. Entrevista com José Ricardo Ayres. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 51-60, 2018. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/sausoc/2018.v27n1/51-60/pt>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BANIWÁ, G. S. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-57-3 224 p. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo6/etnico_raciais/os_indios_no_brasil.pdf. Acesso em: 2 out. 2016.

BARACHO, L. M. S. **Feridas da transposição do São Francisco**: um olhar sobre comunidades quilombolas no Semiárido Pernambucano. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.

BARROS, J. N. **O desencantamento das águas no sertão**: crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BERISTAIN, C. M. **Diálogos sobre la reparación**: qué reparar en los casos de violaciones de derechos humanos. Quito, Ecuador: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2009. (Serie Justicia y Derechos Humanos).

BEZERRA, V. C. R. **Injustiça ambiental e saúde**: a perspectiva dos agricultores familiares afetados pela transposição do rio São Francisco. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BRAGA, L. F. N. Da inexigibilidade de laudêmio e taxa de foro para imóveis situados em Barueri-SP e da consolidação do domínio. **Revista Âmbito Jurídico**, ano 20, n. 162, jun. 2017. não paginado. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/da-inexigibilidade-de-laudemio-e-taxa-de-foro-para-imoveis-situados-em-barueri-sp-e-da-consolidacao-do-dominio/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.ºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Portaria n.º 254, de 31 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e integra a Política Nacional de Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 fev. 2002, Seção 1, n. 26, p. 46-49. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/Pm_254_2002.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de impacto ambiental (RIMA)**: Projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, 2004. 136 p.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de integração do rio são Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional**: Programa 12 - Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas. Projeto São Francisco. Água para quem tem sede. Brasília, 2011. 54 p.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Projeto Básico Ambiental – Pisf – Resumo Executivo/2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Conheça o Dsei**. 2013. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=1744>. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)**. 29 maio 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-indigena/saneamento-e-edificacoes/dseis>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Integração do rio São Francisco**. 2018. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/projeto-sao-francisco/38-programas-ambientais>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BREILH, J. Bases para uma epidemiologia contra-hegemônica. In: _____ (Org.). **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. cap. 6, p. 165-189. ISBN: 85-7541-095-4.

_____. Las tres 'S' de la determinación de la vida 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. In: NOGUEIRA, R. P. (Org.). **Determinação social da saúde e a reforma sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. cap. 4, p. 87-125.

CADERNO DO TEMPO. **Professores e professoras indígenas em Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luís Freire, 2002. 96 p. Disponível em: <<http://cclf.org.br/wp-content/uploads/publicacoes/caderno-do-tempo.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CAVALCANTI J. S. B. et al. Dinâmicas sociais no território Sertão do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Org.). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 153-236. ISBN: 978-858354-001-4.

CENTRO PANAMERICANO DE ECOLOGÍA Y SALUD. Evaluación impacto ambiental e salud de proyectos de desarrollo. In: CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL, 20, 1986, Guatemala. **Conferencia ...** Guatemala: ECO; OPS; OMS, 1986. (Documentos de Divulgación). Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/eco/030284.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010.

CRUZ, K. R. E.; COELHO M. B. A saúde indigenista e os desafios da particip(Ação) indígena. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, supl. 1, p. 185-198, 2012.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: _____. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. v. 1, p. 15-36.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 1997, v. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 5.

DOMINGUES, R. C. **A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco**: o desterro na vila produtiva rural baixio dos grandes (junco). Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

EQUADOR. Constituição (2008). **Constituição da República Federativa do Equador**. Quito. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6716.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 63-79. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **Sentipensar con la tierra Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones Unaula, 2014. 184 p. (Colección Pensamiento Vivo). ISBN: 978-958-8869-14-8.

_____. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: la diferencia de Abya Yala/Afro/Latino/América. In: ALIMONDA, H.; TORO PÉREZ, C.; MARTÍN, F. (Coord.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2017. p. 51-68. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171030111951/GT_Ecologia_politica_Tomo_I.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FLORESTA. Prefeitura municipal. **A cidade**. Floresta, [2018]. Disponível em: <<http://floresta.pe.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 23 set. 2018.

FRESCAROLLO, V. Informações sobre os índios bárbaros dos certões de Pernambuco. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 103-119, 1883.

FUINI, L. L. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 21-34, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v15n1/v15n1a03.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

FUNAI. **Bases legais**. 2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-26-43>>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. Despacho FUNAI n.º 3 de 20 de abril de 2017. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, ano 94, n. 120, p. 120-125, 29 jun. 2017.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 4, p. 79-108.

GOMIDE, M. et al. Fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças (matriz FOFA) de uma comunidade ribeirinha sul-amazônica na perspectiva da análise de redes sociais: aportes para a atenção básica à saúde. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 222-230, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v23n3/1414-462X-cadsc-23-3-222.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

GONÇALVES, M. M. S. **A macambira nos seus aspectos ecológicos e utilitários**. 1997. 43 f. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 1997.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2003.

Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/38739/26249>>. Acesso em: 24 maio 2019.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 396 p.

HAESBAERT, R.; G. BRUCE. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgrafia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, v. 4, n. 7, 2002. ISSN: 1517-7793. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419/8619>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Floresta**. 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260570>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa do semiárido brasileiro**. 2018. Disponível em: Semiárido brasileiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiariado.shtm>>. Acesso em: 9 maio 2018.

LEFF, E. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecología política: una mirada desde el sur. In: ALIMONDA, H.; TORO PÉREZ, C.; MARTÍN, F. (Coord.). **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2017. v. 1. p. 129-165. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171030111951/GT_Ecologia_politica_Tomo_I.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

LITTLE, P. E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LOUREIRO, V. R. Desenvolvimento, meio ambiente e direitos dos índios: da necessidade de um novo Ethos Jurídico. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 503-526, 2010.

MALDONADO, A. **Un indicador para el Sumak Kawsay**. México: Clínica Ambiental, 2013. Disponível em: <http://www.clinicambiental.org/docs/publicaciones/indicador_sumakawsay.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

MATTHÄUS, H. Oficina do futuro como metodologia de planejamento e avaliação de projetos de desenvolvimento local. In: BROSE, M. (Org.). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. 3. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

MEDEIROS, R. P.; MUTZENBERG, D. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. In: SILVA et al. (Org.). **História ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro**. Feira de Santana: Ed. da UEFS, 2016. p. 125-143. ISBN: 978-85-5592-040-0.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: _____. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261-298.

_____. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 1, p. 9-29.

MONTEIRO, E. B. **“Eu já vi água ir embora (...) com natureza não se mexe (...) Eu já vi água ir embora: os Truká (PE), ‘grandes projetos’ e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea**. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Pernambuco, Recife 2008.

MOTA, C. N. Jurema e identidades: um ensaio sobre a diáspora de uma planta. In: LABATE, B. C.; GOULART, S. L. (Org.). **O uso ritual das plantas de poder**. Campinas: Mercado das Letras; Fapesp, 2005. p. 219-238. ISBN 85-7591-049-3.

_____. **Os filhos da Jurema na Floresta dos Espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do Nordeste brasileiro**. Maceió: Ed. da Ufal, 2007. v. 9. 273 p.

NAVARRETE, M. L. et al. **Introdução às técnicas qualitativas de pesquisa aplicadas em saúde**. Olinda: Ed. Livro Rápido, 2016. 150 p. ISBN 978-85-5707-250-3.

NICHIATA, L. Y. I. et al. Potencialidade do conceito de vulnerabilidade para a compreensão das doenças transmissíveis. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 1769-1773, 2011.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho**. Brasília, 2011. ISBN: 978-92-2-824257-7. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/convencao_169_2011.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

OLIVEIRA, A. C.; PINHO, V. A. **Relatório final do diagnóstico rápido participativo complementar: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes de de Altamira, PA**. Altamira: [s. n.], 2014. 127 p.

OLIVEIRA, I. F. **Semiárido baiano: a dinâmica contraditória do desenvolvimento**. São Paulo: Baraúna, 2015. 457 p.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”?: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

_____. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 653-682.

_____. (Org.). **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016a. 384 p. ISBN: 978-85-7740-206-9. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aoliveira-2016-nascimento/Oliveira_2016_O_nascimento_do_Brasil_etc.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2017.

_____. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016b. p. 45-74. ISBN: 978-85-7740-206-9. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aoliveira-2016-nascimento/Oliveira_2016_O_nascimento_do_Brasil_etc.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2017.

_____; COHN, C. **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2014. 458 p. ISBN 978-85- 87-942-23-4.

OLIVEIRA, K. E. Mobilizando o Nordeste indígena. In: _____. **Diga ao povo que avance!**: movimento indígena no Nordeste. Recife: Massangana, 2013. cap. 3, p. 103-165.

PEREIRA, D. D. B. O Estado pluriétnico. In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMAN, M. **Além da tutela**: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2002. p. 41-47.

PIRES, M. I. C. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial**: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas 1757-1823. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: Acesso em: <https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Maria-Idalina-da-Cruz-Pires_indiosNE.pdf2>. 9 jul. 2017.

POMPA, C. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII-XIX. In: OLIVEIRA, J. P. Org.). **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 267-292.

PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 31-58, 2011.

PORTO, M. F. S. Saúde, ambiente e o primado do interesse público. **Saúde em Debate: Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios da Rio + 20**, Rio de Janeiro, v. 36, n. especial, p. 36-45, 2012a. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341760007>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

_____. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012b. 270 p.

_____; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

_____; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 2011. ISBN: 8508042906.

REANI, A. **O batismo de crianças celebrado no “Aricuri” no caminho de afirmação Pipipã, Floresta, PE**: um estudo de caso. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/956/2/alberto_reani.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

RIGOTTO, R. M.; TEIXEIRA, A. C. A. **Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no campo na cidade e na floresta**. Rio de Janeiro: Abrasco Livros, 2009. (Caderno de Textos da 1.ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental).

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 469 p. ISBN: 978.85.209.2267-5.

SAMAJA, J. Epistemologia e epidemiologia: notas preliminares sobre a noção de ciência. Tradução Cláudia Bastos. In: ALMEIDA FILHO, N. et al. (Org.). **Teoria epidemiológica hoje**: fundamentos, interfaces, tendências [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 23-36. (Epidemiológica Series, n. 2). ISBN 85-85676-50-7. Disponível em: <<https://bit.ly/2Msoq5F>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

_____. Modelos culturais de saúde-doença-cuidado. In: _____. **A reprodução social e a saúde**. Salvador: Casa da Qualidade, 2000. v. 2, cap. 3.

_____. **Epistemología y metodología**: elementos para una teoría de la investigación científica. 3. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2004. 400 p. ISBN: 950 -23-0931-6. Disponível em: <<https://ens9004-mza.infod.edu.ar/sitio/upload/12-%20SAMAJA,%20J.%20-%20LIBRO%20-%20Epistemologia%20y%20metodologia.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

SAMAJA, J. **Epistemología de la salud**: reproducción social, subjetividad e transdisciplina. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2009. 248 p. ISBN: 978-950-892-189-5.

_____; YNOUB, R. **Monitoramento de los ambientes de desarrollo humano**. Texto apresentado na disciplina Saúde, Ambiente e Trabalho do curso de Mestrado em Saúde Pública do CPQAM/FIOCRUZ. Recife, 1998. 25 p. Mimeografado.

SANTI, T. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. **El País**, 1.º dez. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html>. Acesso em: 3 abr. 2016.

SANTOS, B. **Dia Nacional da Caatinga**: ações da Codevasf visam à conservação do bioma. 25 abr. 2015. não paginado. Disponível em: <<http://www.maltanet.com.br/noticias/noticia.php?id=13581>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. ISBN 85-271-0068-1.

_____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção Espaços).

_____. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: SANTOS, M. (Org.). **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. cap. 2, p. 38-56. (Coleção Milton Santos, 1). Disponível em: <http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o reordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 416 p. ISBN 978-85-98271-42-2.

_____. **Por outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2012. 174 p. ISBN: 978-85-01-05878-2.

_____. Os grandes objetos: sistemas de ação e dinâmica espacial. In: SANTOS, M. (Org.). **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Edusp, 2013. 76 p. ISBN: 978-85-314-1049-91.

SANTOS, S. M. S. B. M. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SANTOS JÚNIOR, C. F. **Os índios nos Vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco, 1801-1845. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2018.

SCHISTEK, H. O desconhecimento da Caatinga e o mito da seca. **IHU On-Line**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 500, 13 mar. 2017. Entrevista. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6755-o-desconhecimento-da-caatinga-e-o-mito-da-seca>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____; ARAÚJO, L. M. **A convivência com o Semiárido**. São Paulo: Peirópolis, 2003. 56 p.

SCHRAMM, F. R. Bioética da proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 16, n. 1, p. 11- 23, 2008.

_____. Vulnerabilidade, vulneração, saúde pública e bioética da proteção: análise conceitual e aplicação. In: TAQUETE, S. R.; CALDAS, C. P. (Org.). **Ética e pesquisa com populações vulneráveis**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. v. 2, p. 37-57.

SCOTT, P. Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 290 p. ISBN 978-85-7315-676-8. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/livro+negociacoes+e+resistencias.pdf/7809bece-6da6-4e70-b92e-397ebc398e1d>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades. **Campos**: Revista de Antropologia Social, v. 14, n. 1-2, p. 15-36, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42570/25827>>. Acesso em: 29 maio 2013.

SECUNDINO, M. A.; FERREIRA, I. J. **Notas metodológicas**: por um monitoramento das terras indígenas no Brasil. Projeto Atlas das terras Indígenas do Nordeste. 2013. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=862&Itemid=571>. Acesso em: 29 maio 2013.

SILVA, E. H. História indígena em Pernambuco: para uma compreensão das mobilizações indígenas recentes a partir de leituras de fontes documentais do século XIX. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 64, p. 73-114, 2011.

_____. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. **Cadernos do Ceas**, Salvador/Recife, n. 240, p. 117-136, 2017a. ISSN 2447-861X. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/297/291>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

SILVA, E. H. Povos indígenas do Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas dos direitos. **Crítica e sociedade**: Revista de Cultura Política, v. 7, n. 1, p. 147-172, 2017b. ISSN: 2237-0579. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/39259/20712>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

SILVA, G. K. A. **Índios e identidade**: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716). 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, R. C. **Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania**. São Paulo: Vetor, 2002.

SOLIZ, F.; MALDONADO, A. **Guía de metodologías comunitarias participativas**: guía n.º 5. México: Clínica Ambiental, 2012. Disponível em: <http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3997/1/Soliz,%20F-CON008-Guia5.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2019.

SOUZA FILHO, F. A. A política nacional de recursos hídricos: desafios para sua implantação no semiárido brasileiro. In: MEDEIROS, S. S. et al. (Org.). **Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas**. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2011. cap. 1, p. 1-25. ISBN: 978-85-64265-011.

TEIXEIRA, C.; PAIM, J. Análise política em saúde: contribuição do OAPS. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017226.03032017>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

VALLE, S. M. O processo de destruição das aldeias na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011. p. 295-325.

VERANI, C. B. L. A política de saúde do índio e a organização dos serviços no Brasil. In: FAULHABER, P. (Org.). Política indigenista, movimentos étnicos e estados nacionais: políticas públicas, políticas indigenistas e organizações indígenas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém; v. 15, n. 2, p. 171-192, 1999. (Série Antropologia).

VÍCTORA, C. G. **Mulher, sexualidade e reprodução**: representação do corpo em uma vila de classes populares em Porto Alegre. 1991. 203 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991. Disponível em: <file:///E:/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ceres%20Victora_000024765.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

_____; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. N. A. **Pesquisa qualitativa em Saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Ed. Tomo, 2000. ISBN: 85-86225-16-9.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p. ISBN: 978-85-8260-231-7.

YIN, R. K. **Métodos de pesquisa**: pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução de Manuel Bueno. Porto Alegre: Ed. Penso, 2016. 313 p. ISBN: 978-85-8429-082-6.

ZHOURI, A. **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 327 p.

APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA DO CACIQUE PIPIPÃ 1

Projeto de pesquisa:

A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Centro de Pesquisas
AGGEU
MAGALHÃES

CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Título da pesquisa: Estudo ecossistêmico dos territórios e populações vulnerabilizadas na área de abrangência do projeto de integração do Rio São Francisco

Instituição proponente: Departamento de Saúde Coletiva (NESC)/Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães(CPQAM)/Fiocruz

Coordenador do projeto: André Monteiro Costa

Eu, Valdemir Amaro Lisboa, Cacique da Etnia Pipipã-PE, concordo e autorizo a realização da pesquisa "Estudo ecossistêmico dos territórios e populações vulnerabilizadas na área de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco", na Terra indígena Pipipã, que tem como objetivo analisar os problemas e traumas decorrentes da implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco mediante abordagem ecossistêmica.

Esta pesquisa terá duração de 24 meses e será coordenada pelo pesquisador André Monteiro Costa, do NESC/CPqAM/FIOCRUZ.

Floresta, 16 de setembro de 2014

Assinatura

Valdemir Amaro Lisboa

Valdemir Amaro Lisboa
Cacique da Etnia Pipipã

APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA DO CACIQUE PIPIPÃ 2

Projeto de pesquisa:

A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE

CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Título da pesquisa: Estudo ecossistêmico dos territórios e populações vulnerabilizadas na área de abrangência do projeto de integração do Rio São Francisco

Instituição proponente: Departamento de Saúde Coletiva (NESC)/Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães(CPQAM)/Fiocruz

Coordenador do projeto: André Monteiro Costa

Eu, Alirio Avelino da Silva, Cacique da Etnia Pipipã-PE, concordo e autorizo a realização da pesquisa "Estudo ecossistêmico dos territórios e populações vulnerabilizadas na área de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco", na Terra Indígena Pipipã, que tem como objetivo analisar os problemas e traumas decorrentes da implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco mediante abordagem ecossistêmica.

Esta pesquisa terá duração de 24 meses e será coordenada pelo pesquisador André Monteiro Costa, do NESC/CPqAM/FIOCRUZ.

Floresta, 11 de novembro de 2014

Alirio Avelino da Silva

Alirio Avelino da Silva
Cacique da Etnia Pipipã

Cacique Pipipã
Alirio Avelino da Silva
FUNAI

APÊNDICE C – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO, POVO PIPIPÃ

Projeto de pesquisa:

A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE.

Nome:

Idade:

Profissão:

Aldeia onde mora:

♣ Significado da transposição do rio São Francisco.

♣ Modos de vida antes da implantação das obras da transposição.

♣ Problemas ocorridos com a chegada da transposição no território.

♣ Sobre o que fizeram com a terra de vocês e no que prejudicou.

♣ Sobre consulta aos índios para autorizar a construção da transposição do rio São Francisco.

♣ Benefícios recebidos com a implantação das obras da transposição.

♣ Conhecimento sobre o Programa de Apoio as Comunidades Indígenas/compromissos assumidos pelo Ministério da Integração Nacional para reduzir os impactos das obras.

♣ Significado da presença do canal do Eixo Leste.

♣ Sobre a promessa do acesso à água da transposição para consumo humano e autoconsumo.

♣ Percepção sobre as dificuldades para demarcar a terra para o senhor/senhora.

♣ Sobre os problemas de saúde e doença relacionados a transposição para o senhor/senhora.

♣ Como ficou a paisagem para o senhor/senhora.

♣ Significado da terra para o senhor/senhora.

♣ Relações com as empreiteiras.

♣ Relações entre os problemas provocados com a chegada da transposição e a saúde.

APÊNDICE D – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - ENTREVISTA
ETNIA PIPIPÃ

Título: Projeto de pesquisa:

A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE

Pesquisadora responsável: Glaciene Mary da Silva Gonçalves
Instituição Proponente: NESC/CPqAM/FIOCRUZ

Prezado participante,

Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa maior em andamento: “Estudo ecossistêmico das populações vulnerabilizadas nos territórios de abrangência do projeto de transposição do rio São Francisco”. Coordenado pelo professor Dr. André Monteiro Costa. Financiado pelo CNPq – Chamada Universal: edital MCT/CNPq nº 14/2013.Processo 485403/2013-7.

O objetivo desse trabalho é analisar a vulneração socioambiental e o sofrimento social decorrentes da implantação do projeto da transposição do rio São Francisco, no território indígena Pipipã, Pernambuco. Vários estudos afirmam que é na base que se encontra a maior parte das informações mais ricas e significativas para os processos de mudanças. Essa pesquisa poderá contribuir no sentido de subsidiar o processo de fortalecimento político da população indígena Pipipã, ampliando seu empoderamento e inserção nas diversas ações e atividades propostas pelo projeto da transposição. A pesquisa ainda poderá contribuir para a construção de conhecimento científico inédito para o sistema de saúde no estado de Pernambuco, principalmente para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) /Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/PE) /Ministério da Saúde.

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, participando de uma entrevista. Sua participação não é obrigatória bem como a sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo em relação aos pesquisadores e com a instituição que está realizando a pesquisa, bem como com as instituições colaboradoras. A qualquer momento da pesquisa o senhor pode desistir de participar e retirar o seu consentimento.

Serão feitas entrevistas com o objetivo conhecer as percepções das pessoas sobre um assunto pesquisado. As referidas entrevistas serão realizadas nas Aldeias diretamente afetadas pelas obras da transposição do São Francisco: Caraíbas, Jaburu, Lagoa Rasa e Pedra Tinideira e conforme cronograma deverão ser iniciadas em março de 2016. Os tópicos abordados serão sobre as seguintes questões: percepção sobre os aspectos gerais do projeto da transposição no território; aspectos gerais sobre a Etnia Pipipã, destacando as questões sócio-históricas; aspectos fundiários mais específicos do caso Pipipã; percepção sobre aspectos da determinação da injustiça ambiental na geração do sofrimento social com a transposição.

As entrevistas serão gravadas e depois serão ouvidas e escritas. Os participantes poderão responder da forma que achar melhor.

Os riscos relacionados com sua participação seriam prejuízos perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, garantimos que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser divulgadas/publicadas em revistas, congressos e seminários e outras atividades que envolvam debates sobre o tema saúde e ambiente ficando, no entanto, resguardada a sua identidade/participação. Ressaltamos que a devolutiva do estudo, para os Pipipã, será realizada assim que ocorrer a conclusão e a defesa do mesmo.

Os benefícios relacionados com a participação do povo indígena Pipipã são no sentido de contribuir para o conhecimento e percepção dos problemas e traumas sofridos pela etnia relacionados à implantação das obras da transposição.

O presente documento consta de duas vias. A primeira ficará em posse da pesquisadora e a segunda em posse do participante.

Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deste Centro de pesquisas, localizado na Av. Professor Moraes Rego, s/n - Campus da UFPE - Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50.670-420, através do telefone (81) 2101-2639 ou pelo e-mail: comiteetica@cpqam.fiocruz.br. O horário de funcionamento é das 8 – 12 h e das 13 – 17h. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Qualquer esclarecimento adicional que necessite poderá entrar em contato com Glaciene Mary da Silva Gonçalves, pelo endereço: Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Av. Profº Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária; telefone celular: (81) 99166-0842, ou pelo telefone fixo (81) 2123-7824 e-mail: glaciene.mary@cpqam.fiocruz.br; glacienemary@gmail.com

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente esclarecido dos objetivos, riscos e benefícios de minha participação na referida pesquisa, bem como do direito de desistir da participação a qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa, e declaro minha concordância em participar. Autorizo, ainda, a publicação dos dados da pesquisa, que me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Nome do pesquisadora

Assinatura do pesquisadora

Nome do participante

Assinatura do participante

//2015.

Ainda em caso de dúvidas ou questionamentos contatar o coordenador da pesquisa:
André Monteiro Costa - Telefone (81) 2101-2612, e-mail: andremc@cpqam.fiocruz.br.

ANEXO A – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DO IAM E DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP)

Projeto de pesquisa:

A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE



Título do Projeto: "Impactos do projeto de integração do Rio São Francisco."

Pesquisador responsável: André Monteiro costa

Instituição onde será realizado o projeto: CPqAM/Fiocruz

CAAE: 13474513.4.0000.5190

Número do Parecer na Plataforma Brasil: 1.406.919

PARECER

O Comitê avaliou e considera que os procedimentos metodológicos do Projeto em questão estão condizentes com a conduta ética que deve nortear pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com o Código de Ética, Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012 e complementares. Este projeto também obteve aprovação pela CONEP em 14 de fevereiro de 2016 devido a inclusão de populações indígenas em seu estudo.

Recife, 28 de junho de 2016



Coordenadora do CEP/CPqAM



Janaina Campos de Miranda
Pesquisador em Saúde Pública
Deptº de Microbiologia
Mat. SIAPE 464777
CPqAM / FIOCRUZ

Campus da UFPE - Av. Moraes Rego, s/n
CEP 50.670-420 Fone: (81) 2101.2639
Fax: (81) 3453.1911 | 2101.2639
Recife - PE - Brasil
comitedeetica@cpqam.fiocruz.br




ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DO CONSELHO DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA (CONDISI/PE)

Projeto de pesquisa:

A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE




CARTA DE ANUÊNCIA

A Sua Senhoria a Senhora
Dra. Glauciene Mary da Silva Gonçalves

O Distrito Sanitário Especial Indígena Pernambuco em uso de suas atribuições e em consonância com CONDISI "Conselho Distrital de Saúde Indígena" declara para todos os fins e efeitos de direito que a Senhora Glauciene Mary da Silva Gonçalves está autorizada a realizar a pesquisa intitulada "**Estudo ecossistêmico das populações vulnerabilizadas nos territórios de abrangência do projeto de transposição do Rio São Francisco,**" Conforme apresentado e aprovado pelos conselheiros presentes na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Pernambuco a qual foi realizada aos 22 dias do mês de agosto de 2016, no auditório da pousada Moxotó, centro de Ibimirim - PE.

Por ser verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais a que se destina.

Recife, 10 de outubro de 2016.

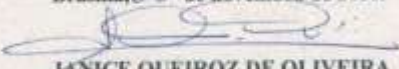

 Antonio Fernando da Silva
 Coordenador do DSEI/PE
 Portaria Nº 2583 de 27/11/2012
 SAPE-0314/11

Antonio Fernando da Silva
Coordenador

ANEXO C – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSO EM TERRA INDÍGENA, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), BRASÍLIA

Projeto de pesquisa:

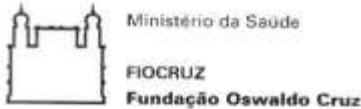
A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE

IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Glaciene Mary da Silva Gonçalves	Processo nº: 08620.067618/2015-59	
Nacionalidade: Brasileira	Identidade: 6001155 SDS/PE	
Instituição/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ		
Patrocinador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq		
OBJETIVO DO INGRESSO		
Desenvolver o projeto de pesquisa intitulado "Vulneração Socioambiental e Sofrimento Social no Território Indígena Pipipã: injustiças ambientais em saúde da transposição do Rio São Francisco".		
EQUIPE DE TRABALHO		
Nome	Nacionalidade	Documento
André Monteiro Costa	Brasileiro	203055 SSP/PE
*****	*****	*****
*****	*****	*****
LOCALIZAÇÃO		
Terra Indígena: Pipipã e Kambiwã	Povo Indígena: Pipipã	
Coordenação Regional:	CTL:	
VIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO		
Início: 28/11/2016	Término: 30/12/2017	
<p>RESSALVAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Esta autorização não inclui licença para uso de imagem, som e som de voz dos indígenas; * Esta autorização não inclui acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade; * Esta autorização não inclui acesso ao patrimônio genético; * Remeter a Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/Presidência/FUNAI, duas cópias de relatórios, artigos, livros, gravações audiovisuais, imagens, sons e outras produções oriundas do trabalho realizado. 		
<p>Autorizo,</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 25 de novembro de 2016.</p> <p style="text-align: center;">  JANICE QUEIROZ DE OLIVEIRA Presidente - Substituta Portaria MJC/SE Nº 1.471, de 20/10/2016, publicada no DOU de 04/11/2016 </p>		

ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Projeto de pesquisa:

A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do rio São Francisco e as relações com a saúde, em Floresta/PE



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Por meio deste instrumento particular, autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, a **Coordenação do Projeto Estudo Ecológico das Populações Vulnerabilizadas nos Territórios de Abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco** - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães - CPqAM, esta, unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Pernambuco, sediada na Av. Professor Moraes Rego, s/n - Campus da UFPE - Cidade Universitária, na cidade do Recife/PE, CEP: 50740-465, inscrita no CNPJ sob o nº 3378.1055/0007-20, doravante denominada simplesmente "FIOCRUZ - PE", a utilizar minha imagem e som de voz, fixados nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica, nas atividades de difusão, exibição, veiculação do projeto, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ - PE, conforme definido acima.

Recife, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome Completo _____

Nacionalidade _____

Endereço _____

Identidade _____

CPF _____